



Projeto de modernização e expansão do Aeroporto Internacional Oswaldo Vieira, Guiné- Bissau

Atualização do Plano de Envolvimento das Partes Interessadas, agosto de 2025

preparado por

Sustain Africa

para

FB GROUP



Agosto de 2025

INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Título do projeto	Projeto de modernização e expansão do Aeroporto Internacional Osvaldo Vieira, Guiné-Bissau
Título do documento	Atualização do Plano de Envolvimento das Partes Interessadas, agosto de 2025
Nome do documento	OVIAP GB_SEP Update_Draft
Versão do documento	Rev4
Data da versão	Agosto de 2025
Preparado para	Sustain Africa
ID do projeto	OVIAP GB

HISTÓRICO DE REVISÕES DO DOCUMENTO

Revisão	Data de emissão	Status	Aprovado por
1	Maio de 2025	V1	Mamadou Samba
2	Junho de 2025	V2	Mamadou Samba
3	Agosto de 2025	V3	Gülden Baydar
4	Agosto de 2025	V4	Gülden Baydar

REGISTO DE DISTRIBUIÇÃO

Número de cópias	Empresa / Cargo	Nome
1	FB GROUP	Alperen Kibar

© Sustain Africa

Este relatório não deve ser utilizado para outros fins que não aqueles para os quais foi elaborado. As condições ambientais mudam com o tempo. As condições do local descritas neste relatório baseiam-se em observações feitas durante a visita ao local e em resultados de monitorização subsequentes. A Sustain Africa não implica que as condições do local descritas neste relatório sejam representativas de condições passadas ou futuras. Caso este relatório seja disponibilizado, no todo ou em parte, a terceiros, a Sustain Africa reserva-se o direito de rever as informações e a documentação contidas no relatório e de rever e atualizar as conclusões e recomendações.

Sustain Africa

704 Espace Residence
Hanne Mariste 2
Dakar, Senegal
Tel: +221 77 694 3750
Site: www.sustainafrica.net

CONTENTS

CONTENTS.....	4
FIGURAS.....	6
TABELAS	6
ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS	8
RESUMO NÃO TÉCNICO.....	11
1. INTRODUÇÃO.....	23
1.1 Objetivos do SEP	24
2. VISÃO GERAL DO PROJETO	25
3. QUADRO JURÍDICO E INSTITUCIONAL.....	27
3.1 Visão geral	27
3.2 Resumo da legislação nacional relevante	27
3.3 Salvaguardas e diretrizes do credor.....	29
3.4 Análise das lacunas entre as normas nacionais e as normas da IFC/AfDB	31
3.5 Envolvimento das partes interessadas e referências de boas práticas	33
3.6 Mecanismos de aplicação e garantia	38
4. ÁREA DE INFLUÊNCIA	39
5. RELAÇÕES DE IMPACTO	42
5.1 Visão geral	42
5.2 Matriz consolidada de mitigação de impacto.....	42
5.3 Impactos diferenciados por género e vulnerabilidade	48
6. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS PARTES INTERESSADAS	49
6.1 Metodologia	49
6.2 Grupos prioritários em torno da OVIAP, pedreira e assentamentos ao longo da rota de transporte	50
6.3 Técnicas de envolvimento por tipo de parte interessada	53
6.4 Documentação.....	54
6.5 Formações	55
7. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES.....	56
8. CONSULTA ÀS PARTES INTERESSADAS ATÉ À DATA - PRINCIPAIS MARCOS E RESULTADOS	58
8.2 Cronograma de consultas	58
8.3 Síntese do feedback das partes interessadas	63
8.4 Diálogo institucional	64
8.5 Participação contínua e responsabilização	65
8.5.1 Calendário de envolvimento por fase	65

8.5.2	Estruturas negociadas.....	66
8.5.3	Próximos passos.....	67
9.	MECANISMOS DE RECLAMAÇÃO (GRM)	68
9.1	Princípios	68
9.2	Elegibilidade.....	69
9.3	Canais de aceitação	70
9.4	Protocolo operacional.....	71
9.5	Gatilhos de tramitação rápida	72
9.5.1	Funções e responsabilidades	73
9.5.2	Monitorização e melhoria contínua – por que os números são importantes	74
10.	ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS NA MONITORIZAÇÃO DO PROJETO	77
10.1	Indicadores-chave de monitorização	77
10.2	Comités de Monitorização das Partes Interessadas	77
10.3	Ações de género e diversidade	78
10.4	Diretrizes de comunicação externa	78
11.	MONITORIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO ÀS PARTES INTERESSADAS	79
11.1	Comunicação interna com os funcionários.....	79
11.2	Relatórios regulamentares e externos.....	79
11.3	Visão geral da frequência e do formato.....	79
11.4	Gestão e prevenção de riscos de violência baseada no género	80
11.4.1	Comunicação externa	81
11.5	Funções de gestão	82
11.5.1	Estrutura organizacional geral	82
11.6	Responsável pela Ligação com a Comunidade (CLO).....	82
11.7	Estrutura de envolvimento dos funcionários.....	83
11.8	Inclusão de género.....	83
11.9	Alocação de recursos	83
11.10	Transformar dados em ações adaptativas	83
12.	REFERÊNCIAS	85
	ANEXO 1 – PROTOCOLO DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS	87
	ANEXO 2 – FORMULÁRIO DE RECLAMAÇÃO	90
	ANEXO 3 – MODELO DE ATA DE REUNIÃO	92
	ANEXO 4 – CARTAS ASSINADAS PARA A CRIAÇÃO DOS COMITÉS DIRETORES DO RAP E DO LRP	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
	ANEXO 5 – PACOTE DE TERMOS DE REFERÊNCIA DO COMITÉ – PESC, CMCS, COMITÉS PAP RESETTLED	94

ANEXO 6 – FLUXO DE TRABALHO DE APROVAÇÃO DE COMUNICAÇÕES EXTERNAS E MATRIZ DE RESPONSABILIDADES.....	97
ANEXO 7 – PLANO DE AÇÃO CONTRA A VIOLÊNCIA DE GÉNERO	100
Objetivos.....	100
Riscos e exposição de género Contexto.....	100
Alinhamento com as normas internacionais	100
Medidas de mitigação e monitorização.....	101
ANEXO 8 – METODOLOGIA DA PARA CONSTRUIR UMA MATRIZ DE IMPACTO-INFLUÊNCIA COM UMA PERSPETIVA DE VULNERABILIDADE	103
ANEXO 9 – POLÍTICA DE NÃO RETALIAÇÃO	106
ANEXO 10 – CÓDIGO DE CONDUTA.....	109

FIGURAS

Figura 1 SDEP e rota de transporte, secção 1: Aol de Sare Hamady a Mas Sambo	40
Figura 2 Rota de transporte, secção 2: Aol de Mas Sambo a Nhacra	40
Figura 3 OVIAP e rota de transporte, secção 3: Aol de Nhacra a OVIAP	41

TABELAS

Tabela 1-1: Objetivos específicos e justificação.....	24
Tabela 3-1: Resumo da legislação nacional fundamental.....	27
Tabela 3-2: Principais salvaguardas e diretrizes dos credores	30
Tabela 6-4: Análise das lacunas entre as normas nacionais e as normas da IFC/AfDB.....	31
Tabela 3-4: Implicações do Manual SE para o projeto.....	33
Tabela 6-5: É importante na Guiné-Bissau porque	36
Tabela 6-6: O sucesso será medido da seguinte forma	37
Tabela 3-1: Área de influência (Aol) do OVIAP e do SDEP	39
Tabela 4-1: Matriz consolidada de riscos e mitigação de impactos.....	43
Tabela 7-1: Grupos prioritários em torno da pedreira	51
Tabela 8-2: Grupos prioritários em torno dos assentamentos ao longo da rota de transporte	52
Tabela 8-3: Grupos prioritários em torno da OVIAP	53
Tabela 8-4: Técnicas de envolvimento	54
Tabela 8-1: Cronograma de consulta para a ESIA e o LRP da OVIAP	59
Tabela 8-2: Cronograma de consulta para o SDEP ESIA e RAP	62
Tabela 8-3: Resumo do feedback das partes interessadas para o OVIAP (incluindo ESIA e LRP)	63
Tabela 9-4: Resumo do feedback das partes interessadas para o SDEP (incluindo ESIA e RAP).....	63

Tabela 8-5: Plano de envolvimento das partes interessadas	65
Tabela 9-1: Critérios de Eficácia dos UNGP Adaptados para o Projeto GRM.....	68
Tabela 10-1: Canais de comunicação.....	70
Tabela 10-2: Protocolo operacional.....	71
Tabela 10-3: Gatilhos de tramitação rápida.....	73
Tabela 10-4: Funções e responsabilidades	73
Tabela 10-5: Monitorização e melhoria contínua	74
Tabela 11-1: Frequência e formato da comunicação.....	79
Tabela 11-2: Discriminação e estimativas da implementação do SEP em USD	83

Acrónimos e abreviaturas

Acrónimo	Termo completo / significado
AAAC	Autoridade Competente em Avaliação Ambiental (Guiné-Bissau)
AfDB	Banco Africano de Desenvolvimento
ALARP	Tão baixo quanto razoavelmente praticável
AOI	Área de influência
ASECNA	Agência para a Segurança da Navegação Aérea na África e Madagáscar
BESS	Sistema de Armazenamento de Energia em Bateria
BII	Investimento Internacional Britânico
BR	Segmento da estrada nacional «BR» na rota de transporte OVIAP
CBD	Convenção sobre Diversidade Biológica
CEDAW	Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres
CHMP	Plano de Gestão do Património Cultural
CITES	Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas de Extinção
CMC	Comité de Monitorização Comunitária
CLO	Oficial de Ligação Comunitária
CSR	Responsabilidade Social Corporativa
DGTA	Direção Geral dos Transportes Aéreos (Autoridade de Aviação Civil, GB)
DMS	Sistema de Gestão de Documentos
DVOR	Doppler VHF Omni-directional Range (baliza de navegação)
EAAIF	Fundo de Infraestrutura para a África e Ásia Emergentes
E&S	Ambiental e Social
ESAP	Plano de Ação Ambiental e Social
ESG	Ambiental, Social, Governança
ESHG	Ambiental, Social, Saúde e Governança
ESIA	Avaliação do Impacto Ambiental e Social

Acrónimo	Termo completo / significado
ESMP	Plano de Gestão Ambiental e Social
ESMR	Relatório de Monitorização Ambiental e Social
ESMS	Sistema de Gestão Ambiental e Social
FAA	Administração Federal de Aviação (EUA)
FGD	Discussão em Grupo Focal
GBV / GBVH	Violência de Género / Violência de Género e Assédio
GIS	Sistema de Informação Geográfica
GRM	Mecanismo de Resolução de Queixas
HSE	Saúde, Segurança e Meio Ambiente
IBAP	Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas
ICAO	Organização da Aviação Civil Internacional
IFC	Corporação Financeira Internacional
INPC	Instituto Nacional do Património Cultural
ISO	Organização Internacional de Normalização
KII	Entrevista com informante-chave
KPI	Indicador-chave de desempenho
LRP	Plano de Restabelecimento dos Meios de Subsistência
M&E	Monitoramento e Avaliação
MTCA	Ministério dos Transportes e da Aviação Civil (Guiné-Bissau)
ONG	Organização Não Governamental
NTS	Resumo Não Técnico
OHS	Saúde e Segurança no Trabalho
OVIAP	Projeto do Aeroporto Internacional Osvaldo Vieira
PAP / PAPs	Pessoas afetadas pelo projeto
PESC	Comité Diretivo do Projeto
PV	Fotovoltaico (energia solar)
PWD	Pessoas com deficiência

Acrónimo	Termo completo / significado
RAP	Plano de Ação de Reassentamento
SDG	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
SDEP	Safim-Dacan Extraction Project (componente pedreira)
SECL	Envolvimento das partes interessadas e ligação com a comunidade (unidade do projeto)
SEP	Plano de Envolvimento das Partes Interessadas
SERD	Departamento de Envolvimento das Partes Interessadas e Reassentamento
SLA	Acordo de Nível de Serviço
SMS	Serviço de Mensagens Curtas (mensagens de texto para telemóveis)
SOP	Procedimento Operacional Padrão
SPT	Equipa de Desempenho Social (unidade de monitorização do projeto)
ToR	Termos de Referência
ONU / UNCRC	Nações Unidas / Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança
WB	Banco Mundial
OMS	Organização Mundial da Saúde

Resumo não técnico

O Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (SEP) descreve o plano através do qual o Projeto de Reabilitação e Expansão do Aeroporto Internacional Osvaldo Vieira (OVIAP) e o Projeto de Extração Safim-Dacan (SDEP, componente pedreira) (em conjunto, «o Projeto») irão envolver as comunidades afetadas, as instituições locais e outras partes interessadas ao longo do ciclo de vida da expansão do OVIAP e da pedreira SDEP, incluindo os componentes rodoviários de transporte. O SEP visa promover um diálogo inclusivo, culturalmente adequado e transparente, garantindo que as partes interessadas sejam consultadas de forma significativa, que as suas preocupações sejam ouvidas e que o seu feedback informe os processos de tomada de decisão.

Dada a natureza multissítio do Projeto e seus potenciais impactos sociais, ambientais e económicos, o envolvimento das partes interessadas representa um componente crítico da implementação do projeto, em conformidade com os requisitos das Normas de Desempenho da IFC, do Sistema Integrado de Salvaguardas do Banco Africano de Desenvolvimento e do quadro jurídico e institucional nacional da Guiné-Bissau. De acordo com as ESIA's da OVIAP e do SDEP, dois impactos importantes do projeto são a perda de 24 parcelas agrícolas devido à ocupação de terras pela OVIAP na DVOR e a perda de 13 parcelas de pomares de caju devido ao SDEP. Os PAP destes terrenos serão afetados pela redução do rendimento, pelo que está a ser preparado um LRP para a perda de 24 parcelas agrícolas dentro do local DVOR e um RAP para a perda de 13 parcelas de pomares de caju. Estes documentos apresentarão detalhes relacionados com os PAP e os métodos de compensação pelas perdas. Todos os outros impactos apresentados na ESIA estão resumidos na tabela abaixo.

Tabela 1. Riscos e impactos consolidados e medidas de mitigação

Aspecto/atividade do projeto	Natureza dos riscos e impactos Capturados nas ESIA	Implicações potenciais para as comunidades e receptores	Principais medidas de mitigação e envolvimento	Feedback da comunidade integrado (OVIAP + SDEP)	Perspectiva de género/grupos vulneráveis
DVOR strip land take (24 jardins), OVIAP	Perda de parcelas de hortas e culturas perenes; perturbação da horticultura gerida por mulheres Perda de acesso direto do leste ao oeste do aeroporto.	Redução do rendimento familiar; stress relacionado com a segurança alimentar	LRP com apoios como apoio à irrigação; formação em agronomia	Os grupos focais de mulheres da OVIAP solicitaram irrigação por gotejamento e acesso ao mercado (adicionado ao LRP).	Famílias chefiadas por mulheres e idosos têm prioridade na substituição de parcelas
13 parcelas de pomares de caju afetadas pelo SDEP	Desmatamento de cajueiros maduros usados para renda e rituais de colheita	Perda de rendimento	Outubro de 2023, compensação fixa de 5 000 000 CFA para pomares; RAP completo agora exigido pelo BAD; valor de substituição individual das árvores a ser calculado	As entrevistas do RAP do SDEP revelaram casos não compensados (proprietário idoso de pomar em Saré Hamadi) — adicionados à lista de compensação e corredores para cerimónias garantidos. O inquérito do RAP do SDEP identificou o pomar de uma mulher não compensado — agora corrigido na atualização do RAP.	Priorizar proprietárias de pomares (muitos pomares são geridos por mulheres) para compensação total por árvore
Explosão e trituração em pedreiras	Ruído, vibração, projeção de pedras, poeira	Perturbação na aldeia de Sare Hamadi (escola e mesquita particularmente sensíveis;	Aviso de explosão com 24 horas de antecedência através da mesquita e do WhatsApp; explosões após as 15h30; zona tampão de	A escola e o imã solicitaram a mudança para o horário pós-escolar — aprovado. Monitores conjuntos de vibração da comunidade e da	A escolaridade das crianças e o conforto dos fiéis foram

Aspecto/atividade do projeto	Natureza dos riscos e impactos Capturados nas ESIA	Implicações potenciais para as comunidades e receptores	Principais medidas de mitigação e envolvimento	Feedback da comunidade integrado (OVIAP + SDEP)	Perspectiva de género/grupos vulneráveis
		receios de fissuras estruturais; receios de fissuras estruturais (a pedreira fica a 2,5 km da aldeia de Sare Hamady)	50 m; medidas de supressão de poeira	pedreira instalados em Saré Hamadi.	explicitamente protegidos
175 km de transporte agregado (EN11→EN1→BR)	Acidentes de trânsito; poeira; congestionamento; desgaste das estradas	Risco para os peões (especialmente crianças); atrasos dos comerciantes; problemas respiratórios	Limite de velocidade controlado por GPS a 50 km/h; lombas e sinalização; coletes refletivos; cargas cobertas	Jovens e vendedores ambulantes pressionaram por uma fiscalização mais rigorosa — foi criada uma «força-tarefa de trânsito» com o sindicato dos mototáxis. Foram adicionados grupos focais adicionais sobre estradas de transporte para o SDEP.	Crianças em idade escolar, comerciantes idosos e pessoas com deficiência ao longo do corredor rodoviário de transporte mapeados como de alto risco
Afluxo de mão de obra (pico de 450 trabalhadores) OVIAP e SDEP	Violência baseada no género/abuso sexual, doenças transmissíveis, inflação dos preços locais	Assédio a mulheres; picos de IST/HIV; aumentos de aluguer	Código de Conduta do Empreiteiro; Plano de Ação contra a VBG; campanhas de sensibilização; GRM dos trabalhadores; quota de contratação local ≥ 40 % supervisionada por um comité de monitorização local	Os FGDs femininos do SDEP levaram à criação de espaços seguros para mulheres e de uma linha direta confidencial. Os grupos femininos da OVIAP expandiram a promoção da «criação de uma linha direta».	Foco em mulheres e adolescentes; famílias inquilinas com rendimentos precários

Aspecto/atividade do projeto	Natureza dos riscos e impactos Capturados nas ESIA	Implicações potenciais para as comunidades e receptores	Principais medidas de mitigação e envolvimento	Feedback da comunidade integrado (OVIAP + SDEP)	Perspectiva de género/grupos vulneráveis
Resíduos e materiais perigosos (aeroporto e pedreira)	Contaminação do solo/água por combustíveis, óleos, solventes	Culturas e gado em risco; riscos para a saúde	Armazenamento em tanques com contenção; kits para derrames; estação central de transferência de resíduos (para mais detalhes, consulte o Plano de Gestão de Resíduos); linha direta comunitária para derrames	Linha direta estabelecida e sessões de formação comunitária e e sobre resposta a derrames realizadas (tanto OVIAP como SDEP).	Pequenos agricultores e pastores dependentes de água/solo limpos
Oportunidades económicas como impactos positivos	Criação de empregos locais; desenvolvimento da cadeia de abastecimento de PME	Aumento do rendimento familiar; aquisição de competências	Meta de $\geq 30\%$ de mão de obra local; formação profissional em ; janela de microcrédito para mulheres e jovens	Grupos de discussão com jovens (Ponta-Rocha) solicitaram e obtiveram cursos de soldadura e manutenção no plano de RSE (OVIAP). Quiosques SDEP do programa alargados às aldeias de Quebo.	Janela de microcrédito para mulheres; jovens priorizados no programa para programas de qualificação técnica
Pressão sobre os serviços de saúde (acidentes, poeira)	Clínicas sobrecarregadas; falta de medicamentos	Redução da qualidade dos cuidados, tempos de espera mais longos	Doações de equipamentos médicos de RSE; plano conjunto de resposta a emergências; formação em primeiros socorros para o pessoal clínico	As clínicas locais solicitaram ambulâncias e EPI, que foram fornecidos. A OVIAP e a SDEP financiaram conjuntamente dias de clínicas móveis durante os picos de trabalho.	Mulheres grávidas, idosos e doentes crónicos tiveram prioridade no atendimento das clínicas móveis

Aspecto/atividade do projeto	Natureza dos riscos e impactos Capturados nas ESIA	Implicações potenciais para as comunidades e receptores	Principais medidas de mitigação e envolvimento	Feedback da comunidade integrado (OVIAP + SDEP)	Perspectiva de género/grupos vulneráveis
Património cultural (bosques sagrados, mesquita, cemitério)	Perturbação física/espiritual; achados fortuitos tanto em torno da OVIAP como do SDEP	Perturbação potencial de achados fortuitos ou recursos do património cultural não documentados (incluindo túmulos familiares não documentados perto da linha da cerca de segurança proposta, um afloramento de petróglifos em Kansamanje usado para peregrinações anuais)	Formar os trabalhadores em procedimentos para achados fortuitos e também para outros sítios não documentados observados durante as consultas; notificar o Ministério da Cultura em caso de achados fortuitos Como a área de influência do projeto foi reduzida, o local sagrado das árvores baobá está localizado a 1,5 km da área DVOR, portanto, não se prevê qualquer impacto. A estrada de acesso ao local sagrado passa perto da área DVOR. Para não bloquear mente a estrada de acesso às árvores baobá, foi determinada uma zona tampão de 15 m, que será aplicada à direita	SDEP: As consultas às partes interessadas destacaram túmulos familiares não documentados perto da linha da cerca de segurança proposta, um afloramento de petróglifos em Kansamanje usado para peregrinações anuais e uma mulher relatou a existência de marcos de fronteira ancestrais dentro do seu pomar limpo. OVIAP: Os anciãos da comunidade indicaram que certas árvores baobás são locais de significado espiritual usados em cerimónias sazonais.	Ritos de minorias culturais (por exemplo, rituais em mesquitas, festivais em bosques) explicitamente protegidos; anciãos consultados

Aspecto/atividade do projeto	Natureza dos riscos e impactos Capturados nas ESIA	Implicações potenciais para as comunidades e receptores	Principais medidas de mitigação e envolvimento	Feedback da comunidade integrado (OVIAP + SDEP)	Perspectiva de género/grupos vulneráveis
			do muro a oeste da DVOR para uso da comunidade.		

1. Objetivos do SEP

Os objetivos do SEP (Plano de Envolvimento das Partes Interessadas) visam estabelecer uma comunicação precoce, contínua e inclusiva com as partes interessadas em todas as fases do projeto (pré-construção, construção, operação e encerramento). Os principais objetivos são prevenir a desinformação, incentivar a participação de grupos como mulheres, jovens e pessoas com deficiência, fortalecer o apoio da comunidade, comunicar os impactos ambientais e sociais de forma clara e incorporar o feedback das partes interessadas nos processos de tomada de decisão. Além disso, é enfatizada a criação de um mecanismo de reclamação transparente e acessível, bem como o cumprimento da legislação nacional e dos requisitos de divulgação das instituições financeiras internacionais.

Todos esses objetivos são projetados para reduzir os riscos do projeto e construir um relacionamento sustentável e baseado na confiança com as partes interessadas. O monitoramento do desempenho do envolvimento por meio de indicadores desagregados por gênero, a adaptação de estratégias quando necessário e a garantia da responsabilidade também são parte integrante dessa estrutura. Dessa forma, ao mesmo tempo em que se reforça a legitimidade do projeto, torna-se possível a melhoria contínua com base no conhecimento e nas necessidades locais.

2. Visão geral do projeto

O Projeto OVIAP combina dois componentes principais: a modernização do Aeroporto Internacional Osvaldo Vieira, em Bissau, e uma operação de pedreira de basalto (SDEP) localizada a 175 km de distância. As obras do aeroporto incluem um novo terminal de passageiros com maior capacidade, um terminal presidencial, um terminal de carga, melhorias na pista e no pátio, e atualizações para atender aos padrões internacionais de segurança e serviço. A componente da pedreira envolve um projeto de extração de basalto com duração de 30 meses, com uma rota de transporte de 175 km que atravessa quatro regiões e 21 povoados, seguido pela restauração da terra para agrofloresta.

3. Quadro jurídico e institucional

O projeto é implementado em conformidade com a legislação nacional da Guiné-Bissau, as instituições, os acordos multilaterais e as normas de salvaguarda ambiental e social das instituições financeiras internacionais (IFC, AfDB). As principais instituições incluem a AAAC (responsável pelo licenciamento e monitorização ambiental), o IBAP (responsável pela biodiversidade e áreas protegidas), o INPC (autoridade para o património cultural), as Direções da Aviação Civil e Minas, bem como os municípios e as administrações regionais.

O quadro jurídico nacional baseia-se principalmente no Código do Ambiente (Lei 10/2010), no Decreto sobre a Participação Pública (Decreto 5/2017), na Lei sobre o Regime Pós-Abandono da Terra (Lei 5/2011) e no Código do Trabalho (Lei 2/86, com a redação que lhe foi dada em 2019). Estes instrumentos regulam áreas como avaliações de impacto ambiental e social, participação pública, aquisição de terras e compensação, saúde e segurança no trabalho, direitos dos trabalhadores e mecanismos de reclamação. O projeto garante o cumprimento destas disposições através do SEP (Plano de Envolvimento das Partes Interessadas), RAP/LRP (Plano de Ação de Reassentamento/Plano de Restabelecimento dos Meios de Subsistência), mecanismos de reclamação dos trabalhadores e relatórios regulares.

A nível internacional, o projeto está sujeito às Normas de Desempenho da IFC (PS 1–8), ao Sistema Integrado de Salvaguardas do AfDB e aos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos (UNGPs). Estas normas exigem o envolvimento contínuo e inclusivo das partes interessadas, mecanismos de reclamação acessíveis, comunicação adaptada aos grupos vulneráveis, relatórios sistemáticos e responsabilização. Em particular, a PS1 da IFC e a OS10 do AfDB enfatizam a consulta e participação informadas (ICP) e a operação de processos transparentes ao longo do ciclo de vida do projeto.

Além disso, a ratificação pela Guiné-Bissau de convenções multilaterais como a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CBD), o Acordo de Paris, a CITES, as Convenções Fundamentais da OIT, a CEDAW e a Convenção sobre os Direitos da Criança é tida em conta no âmbito do projeto. Nesse sentido, estão a ser implementados planos de compensação da biodiversidade, investimentos em energias renováveis, medidas contra o trabalho infantil, iniciativas de igualdade de género e planos de ação para a prevenção da violência baseada no género (VBG).

Uma análise das lacunas entre a legislação nacional e as normas da IFC/AfDB mostra que, embora o quadro da Guiné-Bissau preveja apenas disposições limitadas para a participação pública (normalmente consultas pontuais), as normas internacionais exigem um envolvimento contínuo, documentado e inclusivo ao longo de todo o ciclo de vida do projeto. Os SEP desenvolvidos para o OVIAP e o SDEP colmatam estas lacunas, introduzindo mecanismos de envolvimento baseados no ciclo de vida, culturalmente adequados, transparentes e rastreáveis. Esta abordagem não só garante a conformidade legal, como também reforça a licença social do projeto, alinhando-o com as melhores práticas internacionais.

4. Identificação das partes interessadas

As partes interessadas incluem todos os indivíduos, grupos e organizações que possam ser direta ou indiretamente afetados pelo projeto ou que possam ter interesse nos seus resultados. Estes incluem:

- Comunidades afetadas pelo projeto localizadas na zona do aeroporto ou nas proximidades (por exemplo, Bairro de Antula, Quelele, Safim, Bissalanca, Enterramento), o local da pedreira do SDEP (por exemplo, Quebo e aldeias vizinhas) e a rota de transporte;
- Vendedores informais e formais, trabalhadores e microempresas que operam dentro da atual OVIAP e SDEP;
- Grupos vulneráveis, incluindo famílias chefiadas por mulheres, pessoas com deficiência e agricultores e pastores de subsistência afetados por mudanças no acesso à terra;
- Instituições públicas, tais como:
 - Agência para a Segurança da Navegação Aérea na África e Madagáscar (ASECNA)
 - AAAC e Ministério do Ambiente e Biodiversidade;
 - Direção-Geral do Ordenamento do Território e Urbanismo (DGOTU);
 - Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP);
 - Direção-Geral de Aviação Civil (DGAC);
 - Instituto Nacional da Mulher e Criança (INMC);
 - Serviço Nacional da Proteção Civil;
 - Administrações Municipais de Bissau, Safim e Quebo;
- Organizações da sociedade civil, ONG locais, líderes religiosos e tradicionais e os meios de comunicação social.

Entre estas, as principais partes afetadas incluem utilizadores de terras, famílias e empresas que sofreram perdas de bens ou meios de subsistência devido à aquisição de terras ou à restrição do acesso. Especificamente:

- Foram identificadas **13 pessoas afetadas pelo projeto (PAPs)** em relação à expropriação de terras necessárias para a exploração da pedreira.

- Foram identificadas **24 PAP** na área **DVOR (Doppler Very High Frequency Omnidirectional Radio Range)** dentro da zona do aeroporto OVIAP.

Essas partes afetadas podem enfrentar deslocamento temporário ou permanente, interrupção dos meios de subsistência (por exemplo, perda de parcelas agrícolas ou comércio informal) e exposição a incômodos relacionados à construção, como ruído, poeira, e es e tráfego. Elas são o foco principal do Plano de Restauração dos Meios de Subsistência (LRP) e do Plano de Ação de Reassentamento (RAP) do Projeto.

5. Métodos de envolvimento

Uma ampla gama de métodos de envolvimento será utilizada ao longo das fases do projeto para garantir a inclusão e a acessibilidade. Estes incluem:

- Reuniões comunitárias e discussões em grupos focais facilitadas nos idiomas locais (crioulo, balanta, fula, mandinga e português);
- Consultas porta a porta e ações de sensibilização móveis em áreas remotas ou mal servidas;
- Distribuição de materiais visuais (cartazes, panfletos), transmissões de rádio e conteúdo nas redes sociais;
- Envolvimento direcionado com grupos de mulheres, cooperativas locais e organizações juvenis;
- Consultas individuais com vendedores informais, PAP (Pessoas Afetadas pelo Projeto) e famílias vulneráveis.

Todas as atividades de envolvimento são sensíveis às questões de gênero e adaptadas às necessidades de grupos específicos, incluindo pessoas com mobilidade reduzida, baixos níveis de alfabetização ou marginalização social.

6. Consulta às partes interessadas até à data

O processo de consulta às partes interessadas tem sido um elemento central dos projetos OVIAP e SDEP desde meados de 2023. Foram realizadas reuniões públicas, inquéritos aos agregados familiares, discussões em grupos focais e entrevistas para garantir uma ampla representação. Até junho de 2025, foram consultadas 398 pessoas (148 mulheres e 250 homens), além de inquéritos a inúmeros agregados familiares. Para o OVIAP, 317 pessoas foram diretamente envolvidas, enquanto para o SDEP, 81 pessoas foram consultadas, além de 24 famílias de agricultores e 168 famílias pesquisadas afetadas pela perda de terras. Os principais temas levantados incluíram emprego, impactos na terra e nos meios de subsistência, saúde, educação, património cultural e segurança no trânsito.

Como resultado dessas consultas, o projeto foi adaptado de várias maneiras: introdução de cotas de contratação local, programas de formação profissional, planos de restauração de meios de subsistência e compensação, medidas de prevenção da violência de gênero, projetos de água e saneamento, proteção do património cultural e planos de gestão do tráfego. Por exemplo, os pedidos dos anciãos para proteger bosques sagrados levaram à designação de áreas proibidas, enquanto as preocupações das mulheres sobre a violência de gênero e os cuidados infantis foram incorporadas em planos de ação específicos.

A nível nacional, o diálogo regular com 13 instituições (incluindo IBAP, AAAC, Aviação Civil e Proteção Civil) estabeleceu referências regulamentares, clarificou as responsabilidades das agências durante a construção e aprovou mecanismos de monitorização conjunta. Estes compromissos reforçaram o alinhamento com as normas internacionais e melhoraram a cooperação interagências.

O envolvimento das partes interessadas é concebido como um processo contínuo e não como uma atividade pontual. Para 2025, o plano inclui reuniões mensais de divulgação do RAP/LRP, caminhadas trimestrais de

monitorização do pó e do ruído, campanhas de segurança e atividades de sensibilização nas escolas. Os agentes de ligação com a comunidade (CLO) também mantêm uma presença diária nas aldeias para abordar informalmente as preocupações e reforçar a confiança.

Para formalizar a responsabilização, as administrações de Safim e Quebo assinaram ordens que estabelecem comissões comunitárias para supervisionar a implementação do RAP e do LRP, a resolução de reclamações e as prioridades de mitigação. Os próximos passos incluem a manutenção de reuniões trimestrais de divulgação, o lançamento de comissões de monitorização das aldeias e o acompanhamento da implementação dos planos de ação de reassentamento e VBG antes do início das principais obras de construção no final de 2025.

7. Mecanismo de Resolução de Reclamações (GRM)

O Projeto estabeleceu um Mecanismo de Resolução de Reclamações (GRM) multicanal que permite a todas as partes interessadas levantar questões, fornecer feedback ou apresentar reclamações de forma segura e acessível. Os canais do GRM incluem:

- Uma linha direta gratuita (1515) que funciona em vários idiomas nacionais;
- Uma linha dedicada no WhatsApp gerida pelo Responsável pela Ligação com a Comunidade (CLO), que permite o envio de notas de voz e imagens;
- Submissões verbais através de CLOs treinados disponíveis em todas as frentes de trabalho;
- Caixas de reclamações seguras colocadas em centros comunitários, locais religiosos e pontos de entrada do projeto;
- Uma unidade móvel de receção de reclamações destacada mensalmente para áreas remotas;
- Canais de denúncia confidenciais e centrados nas vítimas para violência e assédio de género (GBVH), geridos por pessoal feminino treinado e ligados a sistemas de encaminhamento para apoio médico, jurídico e psicossocial.

Todas as reclamações são registadas, acompanhadas e resolvidas de acordo com procedimentos transparentes, e as estatísticas resumidas são analisadas trimestralmente através de um painel digital GRM.

O GRM será sistematicamente integrado em todos os processos e atividades de envolvimento das partes interessadas, através de comunicação regular, vias de encaminhamento claras e integração em consultas, garantindo que permanece ativo, visível e responsivo ao longo do ciclo de vida do projeto.

8. Divulgação de informações e comunicação

As informações do projeto, incluindo cronogramas, atividades de construção, gestão do tráfego, controlos ambientais e oportunidades de emprego, serão divulgadas de forma proativa. Os canais incluem rádio comunitária, materiais impressos, grupos do WhatsApp, reuniões na aldeia e o quadro de informações do projeto localizado no aeroporto e na entrada da pedreira.

Será dada especial atenção ao aviso prévio sobre atividades suscetíveis de causar perturbações (por exemplo, explosões, encerramento de estradas) e às atualizações sobre os processos de compensação e mecanismos de reclamação.

- **O que é divulgado:**
 - ESIA atualizada para OVIAP e SDEP e anexos técnicos associados;

- Plano de Ação de Reassentamento (RAP) para o SDEP e Plano de Restauração de Meios de Subsistência (LRP) para o OVIAP;
- Horários semanais de explosões na pedreira e mapas de segurança do tráfego;
- Resultados da monitorização da qualidade do ar, ruído e água;
- Procedimentos do mecanismo de reclamação e resumo dos resultados.
- **Quando:**
 - No mínimo 10 dias antes de decisões importantes do projeto ou intervenções físicas;
 - Atualizações semanais sobre explosões e rotas de transporte;
 - Resumos trimestrais de monitorização e atualizações sobre reclamações;
 - Alertas em tempo real em caso de incidentes graves ou interrupções no trânsito.
- **Como:**
 - Anúncios na rádio local via FM Safim;
 - Serão utilizadas listas de transmissão WhatsApp direcionadas para as próximas divulgações;
 - Quadros de avisos comunitários em pontos de encontro importantes (mesquitas, escolas, mercados, clínicas);
 - Folhetos informativos ilustrados e folhetos ilustrados para grupos com baixo nível de alfabetização;
 - Sessões presenciais facilitadas por pontos focais locais treinados.
- **Idiomas:**
 - Todos os materiais escritos em português;
 - Resumos verbais e áudio em fula e mandinga, conforme apropriado localmente.
- **Entidades responsáveis:**
 - Equipa de Ligação Comunitária (CLT) da LESA para entrega e tradução;
 - Unidade de Implementação do Projeto (PIU) para aprovação de documentos e conteúdo técnico;
 - Funcionários do Grupo FB ESHS para divulgação específica do local (por exemplo, zonas de pedreiras e DVOR).

9. Monitorização e atualizações

O plano de implementação do SEP será atualizado sempre que necessário, mas o SEP completo só será atualizado uma vez por ano, ou mais cedo se for necessário devido a feedback das partes interessadas, solicitações regulatórias ou alterações significativas no âmbito do projeto.

Os dados são integrados num painel digital de todo o projeto, abrangendo os locais da OVIAP e do SDEP, revistos regularmente pela gestão sénior e partilhados em relatórios resumidos de envolvimento.

10. Orçamento

O SEP opera um sistema de feedback dinâmico por meio de um “Painel de Envolvimento e Desempenho”, revisado mensalmente e trimestralmente. Quando os KPIs ficam abaixo das metas ou surgem problemas recorrentes, é acionado um Aviso de Ação Corretiva, levando à análise da causa raiz, um plano de ação e

atualizações do SEP/ESMS. Isso garante que as lições aprendidas sejam integradas às práticas e políticas dentro do mesmo ciclo de relatórios.

Estima-se um orçamento anual para a implementação do SEP de 140 000 dólares americanos para 2025, 85 000 dólares americanos para 2026 e 45 000 dólares americanos para 2027.

11. Conclusão

O Plano de Envolvimento das Partes Interessadas garante que a implementação do projeto seja acompanhada por um diálogo comunitário inclusivo, respeitoso e responsivo. Ele constrói confiança e responsabilidade em todas as fases, desde o acesso inicial à terra e obras civis até as operações e o encerramento da pedreira. Como tal, é uma ferramenta de gestão essencial para manter os compromissos ambientais e sociais do Projeto na Guiné-Bissau.

1. INTRODUÇÃO

O FB GROUP está empenhado em construir relações sólidas e mutuamente benéficas com todas as partes interessadas, gerindo os seus impactos e riscos nas comunidades afetadas pelas suas atividades comerciais e mantendo uma licença social sustentável para operar. Um robusto Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (SEP) permite que o Projeto de Reabilitação e Expansão do Aeroporto Internacional Osvaldo Vieira (OVIAP) e o Projeto de Extração Safim-Dacan (SDEP, componente pedreira) (em conjunto, “o Projeto”) comuniquem ativamente com as partes interessadas para compreender e responder às suas opiniões, preocupações e interesses ao longo do planeamento e implementação.

O primeiro SEP para o projeto foi elaborado em 2023 durante a Avaliação de Impacto Ambiental e Social (ESIA) inicial e focou no escopo inicial e nas atividades da ESIA. Desde então, a pegada do projeto evoluiu para incluir os dois componentes descritos abaixo:

- Ampliação do perímetro do aeroporto para acomodar uma nova pista Doppler VHF Omnidirectional Range (DVOR) (resultando na perda de 24 parcelas de terreno), e
- Desenvolvimento de uma pedreira de basalto de 6,25 ha (SDEP incluindo 13 PAPs) localizada a 175 km de distância, no Setor Quebo, para fornecer agregados de construção à OVIAP.

Este SEP serve como plano operacional para alinhar os requisitos nacionais e internacionais, com o objetivo de atingir os mais altos padrões e preencher quaisquer lacunas regulatórias. Tanto o OVIAP quanto o SDEP provocam impactos na terra e nos meios de subsistência que exigem um Plano de Restauração dos Meios de Subsistência (LRP) para o OVIAP e um Plano de Ação de Reassentamento (RAP) para o SDEP. Esses planos visam garantir que as pessoas afetadas pelo projeto (PAPs) sejam adequadamente indenizadas por suas perdas e que seus meios de subsistência sejam restaurados ou melhorados de acordo com os padrões internacionais.

Assim, esta atualização do SEP de agosto de 2025 substitui a versão de 2023, integra uma síntese do OVIAP, do SDEP e do envolvimento no corredor até o momento e está em total conformidade com:

- Normas de Desempenho 1-8 da IFC (2012);
- Sistema Integrado de Salvaguardas do AfDB (2023); e
- Mantendo a coerência com o Código do Ambiente da Guiné-Bissau (Lei n.º 10/2010) e o Decreto n.º 5/2017.

Este Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (SEP) foi concebido para ser adaptável e evoluirá ao longo do ciclo de vida do projeto — abrangendo a pré-construção, a construção, as operações e, quando aplicável, o desmantelamento (previsto apenas para a componente SDEP, cujo encerramento está previsto para dezembro de 2025). O SEP será revisto pelo menos uma vez por ano e revisto antecipadamente se for desencadeado por alterações materiais do projeto, incidentes ou requisitos específicos dos mutuantes ou das autoridades reguladoras. Em vez de seguir um calendário de implementação fixo, a implementação do SEP está alinhada com o Sistema de Gestão Ambiental e Social (ESMS), os Planos de Gestão Ambiental e Social (ESMPs) e o Plano de Ação de Reassentamento (RAP) desenvolvidos no âmbito das ESIAs do OVIAP e do SDEP. As atividades de capacitação e formação no âmbito do SEP também seguirão os temas e prazos descritos nos ESMPs, uma vez que o SEP é parte integrante da gestão global do projeto. Para garantir a melhoria contínua e a capacidade de resposta, o SEP será formalmente atualizado trimestralmente pela Equipa Ambiental e Social (E&S).

A atualização do Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (SEP) é a principal ferramenta do projeto para gerir sistematicamente as relações com as partes afetadas e interessadas ao longo da modernização do aeroporto e da cadeia de abastecimento de pedreiras remotas. Os seus objetivos refletem os requisitos de boas

práticas da IFC PS 1, AfDB OSS e da legislação da Guiné-Bissau, e integram o feedback da comunidade recolhido durante as consultas de 2023-25.

1.1 Objetivos do SEP

A tabela abaixo resume as intenções gerais do SEP em compromissos claros e mensuráveis que orientam o trabalho diário de envolvimento. Também fornecem um plano para acompanhar o progresso e impulsionar a melhoria contínua ao longo do ciclo de vida do aeroporto e da pedreira.

Os objetivos acima apoiam diretamente a gestão dos principais riscos e impactos do projeto, incluindo aqueles relacionados à aquisição de terras, meios de subsistência, grupos vulneráveis, relações com a comunidade, conformidade ambiental e percepção das partes interessadas. Eles estão alinhados com as conclusões das ESIA e sustentam as medidas de mitigação apresentadas nos Capítulos 8 e 9 dos Relatórios de Atualização da ESIA do OVIAP e do SDEP.

Tabela1 1 : Objetivos específicos e justificativa

Ref	Objetivo	Justificativa/Resultado esperado
O 1	Garantir um envolvimento precoce, proativo e contínuo em todas as fases do projeto (pré-construção, construção, operações, desativação).	As partes interessadas são informadas e consultadas antes da tomada de decisões importantes, evitando desinformação e impactos imprevistos.
O 2	Promover uma participação significativa, inclusiva e sensível às questões de género, com abordagens adaptadas às mulheres, jovens, idosos, pessoas com deficiência e grupos culturais minoritários.	Vozes diversas influenciam a conceção e a mitigação do projeto; as barreiras à participação (língua, literacia, mobilidade) são eliminadas.
O 3	Construir e manter um amplo apoio da comunidade (licença social) demonstrando respeito, transparência e capacidade de resposta, particularmente ao longo do corredor de transporte de 175 km.	Redução de conflitos, logística de construção mais suave, reputação reforçada junto dos reguladores e credores.
O 4	Identificar, avaliar e comunicar os impactos ambientais e sociais e as medidas de gestão correspondentes em linguagem simples a todas as partes interessadas.	As comunidades compreendem os riscos/benefícios; os reguladores e credores recebem provas claras de conformidade; é possibilitada uma gestão adaptativa.
O 5	Integrar o feedback das partes interessadas na tomada de decisões do projeto e na conceção de medidas de mitigação, documentando o ciclo «você disse/nós fizemos».	As medidas de mitigação refletem o conhecimento local (por exemplo, tempo de explosão, reparação de bombas de água); o SEP continua a ser um documento vivo.
O 6	Estabelecer e operar um Mecanismo de Resolução de Reclamações (GRM) acessível, justo e sem retaliação para trabalhadores e partes interessadas externas.	As reclamações são resolvidas dentro do Acordo de Nível de Serviço (SLAs) acordado; as questões são detectadas precocemente, evitando o agravamento do conflito ou litígio.

O 7	Cumprir os requisitos nacionais de participação pública e as normas de divulgação dos credores (IFC, AfDB).	Conformidade legal; cumprimento dos acordos com os credores; licenças e financiamento garantidos.
O 8	Monitorizar, avaliar e comunicar o desempenho do envolvimento utilizando indicadores-chave de desempenho desagregados por género, ajustando as estratégias sempre que forem identificadas lacunas.	Melhoria contínua; responsabilidade transparente perante as comunidades, reguladores e investidores.

2. VISÃO GERAL DO PROJETO

O projeto é um investimento de dois componentes destinado a transformar a principal porta de entrada da Guiné-Bissau, garantindo ao mesmo tempo um abastecimento fiável e responsável de materiais de construção. Por conseguinte, combina:

- A modernização no local do Aeroporto Internacional Osvaldo Vieira, em Bissau (OVIAP), que irá melhorar a segurança, a capacidade e o desempenho energético; com
- Uma operação remota de extração de basalto (SDEP) situada 175 km a sudeste, ligada através das autoestradas nacionais EN11 → EN1 → BR.

Este modelo integrado «aeroporto-mais-pedreira» minimiza os riscos de abastecimento por terceiros, padroniza os controlos ambientais e requer um envolvimento abrangente ao longo de um corredor logístico que atravessa quatro regiões e 21 povoações (incluindo aldeias e bairros rurais). A visão geral abaixo resume as obras físicas, a pegada logística, o calendário e os compromissos pós-encerramento para cada componente.

Visão geral do projeto:

- Obras do aeroporto (ativo principal):
 - Construção de um novo terminal de passageiros com duas pontes de embarque e capacidade anual para um milhão de passageiros;
 - Um novo terminal presidencial de 700 m², projetado para uso VIP;
 - Um novo terminal de carga com capacidade para 1.000 toneladas por ano;
 - Reabilitação e ampliação do terminal existente para atender às normas da IATA, recapeamento da pista, cercas de segurança do aeroporto de acordo com as normas da ICAO, estradas internas do aeroporto e estacionamento do terminal de passageiros;
 - A expansão dos pátios existentes;
 - O desenvolvimento de infraestruturas gerais para os novos edifícios, tais como distribuição de água e eletricidade e sistema de tratamento de águas residuais
- Componente pedreira (SDEP):
 - Pedreira de basalto (6,25 ha) localizada a cerca de 2,5 km a nordeste de Saré Hamady, no setor de Quebo; extração limitada a 30 meses.

- Estrada de acesso e rota de transporte de agregados ≈ 175 km ao longo dos corredores nacionais (EN11 → EN1 → BR) até ao local do aeroporto, atravessando quatro regiões e 21 povoados (incluindo aldeias e bairros).
- Restauro para agrofloresta após o encerramento (plantação intercalar de mangueiras e cajueiros nativos).

Fases de desenvolvimento da OVIAP: Planeamento (2022-23); Construção (2023-25); Operações (2026-68); Desativação (> 2068).

Fases de desenvolvimento do SDEP: Construção (4.º trimestre de 2023 a 1.º trimestre de 2024); Operações (2.º trimestre de 2024 a 4.º trimestre de 2025); Encerramento (1.º trimestre de 2026)

Metodologia do SEP

O SEP foi iniciado como parte dos estudos ESIA e desenvolvido de acordo com a abordagem resumida abaixo:

- ▶ Foi realizada uma análise documental abrangente dos dados sociais e dos quadros regulamentares,
- ▶ A Área de Influência Social (Aol) foi identificada,
- ▶ Foram identificadas as partes interessadas que poderiam ser afetadas ou ter interesse no projeto.
- ▶ Foram identificadas as partes interessadas que se planeia envolver no âmbito do projeto, bem como as suas funções e capacidades de participação,
- ▶ Foram realizadas visitas de campo para recolha de dados sociais de referência e identificação de dados detalhados para grupos vulneráveis e estratégias de comunicação
- ▶ Foram identificados os principais impactos sociais e designadas ferramentas para informar as partes interessadas sobre esses impactos;
- ▶ Consultas às partes interessadas com atores nacionais, regionais e locais, incluindo comunidades afetadas, autoridades governamentais nacionais e locais, municípios locais, ONGs e representantes de bairros,

Foi realizado um processo formal de notificação pública por meio de anúncios no rádio, quadros de avisos municipais e divulgação porta a porta, descrevendo o escopo, o cronograma e os impactos esperados das atividades de construção. Essas ações foram consistentes com o Padrão de Desempenho 1 da IFC e o OS 1 do AfDB sobre Envolvimento das Partes Interessadas e formaram a base para manter a conscientização da comunidade e a transparência. O Mecanismo de Resolução de Reclamações (GRM) do projeto também foi ativado durante esta fase.

A metodologia para identificação das partes interessadas também é detalhada no Capítulo 6.

3. QUADRO JURÍDICO E INSTITUCIONAL

3.1 Visão geral

O investimento no aeroporto e na pedreira da OVIAP é regido por uma matriz regulatória multifacetada que combina a legislação e as instituições nacionais da Guiné-Bissau com tratados internacionais e normas de salvaguarda dos credores (IFC, AfD). Esta secção resume os instrumentos jurídicos, as funções institucionais e as obrigações multilaterais mais relevantes e explica, em termos gerais, como o projeto garantirá o pleno cumprimento durante a conceção, construção, operação e encerramento.

As principais autoridades nacionais incluem:

- AAAC – Autoridade Competente em Avaliação Ambiental (revisão da ESIA, licenciamento, monitorização).
- IBAP – Instituto de Biodiversidade e Áreas Protegidas (supervisão de compensações e proteção de espécies).
- INPC – Instituto Nacional do Património Cultural (achados fortuitos, licenças patrimoniais).
- DGCI / DGMI – Direções de Aviação Civil e Minas (segurança aeroportuária; licenciamento de pedreiras).
- Município e administrações regionais – administração fundiária, fiscalização da segurança rodoviária.

3.2 Resumo da legislação nacional relevante

A matriz abaixo reúne as leis nacionais, decretos e regulamentos setoriais mais diretamente aplicáveis que regem as dimensões ambiental, social, laboral, patrimonial e de segurança rodoviária das obras do aeroporto OVIAP e da pedreira remota SDEP. Cada entrada resume a intenção legal e explica, em termos práticos, como o Projeto demonstrará a conformidade durante a conceção, construção, operação e encerramento.

Tabela3 -1 : Resumo da legislação nacional relevante

Lei/Decreto	Descrição e âmbito	Abordagem de conformidade do projeto
Lei 10/2010 – Código do Ambiente	Estabelece o processo de ESIA, limites de emissão, direitos de participação pública	ESIA aprovada pela AAAC; SEP cumpre a participação; monitorização nos termos do Art. 60
Decreto 5/2017 – Participação pública	Detalha os requisitos e prazos para consulta/audiência	SEP alinhada; audiência pública agendada para mais de 30 dias após a divulgação da ESIA
Lei de Posse da Terra n.º 5/2011	Regula a aquisição de terras, a compensação e os direitos da comunidade	Em conformidade com o RAP/LRP; acordos fundiários assinados pela municipalidade
Código do Trabalho 2/86 (alterado em 2019)	Contratos de trabalho, saúde e segurança, direitos de reclamação	Políticas de RH e GRM dos trabalhadores em conformidade com os artigos 87.º e 93.º

A Guiné-Bissau estabeleceu um quadro jurídico e regulamentar que torna a participação pública um componente essencial da governação ambiental e social. As seguintes leis e decretos exigem ou apoiam especificamente o envolvimento das partes interessadas no contexto de projetos de desenvolvimento:

Lei n.º 10/2010 – Lei-Quadro do Ambiente (Código do Ambiente)

Esta lei fundamental estabelece a base jurídica para a proteção e gestão ambiental na Guiné-Bissau. Introduce o processo de Avaliação do Impacto Ambiental e Social (AIAS) como pré-requisito para a aprovação de projetos e exige a participação pública ao longo de todo o ciclo de vida do projeto.

- Disposições sobre participação pública:

O artigo 18.º exige que as comunidades afetadas e o público tenham a oportunidade de participar no processo de tomada de decisões ambientais. Audiências públicas, divulgação de documentos da AAEL e consulta às partes interessadas locais são elementos essenciais deste quadro participativo.

- Medidas de conformidade:

O projeto desenvolveu um Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (SEP) em conformidade com este requisito, e está prevista uma audiência pública de acordo com as diretrizes da AAAC. Está também previsto o envolvimento contínuo da comunidade através de mecanismos de reclamação e sessões de feedback.

Decreto 5/2017 – Decreto sobre a participação pública na avaliação ambiental

Este decreto estabelece os procedimentos e prazos específicos para o envolvimento do público no processo de ESIA. Reforça as disposições da Lei 10/2010, exigindo:

- Divulgação atempada do projeto de ESIA (no mínimo 30 dias antes da audiência pública);
- Notificação pública adequada através de canais acessíveis;
- Uma audiência pública formal organizada pela autoridade ambiental (AAAC) para recolher o feedback da comunidade;
- Documentação dos comentários e da forma como são abordados no relatório final do ESIA.
- Medidas de conformidade:

O SEP do projeto está em conformidade com este decreto. Inclui um plano de consulta, uma estratégia de divulgação e um mecanismo formal de resolução de reclamações. As audiências públicas são agendadas de acordo com a regra de divulgação de 30 dias. Todos os resultados das consultas estão a ser documentados e refletidos no ESIA.

Lei de Posse da Terra 5/2011

Esta lei rege a propriedade da terra, a posse consuetudinária, os procedimentos de aquisição e a compensação. Ela destaca a importância do consentimento da comunidade e da transparência nas transações fundiárias, especialmente quando a terra é de propriedade ou uso consuetudinário.

- Disposições sobre participação pública:
 - As comunidades devem ser consultadas e envolvidas nos processos de aquisição de terras.
 - Os acordos para uso ou aquisição de terras devem ser formalmente documentados e assinados pelas autoridades municipais locais.

- Os planos de compensação e restauração dos meios de subsistência devem ser divulgados e discutidos com as pessoas afetadas.
- Medidas de conformidade:
O projeto está a implementar um Plano de Ação de Reassentamento (RAP) e/ou um Plano de Restabelecimento dos Meios de Subsistência (LRP), garantindo que todas as famílias afetadas sejam consultadas, indemnizadas e tenham a oportunidade de participar na tomada de decisões relativas às medidas de reassentamento ou restabelecimento.

Código do Trabalho 2/86 (alterado em 2019)

Embora focado principalmente nas relações de trabalho, o Código do Trabalho contém disposições importantes sobre saúde e segurança dos trabalhadores, procedimentos de reclamação e diálogo coletivo, contribuindo para práticas participativas no seio da força de trabalho.

- Disposições sobre participação pública:
 - Os trabalhadores têm o direito de participar nos processos de tomada de decisão no local de trabalho (por exemplo, através de representantes dos trabalhadores ou sindicatos).
 - Os empregadores devem estabelecer procedimentos de reclamação e garantir canais seguros para a comunicação de preocupações.
- Medidas de conformidade:
O projeto adotou políticas internas de recursos humanos alinhadas com as leis trabalhistas nacionais. Foi estabelecido um Mecanismo de Resolução de Reclamações dos Trabalhadores (GRM) para garantir que os trabalhadores possam relatar preocupações com segurança e confidencialidade.

3.3 Salvaguardas e diretrizes do credor

Além da legislação nacional, o Projeto OVIAP está sujeito às normas ambientais e sociais dos seus credores internacionais, nomeadamente a **Corporação Financeira Internacional (IFC)** e o **Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB)**. Estas instituições exigem um envolvimento estruturado, inclusivo e contínuo com as partes interessadas e mecanismos robustos para tratar reclamações, especialmente em projetos com potenciais impactos ambientais e sociais.

Esta secção descreve as obrigações específicas de envolvimento das partes interessadas e de resolução de reclamações estabelecidas por estas instituições, e como o Projeto irá cumpri-las. É dada especial atenção à **eficácia dos mecanismos de envolvimento e resolução de reclamações**, em conformidade com as melhores práticas globais, incluindo os **Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos (UNGPs)**.

Padrão de Desempenho 1 da IFC (2012) – Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos Ambientais e Sociais:

Um dos elementos-chave do PS1 é o envolvimento das partes interessadas. O envolvimento das partes interessadas é considerado uma «base para a construção de relações sólidas, construtivas e sensíveis, necessárias para a gestão bem-sucedida dos impactos ambientais e sociais do projeto». A PS1 confirma que a relação depende dos riscos e impactos do projeto e geralmente inclui a análise e o planeamento das partes interessadas, a divulgação e disseminação de informações, a consulta e o envolvimento, o mecanismo de

reclamação, o fornecimento de documentação para a participação informada das partes interessadas e a apresentação de relatórios contínuos às PAP.

De acordo com o parágrafo 31 do PS1, os projetos com impactos adversos potencialmente significativos nas Comunidades Afetadas incluirão um processo de Consulta e Participação Informada (ICP) que se baseará nas etapas descritas acima em Consulta e resultará na participação informada das Comunidades Afetadas. A ICP envolve uma troca mais aprofundada de pontos de vista e informações, e uma consulta organizada e iterativa, levando o cliente a incorporar no seu processo de tomada de decisão os pontos de vista das Comunidades Afetadas sobre questões que as afetam diretamente, tais como as medidas de mitigação propostas, a partilha dos benefícios e oportunidades de desenvolvimento e questões de implementação.

Salvaguardas Operacionais do Banco Africano de Desenvolvimento OS 10 - Envolvimento das partes interessadas e divulgação de informações

Na sua busca pelo objetivo central de ajudar os países africanos a alcançar o desenvolvimento económico e o progresso social, o Banco reconhece que o direito à participação efetiva na tomada de decisões é essencial para o desenvolvimento de sociedades inclusivas e justas. A participação efetiva das partes interessadas pode melhorar a sustentabilidade ambiental e social dos projetos, aumentar a aceitação dos projetos e contribuir significativamente para o sucesso da sua conceção e implementação.

O envolvimento das partes interessadas é um processo inclusivo conduzido ao longo de todo o ciclo de vida do projeto. Quando devidamente concebido e implementado, promove relações fortes, construtivas e responsivas, que são importantes para a gestão bem-sucedida dos riscos ambientais e sociais de um projeto. O envolvimento das partes interessadas é mais eficaz quando iniciado numa fase inicial do processo de desenvolvimento do projeto e é parte integrante das decisões iniciais do projeto e da avaliação da gestão e monitorização dos riscos e impactos ambientais e sociais do projeto.

Tabela3 2 . Principais salvaguardas e diretrizes dos credores

Salvaguarda/Diretriz	Aplicabilidade	Requisitos de envolvimento das partes interessadas e GRM
Padrão de Desempenho 1 da IFC (2012) – Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos Ambientais e Sociais	Aplica-se a todo o ciclo de vida do projeto	- Desenvolver e implementar um Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (SEP) com envolvimento diferenciado para grupos vulneráveis; - Garantir a divulgação atempada dos documentos ESIA; - Realizar consultas contínuas proporcionais aos riscos; - Estabelecer um Mecanismo de Resolução de Reclamações (GRM) acessível a todas as partes interessadas
Padrão de Desempenho 2 da IFC (2012) – Trabalho e Condições de Trabalho	Aplica-se a todos os trabalhadores, incluindo trabalhadores contratados	- Estabelecer um GRM específico para os trabalhadores; - Informar os trabalhadores sobre os seus direitos e canais de acesso; - Garantir tratamento justo e proteção contra retaliação

Sistema Integrado de Salvaguardas do AfDB (ISS, 2023)	Aplica-se a projetos da Categoria 1, como o OVIAP	- Exigir consultas significativas durante a preparação e implementação do projeto; - Incluir métodos de participação culturalmente adequados; - O GRM deve ser claramente descrito e funcional antes da implementação do projeto; - Relatórios regulares ao AfDB sobre os resultados das consultas e a resolução de reclamações
Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos (UNGPs) – Critérios de Eficácia para Mecanismos de Reclamação Não Judiciais	Aplicável tanto ao GRM comunitário como ao GRM dos trabalhadores	Os GRM devem ser: - Legítimos, acessíveis, previsíveis, equitativos, transparentes, compatíveis com os direitos - Compatíveis e uma fonte de aprendizagem contínua

3.4 Análise das lacunas entre as normas nacionais e as normas da IFC/AfDB

Esta secção identifica e analisa as lacunas entre o quadro jurídico e institucional da Guiné-Bissau para o envolvimento das partes interessadas e os requisitos das Normas de Desempenho da IFC (em particular a PS1) e a Salvaguarda Operacional 10 (OS10) do Banco Africano de Desenvolvimento. Explica também como os Planos de Envolvimento das Partes Interessadas (SEPs) para o Projeto do Aeroporto Internacional Osvaldo Vieira (OVIAP) e o Projeto de Exploração Dolerítica Surrre (SDEP) abordaram estas lacunas.

3Tabela3 - Análise das lacunas entre as normas nacionais e as normas da IFC/AfDB

Aspecto	Requisitos nacionais da Guiné-Bissau	Requisitos da IFC PS1 / AfDB OS10	Lacuna identificada	Como o SEP aborda a lacuna
Requisito legal para o envolvimento das partes interessadas	Requisito processual limitado no Decreto-Lei EIA (n.º 5-A/2011) para consulta pública uma vez durante a revisão do TdR ou do ESIA preliminar	Exige o envolvimento precoce e contínuo ao longo do ciclo de vida do projeto	A legislação nacional exige apenas uma consulta única, sem obrigação de envolvimento contínuo	Os SEPs para ambos os projetos incluem um ciclo de vida completo de envolvimento (pré-construção, construção, encerramento) com marcos de envolvimento e ciclos de feedback
Identificação das partes afetadas	Não existe uma metodologia clara para identificar as pessoas afetadas pelo projeto (PAP) para além das	Requer a identificação e desagregação das partes interessadas, especialmente dos grupos vulneráveis	Ausência de foco em grupos vulneráveis	Ambos os SEPs utilizaram mapeamento participativo, inquéritos sociais de base e análise das partes interessadas para identificar grupos

Aspecto	Requisitos nacionais da Guiné-Bissau	Requisitos da IFC PS1 / AfDB OS10	Lacuna identificada	Como o SEP aborda a lacuna
	fronteiras administrativas			vulneráveis e marginalizados (por exemplo, mulheres, jovens, famílias deslocadas)
Divulgação de informações	Requer a publicação do resumo do projeto em português através dos canais governamentais	Requer divulgação acessível, compreensível e culturalmente adequada	A linguagem, a acessibilidade e a inclusão não são garantidas nos requisitos nacionais	O SEP garante que os materiais sejam traduzidos para os idiomas locais (crioulo, balanta, fula), usando rádio, cartazes e comunicação verbal por meio de contatos comunitários
Documentação do envolvimento	Não há obrigação legal de documentar comentários ou acompanhamento	Exige registros detalhados das contribuições das partes interessadas, respostas e como o feedback foi incorporado	Falta de transparência e rastreabilidade	O SEP inclui registros das partes interessadas, atas de reuniões, matrizes de acompanhamento e integração dos comentários no planejamento do projeto
Mecanismo de Resolução de Reclamações (GRM)	Não há estrutura obrigatória de GRM para projetos de EIA	Requer um GRM acessível, inclusivo e responsivo	Ausência de um sistema GRM formal	O SEP inclui um GRM em níveis com vários pontos de entrada (comitê da aldeia, linha direta, pessoalmente) e registros de reclamações revisados mensalmente
Calendário do envolvimento	Normalmente começa durante a preparação da ESIA	Deve começar durante a identificação/definição do âmbito do projeto e continuar até ao encerramento	Início tardio do processo de envolvimento	O envolvimento do SEP começou durante o escopo e inclui compromissos de envolvimento futuro, inclusive durante o monitoramento pós-encerramento
Monitorização e avaliação	Não há exigência de monitoramento do envolvimento	Requer monitoramento da implementação do	Não existe um quadro de monitorização e	O SEP inclui indicadores SMART, revisões anuais do compromisso e KPIs para acompanhar a satisfação, a diversidade

Aspecto	Requisitos nacionais da Guiné-Bissau	Requisitos da IFC PS1 / AfDB OS10	Lacuna identificada	Como o SEP aborda a lacuna
	ou avaliação da eficácia	SEP e avaliação periódica	avaliação para o envolvimento	do alcance e a resolução de reclamações
Consentimento Livre, Prévio e Informado (FPIC)	Não explicitamente referenciado na legislação nacional	Exigido em casos de povos indígenas ou impactos adversos significativos	Não há salvaguarda legal para o FPIC	Embora não tenham sido identificados povos indígenas, o SEP inclui procedimentos de consentimento culturalmente adequados para todas as comunidades materialmente afetadas

Esta análise de lacunas demonstra que, embora o quadro regulamentar da Guiné-Bissau forneça uma base processual básica, carece da profundidade e das salvaguardas exigidas pela IFC e pelo AfDB. Os SEP para o OVIAP e o SDEP colmatam estas lacunas, adotando uma abordagem de envolvimento baseada no ciclo de vida, que constitui uma boa prática, é verificável, inclusiva e responde às expectativas regulamentares e dos mutuantes.

3.5 Envolvimento das partes interessadas e referências de boas práticas

Para garantir que o **Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (SEP)** seja mais do que um exercício de conformidade, o projeto foi deliberadamente comparado com a publicação da IFC **“Envolvimento das Partes Interessadas: Um Manual de Boas Práticas para Empresas que Operam em Mercados Emergentes”** (IFC, 2022 – doravante **“Manual SE”**). O manual destila lições de mais de 200 projetos e é agora a referência de facto utilizada pelos credores multilaterais quando avaliam os SEP. As implicações do SE para o projeto estão resumidas na tabela abaixo.

Tabela3 4 : Implicações do SE Handbook para o projeto

Pilar SEP	O que diz o Manual	O que isso significa aqui – Escolhas de design específicas da OVIAP
1. Identificação e análise das partes interessadas	“Mapeie todas as pessoas que podem influenciar ou ser afetadas pelo projeto; atualize regularmente.”	As partes interessadas são identificadas em duas etapas: - Agrupamento espacial, mapeamento por imagens de satélite. - Agrupamento temático como partes interessadas afetadas, interessadas e vulneráveis. 1. Partes interessadas afetadas: - Zona do aeroporto (bairros de Safim e Bissalanca, parcelas DVOR, trabalhadores do aeroporto e viajantes) e

		- Corredor da Pedreira de Quebo (Sara Hamadi, Cuntabane, aldeias ao longo da estrada de transporte). 2. Partes interessadas: Atores institucionais, administrativos, ONGs 3. Partes interessadas vulneráveis: famílias chefiadas por mulheres, idosos, pessoas com deficiência, migrantes sazonais, minorias étnicas e trabalhadores informais. : • 41 partes interessadas primárias identificadas na Matriz de Poder-Interesse (PIM) com seis grupos em «lista de observação»: catadores informais de resíduos em Safim, vendedoras ambulantes no distrito de Bissalanca, mineiros artesanais sazonais perto da pedreira, pessoas com deficiência que vivem abaixo da rota de voo 03/21, os agricultores de arroz Balanta próximos da estrada de transporte e as tabancas que irão acolher a nova linha de 33 kV. Os grupos vulneráveis foram identificados através de uma abordagem multifatorial que combinou consultas à comunidade, entrevistas com informantes-chave e observações no terreno. Estes incluem famílias chefiadas por mulheres, idosos, pessoas com deficiência, migrantes sazonais, minorias étnicas e trabalhadores informais. As suas características, riscos e necessidades específicas estão a ser aprofundados através de métodos de envolvimento direcionados, recolha de dados desagregados por género e ferramentas de comunicação culturalmente adequadas.
2. Envolvimento precoce e contínuo	«Começar na conceção e continuar até ao encerramento.»	• O envolvimento começou em abril de 2023, durante o escopo da ESIA de 2023. • Quatro fases de envolvimento refletem o aumento da construção e a concessão BOT: Definição do âmbito► Divulgação da ESIA► Construção► Operações/Encerramento. • Objetivos específicos de cada fase: pré-construção = acesso ao terreno e otimização do projeto; construção = tráfego, ruído, afluxo de mão de obra; operações = gestão de colisões com aves, localização de empregos, encerramento de reclamações.
3. Métodos de consulta personalizados	«Escolha fóruns que correspondam às capacidades e cultura das partes interessadas.» Incluir	• Idiomas – materiais em português, crioulo, balanta-kentohe e (para a pedreira) mandinga e fula.

	todos os tipos de partes interessadas, incluindo as afetadas, interessadas e vulneráveis	- Ferramentas para pessoas com baixo nível de alfabetização – cartazes com pictogramas para a linha direta de violência de gênero, resumos em áudio transmitidos pela Rádio Sol Mansi às 07h00 e 19h30, notas de voz no WhatsApp para grupos de jovens. - Protocolo cultural – compromissos nos recintos dos chefes tabanca em dias sem mercado (quarta e sábado evitados); FGDs segregadas por gênero lideradas por facilitadores do mesmo gênero. - Com base nas conclusões da análise socioeconómica de base e no mapeamento das partes interessadas, nenhuma comunidade afetada pelo projeto apresenta as características descritas na Norma de Desempenho 7 da IFC sobre Povos Indígenas. O Capítulo 7 das Atualizações da ESIA da OVIAP e do SDEP fornece uma análise detalhada da existência de povos indígenas nas áreas do projeto.
4. Envolvimento «informado» – divulgação a todas as partes interessadas afetadas, interessadas e vulneráveis	«A informação deve ser compreensível, relevante e oportuna.»	- ESIA NTS simplificado para 18 páginas A3 dobráveis com códigos QR que remetem para vídeos explicativos sobre a sequência de reabilitação da pista e o calendário de explosões na pedreira. - Fichas informativas específicas do local: «A sua terra e a zona de segurança DVOR», «Por que precisamos de mudar as 24 parcelas», «Risco para a vida selvagem e aeronaves no estuário de Geba», «Segurança dos camiões de transporte – O que esperar na estrada F22, sinalização ao longo da estrada de transporte e OVIAP».
5. Feedback e resposta	“Fechar o ciclo de forma visível (‘você disseram – nós fizemos’).”	- Quadros de resultados trimestrais afixados na Câmara Municipal de Safim e no mercado de Quebo, listando cada comentário importante, ação tomada e contacto do CLO. - KPI: ≥ 85 % do feedback acionável abordado no prazo de 60 dias (acompanhado na base de dados DevResults).
6. Mecanismo de reclamação (GRM)	“Acessível, previsível, transparente.”	Vários canais – linha direta 24 horas por dia, 7 dias por semana, 1515, WhatsApp +245 960 001 515, 6 caixas de sugestões (2 na pedreira, 2 no aeroporto, 1 móvel na estrada de transporte, 1 no mercado de Safim), balcão de atendimento no escritório do CLO, autoridades locais, chefes de aldeia, imãs.

		• Compromisso com prazos – reconhecimento ≤ 48 h, resolução ≤ 30 d, painel de escalonamento com representante municipal e ancião respeitado. • Sensibilidade às questões de género – ligação feminina para casos de violência baseada no género, cabine de espaço seguro perto do acampamento dos trabalhadores, encaminhamento acordado com o Centro de Saúde de Safim. • As queixas relacionadas com a violência baseada no género são tratadas de forma confidencial, com registo seguro e acesso limitado. São aceites denúncias anónimas e existe uma política rigorosa de não retaliação para proteger os queixosos de represálias.
7. Monitorização, comunicação e adaptação	“Acompanhar o desempenho, publicar e ajustar.”	• Painel de controlo em tempo real – a base de dados DevResults gera automaticamente análises trimestrais do envolvimento (divisão por género, categorias de questões, tempo médio de resolução). • Interface do regulador – resultados partilhados nas reuniões trimestrais de coordenação AAAC–Projeto exigidas nos termos do §6.5 do ESMP. • Atualização adaptativa – lista de partes interessadas e registo de riscos revistos após qualquer alteração significativa no projeto (por exemplo, expansão da pedreira, revisão da rota de voo).

Por que isso é importante na Guiné-Bissau?

Tabela3 5 : É importante na Guiné-Bissau porque

Fator contextual	Implicações para o SEP	Solução incorporada
Governança fragmentada (autoridades nacionais vs. municipais vs. tradicionais)	Risco de aprovações paralelas, mensagens contraditórias.	Interface regulatória O plano alinha os resultados do SEP com a AAAC, o IBAP e os municípios; os chefes tradicionais assinam conjuntamente as atas das reuniões.
Elevado desemprego juvenil	Envolvimento dominado por questões relacionadas com a procura de emprego, risco de agitação social.	SMS em tempo real sobre vagas; afixação de vagas de emprego no portão principal; LEP transparente; bolsas de estudo para TVET divulgadas durante roadshows.
Campos de trabalho mistos e afluxo de mão de obra	Preocupações crescentes com a violência de género e as IST.	Plano de ação contra a violência de género; cabines seguras; introdução obrigatória de um código de conduta; acreditação de vendedoras locais.

Baixas taxas de alfabetização (~54 %)	A divulgação por escrito tem alcance limitado.	Utilização de rádio, grupos de teatro, recursos visuais, mensagens de voz pelo WhatsApp.
Vários idiomas locais	Reuniões em um único idioma excluem as minorias.	Tradução simultânea em balanta-kentohe na zona do aeroporto; intérprete de mandinga nas sessões na pedreira.
Duas pegadas fisicamente separadas (aeroporto vs. pedreira)	As prioridades das partes interessadas diferem (ruído vs. água vs. explosões).	Calendários de compromisso e KPIs separados; reclamações da pedreira registadas separadamente e analisadas para identificar tendências relacionadas com explosões.

Como será medido o sucesso?

Tabela3 6 : O sucesso será medido da seguinte forma

Indicador	Meta	Ferramenta e frequência
Cobertura da participação (presença vs. convidados)	≥ 75% dos grupos de partes interessadas identificados representados por trimestre	Registos de presença e painel de resultados de desenvolvimento
Capacidade de resposta da GRM (encerramento ≤ 30 dias)	≥ 90% das reclamações apresentadas	Revisão do registo GRM – mensal
Inclusão de grupos vulneráveis	≥ 40% dos FGDs são exclusivamente femininos, ≥ 1 evento/trimestre para pessoas com deficiência ou idosos	Calendário SEP e relatórios CLO
Satisfação das partes interessadas (inquérito pós-reunião)	≥ 80% das reuniões classificadas como «úteis/muito úteis»	Inquéritos por SMS e em papel semestrais
Resultados da auditoria (credor e comunidade)	Zero resultados de gravidade «elevada» não resolvidos > 90 dias	Relatório de auditoria independente – anual

Integração na matriz legal-institucional

1. As orientações do Manual SE cumprem os requisitos processuais do Decreto 5/2017 (Participação Pública) e demonstram as «boas práticas internacionais» exigidas pela IFC PS 1 e AfDB ISS OS 1.
2. A AAAC aceitou formalmente a estrutura do SEP porque «reproduz o fluxo de trabalho do manual da IFC», garantindo a coerência entre os mutuantes nacionais.
3. Os auditores independentes de ES usarão os KPIs do Manual de SE como parte da auditoria anual do credor (Tabela 10-31 do ESMP).

Conclusão: O SEP é um **sistema de envolvimento vivo e classificado por risco**, elaborado em torno da geografia, línguas, dinâmicas sociais e obrigações regulamentares únicas de um projeto de aeroporto e pedreira na Guiné-

Bissau. Ao basear cada princípio do Manual em ações testadas no terreno e culturalmente relevantes, o projeto pode construir e manter uma licença social genuína, satisfazer as salvaguardas dos credores e cumprir o decreto de participação da Guiné-Bissau, ao mesmo tempo que dá às comunidades formas claras de moldar e monitorizar as decisões que as afetam.

3.6 Mecanismos de aplicação e garantia

O projeto garantirá a conformidade legal e com os tratados através de:

1. ESMS integrado – Políticas, procedimentos e KPIs mapeados para cada requisito legal (consulte o Capítulo 10 das ESIsAs).
2. Cláusulas contratuais – Todos os contratos assinados com os empreiteiros do aeroporto e da pedreira incorporam obrigações de conformidade e são repassadas aos subcontratados.
3. Capacitação – Formação em « » para CLOs, empreiteiros e monitores comunitários sobre as disposições do código (por exemplo, protocolo de descoberta casual do INPC, diretrizes GBV).
4. Plano de interface regulatória – Coordenação trimestral com a AAAC, IBAP, INPC e autoridades municipais; inspeções conjuntas documentadas.
5. Monitorização e auditoria independentes —De acordo com o âmbito da LESA, o projeto será sujeito a auditorias ambientais e sociais anuais encomendadas pelos credores. Além disso, observadores comunitários serão convidados a participar na monitorização de atividades-chave, tais como a detonação em pedreiras e a segurança das rotas de transporte, a fim de garantir a transparência e promover a confiança.
6. Divulgação pública e feedback – ESIA, relatórios de monitorização e resumos não técnicos divulgados de acordo com o Decreto 5/2017, que alimentam as atualizações do SEP.

4. ÁREA DE INFLUÊNCIA

A Área de Influência (Aoi) define a pegada geográfica dentro da qual as atividades, emissões e tráfego relacionados ao projeto podem causar impactos diretos, indiretos ou cumulativos nas pessoas e no meio ambiente. Para a OVIAP, a Aoi se estende bem além da cerca do aeroporto, pois os agregados de construção serão transportados a 175 km da pedreira SDEP, atravessando quatro regiões administrativas e 21 assentamentos (incluindo vilas e aldeias). A Aoi, portanto, abrange:

- (i) os locais das obras físicas (aeroporto, incluindo a área DVOR, local da pedreira, incluindo uma zona tampão de 500 m e estrada de transporte),
- (ii) todo o corredor logístico rodoviário nacional e
- (iii) as comunidades e os recetores sensíveis suscetíveis de sofrer efeitos relacionados com poeira, ruído, vibração, segurança rodoviária ou socioeconómicos. Esta delimitação orienta a identificação das partes interessadas, a avaliação do impacto, o planeamento da mitigação e a monitorização a longo prazo.

No geral, a Aoi combinada pode ser vista nas Figuras 1, 2 e 3 abaixo.

Tabela4 1 : Área de influência (Aoi) do OVIAP e do SDEP

Nível	Principais características	Assentamentos diretamente afetados	
		OVIAP	SDEP
Primário	Linha de vedação do aeroporto, faixa de expansão DVOR (24 parcelas de terreno), pedreira e zona tampão (500 m) e 13 PAPs, corredor de transporte	Ponta Rocha, Bissalanka, Hafia, Plack II	Saré Hamadi, Sinthian Fala, Sinthian Chérifou e Cutabani (*região de Tombali)
Secundário	Cidade de Safim, frente à estrada EN11, comuna de Quebo, recetores sensíveis (escolas, postos de saúde, mesquitas)	Safim, escolas e postos de saúde de Ponta Rocha	Escolas e postos de saúde de Quebo e da estrada de transporte

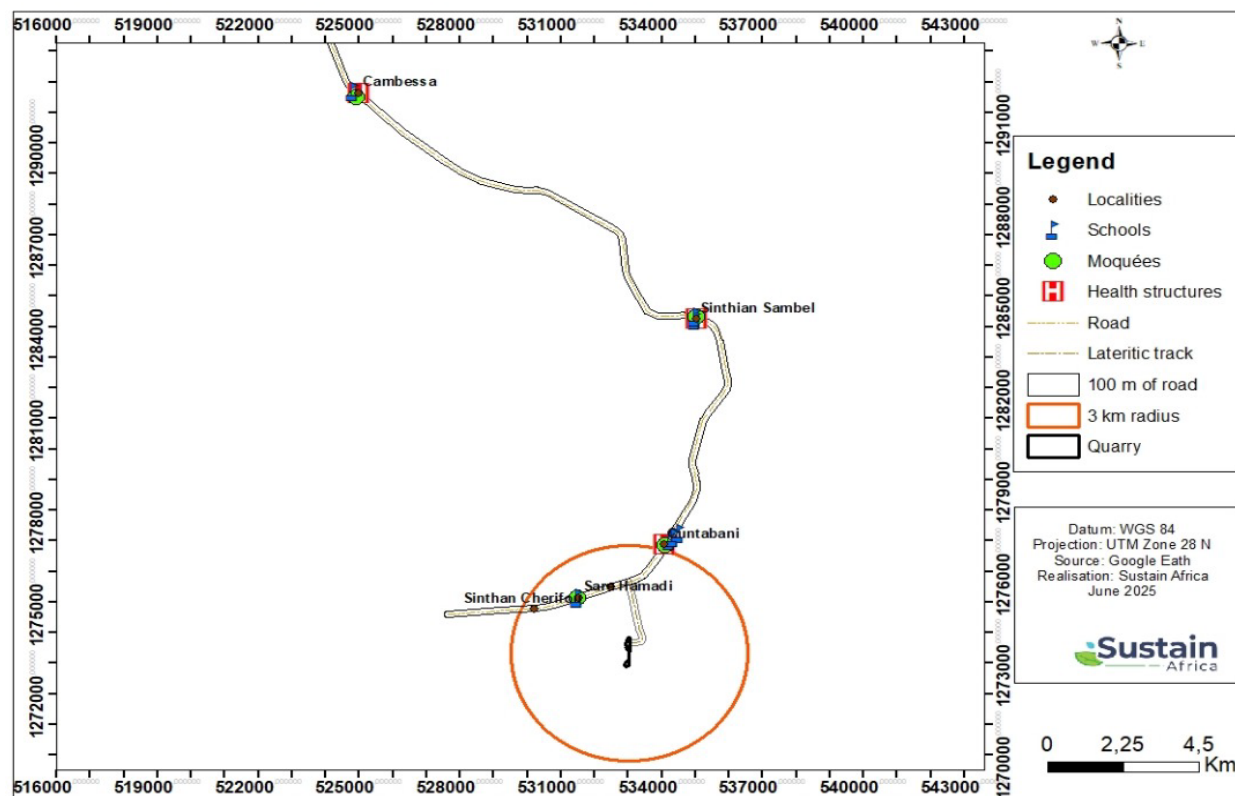


Figura1 SDEP e secção 1 da estrada de transporte: Aol de Sare Hamady a Mas Sambo

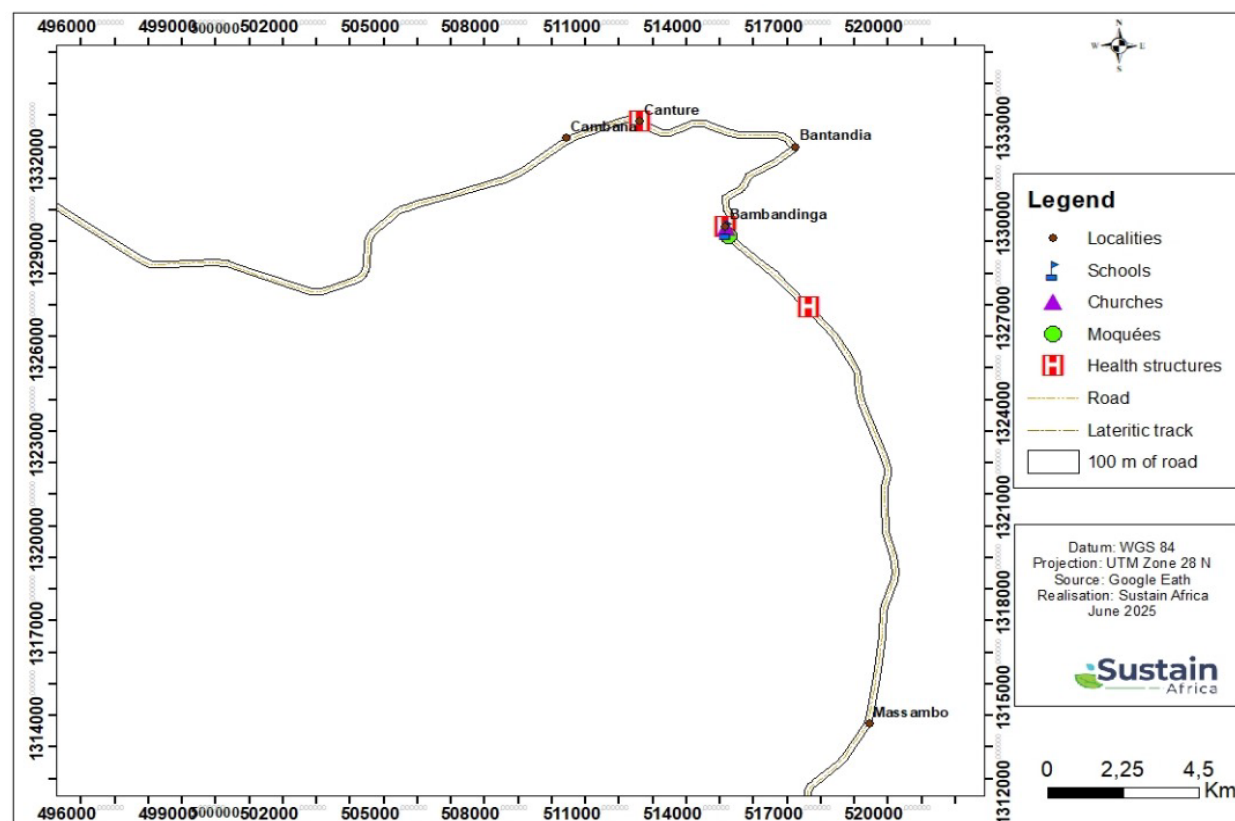


Figura2 , rota de transporte, secção 2: Aol de Mas Sambo a Nhacra

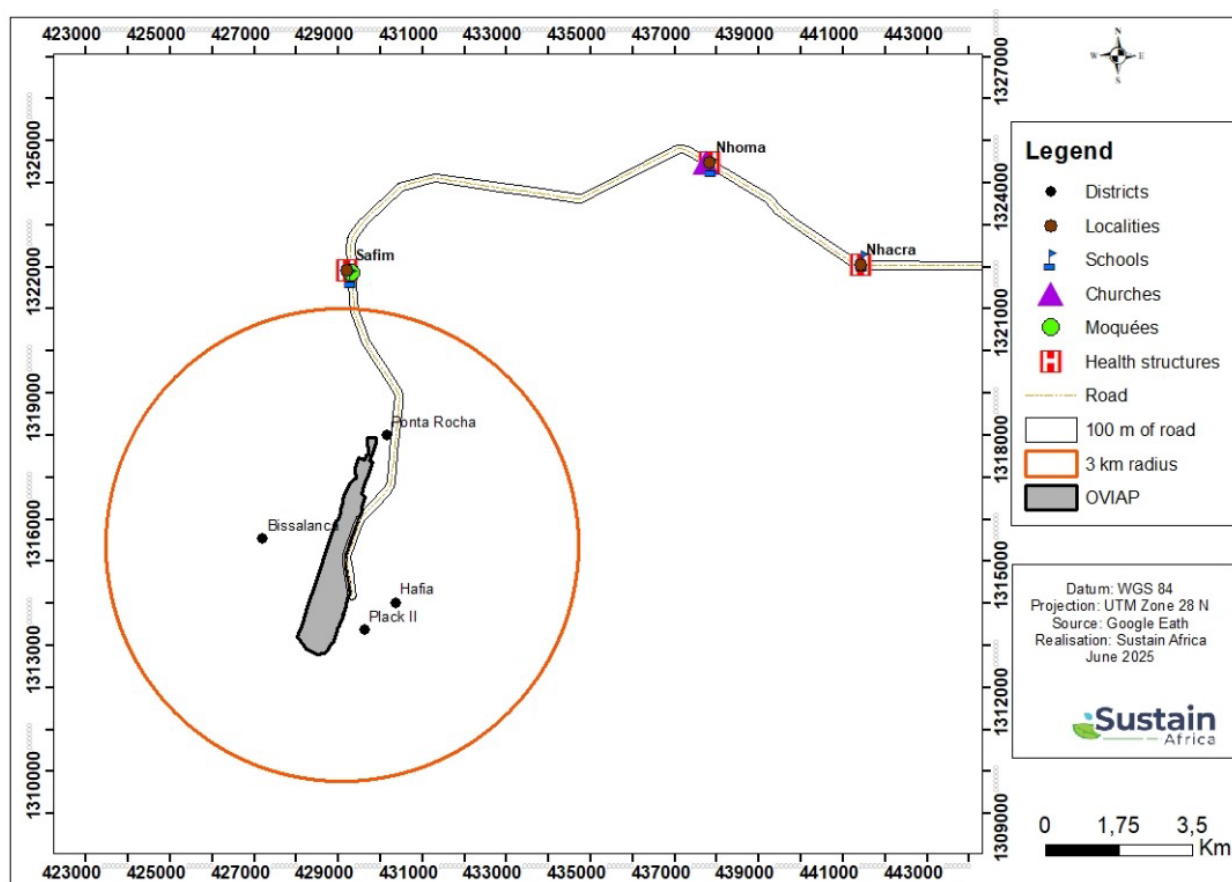


Figura3 OVIAP e rota de transporte, secção 3: Aol de Nhacra a OVIAP

5. RELAÇÕES DE IMPACTO

5.1 Visão geral

Esta secção liga as atividades físicas do projeto aos riscos e oportunidades ambientais e sociais que geram, traduzindo-os em medidas de envolvimento e mitigação exequíveis. O inventário de impactos baseia-se em:

- A Atualização da ESIA 2025 (componentes do aeroporto e da pedreira);
- 32 discussões em grupos focais, 19 entrevistas com informantes-chave e sete workshops institucionais realizados entre fevereiro e maio de 2025, captando as vozes de mulheres, jovens, idosos, guardiões culturais, profissionais de saúde e educação, comerciantes e operadores de pedreiras; e
- Orientação do credor (IFC PS, AfDB OSS) sobre género, vulnerabilidade e impactos cumulativos.

O feedback das pessoas afetadas pelo projeto (PAPs) moldou tanto a hierarquia de mitigação (evitar → minimizar → restaurar → compensar) quanto o desenho do programa de envolvimento — por exemplo: (i) explosões remarcadas para depois das 15h30, após preocupações das escolas; (ii) reuniões em espaços seguros lançadas após mulheres terem sinalizado receios de violência baseada no género; (iii) faixas refletoras e lombas adicionadas nas passagens de EN11 após petições dos jovens sobre segurança rodoviária.

5.2 Matriz consolidada de mitigação de impacto

Esta secção apresenta a Matriz Consolidada de Mitigação de Impacto, uma ferramenta única e intuitiva que sintetiza todos os riscos ambientais, sociais, de saúde, segurança e governança (ESHG) identificados ao longo do ciclo de vida dos projetos OVIAP e SDEP. A matriz associa cada fator de risco aos seus potenciais impactos nas pessoas e no ambiente, atribui uma classificação de importância pré-mitigação e define as medidas específicas de mitigação e melhoria necessárias para reduzir o impacto residual ao nível mais baixo razoavelmente praticável (ALARP), em conformidade com as Normas de Desempenho da IFC, as Salvaguardas Operacionais do AfDB e os regulamentos nacionais. É importante ressaltar que esses são riscos e impactos que exigem a identificação, participação e envolvimento das partes relevantes, incluindo comunidades afetadas, partes interessadas institucionais e grupos vulneráveis. Ao integrar prazos, partes responsáveis e indicadores de monitoramento, a matriz funciona como um roteiro de gestão e uma estrutura de responsabilização transparente para reguladores, financiadores e partes interessadas. A Tabela 4-1 apresenta a matriz consolidada de mitigação de riscos e impactos para as consultas do OVIAP/SDEP.

Tabela5 -1 : Matriz consolidada de mitigação de riscos e impactos

Aspecto/atividade do projeto	Natureza do impacto Capturado nas ESIA's	Implicações potenciais para as comunidades e receptores	Medidas essenciais de mitigação e envolvimento	Feedback da comunidade integrado (OVIAP + SDEP)	Perspectiva de género/grupos vulneráveis
DVOR strip land take (24 jardins), OVIAP	Perda de parcelas de hortas e culturas perenes; perturbação da horticultura gerida por mulheres Perda de acesso direto do leste ao oeste do aeroporto.	Redução do rendimento familiar; stress relacionado com a segurança alimentar	LRP com apoios como apoio à irrigação; formação em agronomia	Os grupos focais de mulheres da OVIAP solicitaram irrigação por gotejamento e acesso ao mercado (adicionado ao LRP).	Famílias chefiadas por mulheres e idosos têm prioridade para substituição de parcelas
13 parcelas de pomares de caju afetadas pelo SDEP	Remoção de cajueiros maduros usados para rendimento e rituais de colheita	Perda de rendimentos	Outubro de 2023: compensação fixa de 5 000 000 CFA para os pomares; RAP total agora exigido pelo BAD; valor de substituição individual das árvores a ser calculado	Entrevistas do SDEP RAP revelaram casos não compensados (proprietário idoso de pomar em Saré Hamadi) — adicionados à lista de compensação e corredores para cerimónias garantidos. O inquérito do SDEP RAP identificou o pomar de uma mulher não compensado — agora corrigido na atualização do RAP.	Priorizar proprietárias de pomares (muitos pomares são geridos por mulheres) para compensação total por árvore
Explosão e trituração em pedreiras	Ruído, vibração, projeção de pedras, poeira	Perturbação na aldeia de Sare Hamadi (escola e mesquita particularmente sensíveis;	Aviso de explosão 24 horas antes através da mesquita e do WhatsApp; explosões após as 15h30; zona	Escola e imã solicitaram mudança para o horário pós-escolar — adotado. Monitores conjuntos de vibração da	Escolaridade das crianças e conforto dos fiéis

Aspecto/atividade do projeto	Natureza do impacto Capturado nas ESIAs	Implicações potenciais para as comunidades e receptores	Medidas essenciais de mitigação e envolvimento	Feedback da comunidade integrado (OVIAP + SDEP)	Perspectiva de género/grupos vulneráveis
		receios de fissuras estruturais; receios de fissuras estruturais (a pedreira fica a 2,5 km da aldeia de Sare Hamady)	tampão de 50 m; medidas de supressão de poeira	comunidade e da pedreira instalados em Saré Hamadi.	explicitamente protegidos
175 km de transporte de agregados (EN11→EN1→BR)	Acidentes de trânsito; poeira; congestionamento; desgaste das estradas	Risco para os peões (especialmente crianças); atrasos dos comerciantes; problemas respiratórios	Limite de velocidade controlado por GPS a 50 km/h; lombas e sinalização; coletes refletivos; cargas cobertas	Jovens e vendedores ambulantes pressionaram por uma fiscalização mais rigorosa — foi criada uma «força-tarefa de trânsito» com o sindicato dos mototáxis. Foram adicionados grupos focais adicionais sobre estradas de transporte para o SDEP.	Crianças em idade escolar, comerciantes idosos e pessoas com deficiência ao longo do corredor rodoviário de transporte mapeados como de alto risco
Afluxo de mão de obra (pico de 450 trabalhadores) OVIAP e SDEP	Violência baseada no género/abuso sexual, doenças transmissíveis, inflação dos preços locais	Assédio a mulheres; picos de IST/HIV; aumentos de aluguer	Código de Conduta do Empreiteiro; Plano de Ação contra a VBG; campanhas de sensibilização; GRM dos trabalhadores; quota de contratação local ≥ 40 % supervisionada por um comité de monitorização local	Os FGDs femininos do SDEP levaram à criação de espaços seguros para mulheres e de uma linha direta confidencial. Os grupos femininos da OVIAP expandiram a promoção da «criação de uma linha direta».	Foco em mulheres e adolescentes; famílias inquilinas com rendimentos precários

Aspecto/atividade do projeto	Natureza do impacto Capturado nas ESIA's	Implicações potenciais para as comunidades e receptores	Medidas essenciais de mitigação e envolvimento	Feedback da comunidade integrado (OVIAP + SDEP)	Perspectiva de género/grupos vulneráveis
Extração de água de pedreiras e falhas em poços	Concorrência pela água escassa; avarias nas bombas	Tempos de transporte mais longos; impactos na higiene e saúde	Estudo do equilíbrio hídrico; limites de captação, uma vez que não há captação de água da chuva; reparação das bombas da aldeia; kits de bombas solares fotovoltaicas	A cooperativa de mulheres SDEP sinalizou repetidas avarias nas bombas — kits solares foram priorizados. Clínicas OVIAP foram consultadas e pontos de água foram programados para atualização.	Mulheres e crianças (principais responsáveis pela recolha de água) beneficiam diretamente da instalação de bombas solares
Resíduos e materiais perigosos (aeroporto e pedreira)	Contaminação do solo/água por combustíveis, óleos, solventes	Culturas e gado em risco; riscos para a saúde	Armazenamento em tanques com contenção; kits para derrames; estação central de transferência de resíduos (para mais detalhes, consulte o Plano de Gestão de Resíduos); linha direta da comunidade para derrames	Os agricultores recordaram incidentes de derrames anteriores — foi criada uma linha direta e realizadas sessões de formação comunitária sobre resposta a derrames (tanto OVIAP como SDEP).	Pequenos agricultores e pastores dependentes de água/solo limpos
Oportunidades económicas como impactos positivos	Criação de empregos locais; desenvolvimento da cadeia de abastecimento de PME	Aumento do rendimento familiar; aquisição de competências	Meta de $\geq 30\%$ de mão de obra local; formação profissional; microcrédito para mulheres e jovens	Grupos de discussão com jovens (Ponta-Rocha) solicitaram e obtiveram cursos de soldadura e manutenção o no plano de RSE (OVIAP). Programa de quiosques SDEP alargado às aldeias de Quebo.	Janela de microcrédito para mulheres; prioridade para jovens em programas de

Aspecto/atividade do projeto	Natureza do impacto Capturado nas ESIA's	Implicações potenciais para as comunidades e receptores	Medidas essenciais de mitigação e envolvimento	Feedback da comunidade integrado (OVIAP + SDEP)	Perspectiva de género/grupos vulneráveis
					qualificação técnica
Pressão sobre os serviços de saúde (acidentes, poeira)	Clínicas sobrecarregadas; falta de medicamentos	Redução da qualidade dos cuidados, tempos de espera mais longos	Doações de equipamentos médicos de RSE; plano conjunto de resposta a emergências; formação em primeiros socorros para o pessoal clínico da O	As clínicas locais solicitaram ambulâncias e EPI, que foram fornecidos. A OVIAP e a SDEP financiaram conjuntamente dias de clínicas móveis durante os picos de trabalho.	Mulheres grávidas, idosos e doentes crónicos tiveram prioridade no atendimento das clínicas móveis
Património cultural (bosques sagrados, mesquita, cemitério)	Perturbação física/espiritual; achados fortuitos tanto em torno da OVIAP como do SDEP	Perda de valor sagrado; conflito comunitário	Zonas de segurança de 20 m; procedimento para achados fortuitos; supervisão do INPC e do IBAP; moratória para explosões em dias de festivais	Os anciãos de Kansamanje confirmaram peregrinações a petróglifos na área de Quebo — afloramento adicionado ao CHMP. As equipas do SDEP e da OVIAP realizaram um mapeamento conjunto dos locais rituais com os chefes das aldeias.	Ritos de minorias culturais (por exemplo, rituais em mesquitas, festivais em bosques) explicitamente protegidos; anciãos consultados

Notas:

- As linhas em negrito indicam questões comuns ao OVIAP (aeroporto) e ao SDEP (pedreira/estrada de transporte).
- «Feedback da comunidade integrado» reflete atualizações de consultas em ambos os fluxos do projeto (OVIAP e SDEP) até junho de 2025.

- Todas as medidas de mitigação e envolvimento estão incorporadas nos respetivos ESMP e SEP para OVIAP e SDEP, em conformidade com os requisitos da IFC PS e AfDB OS.

5.3 Impactos diferenciados por género e vulnerabilidade

As atualizações e consultas da ESIA confirmam que mulheres, meninas, agricultores idosos, crianças que caminham para a escola e inquilinos de baixa renda arcarão com encargos desproporcionais se os riscos não forem geridos. Principais insights diferenciados:

- O risco de violência de género aumenta com os acampamentos de trabalhadores solteiros do sexo masculino; mitigado através de portões de entrada controlados, espaços seguros, pontos focais treinados em violência de género e integração com vias de encaminhamento nacionais.
- O risco de segurança rodoviária é mais elevado para as crianças (6-14 anos) que atravessam a EN11; mitigado através de clubes de segurança escolar e equipamento refletor.
- Os impactos da apropriação de terras recaem principalmente sobre as mulheres que cultivam hortas e pomares de caju; parcelas de substituição e irrigação por gotejamento visam restaurar os rendimentos.
- A pressão sobre os cuidados de saúde afeta em primeiro lugar as mulheres mais pobres e grávidas; a concessão de equipamento de RSE e o apoio de ambulâncias visam estes grupos.

Um ciclo contínuo de feedback — caminhadas de monitorização trimestrais e um cartaz semestral **«Você disse / Nós fizemos»** — garante que os impactos emergentes são capturados e as atividades de envolvimento recalibradas em conformidade.

A OVIAP implementará as seguintes medidas-chave para garantir um envolvimento significativo com os grupos vulneráveis:

- Informação acessível: garantir que a informação do projeto seja disponibilizada em formatos e idiomas compreensíveis para todos, incluindo pessoas com deficiência, baixos níveis de alfabetização ou acesso limitado a ferramentas digitais.
- Métodos de envolvimento personalizados: utilizar técnicas especializadas e culturalmente adequadas para facilitar o feedback de grupos vulneráveis. Por exemplo:
 - Organizar grupos de discussão exclusivos para mulheres, facilitados por uma mulher.
 - Utilizar métodos verbais ou visuais para pessoas com baixo nível de alfabetização.
 - Envolvimento por meio de intermediários locais de confiança (por exemplo, líderes religiosos, associações de mulheres, grupos de jovens).
 - Garantir espaços seguros e confidenciais para divulgações sensíveis (por exemplo, para pessoas afetadas por violência de género ou minorias étnicas que possam ter medo de falar abertamente).
- Divulgação proativa: em vez de depender de indivíduos vulneráveis para participar de consultas gerais, vá até onde eles estão e garanta que o horário, o local e o formato não criem barreiras adicionais.

Os casos de violência baseada no género serão tratados apenas por pontos focais treinados, a fim de levar em consideração as pessoas analfabetas, e haverá representantes comunitários para todos os PAPs vulneráveis. Também serão realizadas consultas exclusivas para mulheres com uma facilitadora, especialmente para os grupos de mulheres afetados pelo projeto.

6. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS PARTES INTERESSADAS

É importante distinguir que o mapeamento das partes interessadas, tal como utilizado no contexto da Norma de Desempenho 1 da IFC e das boas práticas internacionais, é uma ferramenta analítica que categoriza as partes interessadas com base nos seus níveis de influência, interesse, vulnerabilidade e relevância para o projeto. Ajuda a identificar as relações e dinâmicas entre os grupos de partes interessadas e informa a conceção de abordagens de envolvimento e mecanismos de escalonamento.

Para o Projeto OVIAP, incluindo a pedreira e o corredor de transporte de 175 km, foi realizado um exercício rigoroso e gradual de mapeamento das partes interessadas para identificar:

- Quem é afetado (por exemplo, residentes, proprietários de terras, trabalhadores informais),
- Quem pode influenciar o projeto (por exemplo, reguladores, líderes locais, mídia),
- Quem detém conhecimentos essenciais (por exemplo, ONGs, especialistas setoriais, autoridades locais).

A análise aplicou uma abordagem multicritério que estratificou:

- A gravidade do impacto (exposição à terra, ruído, tráfego ou perturbações dos meios de subsistência),
- Nível de influência (capacidade de afetar decisões ou resultados do projeto),
- Indicadores de vulnerabilidade (género, idade, deficiência, alfabetização e dependência de meios de subsistência).

Este processo serviu de base para o desenvolvimento de um registo dinâmico de partes interessadas — uma ferramenta viva que orienta:

- A alocação de recursos de envolvimento,
- A adaptação do conteúdo e dos formatos das mensagens (por exemplo, oral vs. escrito, requisitos linguísticos),
- Identificação de intermediários ou facilitadores de confiança,
- Canais de escalonamento e reclamação adequados a cada nível de parte interessada.

As subseções e tabelas a seguir descrevem os grupos de partes interessadas prioritários, a lógica por trás do seu mapeamento e as estratégias de envolvimento específicas aplicadas para garantir uma participação inclusiva e eficaz.

6.1 Metodologia

Para garantir que os recursos de envolvimento sejam priorizados onde são mais importantes, a OVIAP aplicou um **processo analítico de quatro etapas**: (1) análise do panorama para listar todas as partes com potencial interesse; (2) classificação por meio de uma matriz de impacto e influência; (3) sobreposição de critérios de vulnerabilidade (género, idade, deficiência, dependência de meios de subsistência) para detectar riscos diferenciados; e (4) validação rápida no terreno por meio de FGDs e entrevistas com informantes-chave. O registo hierarquizado resultante determina a profundidade, frequência e formato do envolvimento com cada categoria de partes interessadas.

Uma metodologia detalhada para a construção de uma matriz de impacto-influência com uma perspectiva de vulnerabilidade é apresentada no Anexo 8.

6.2 Grupos prioritários em torno da OVIAP, pedreira e assentamentos ao longo da rota de transporte

O registo das partes interessadas destacou um subconjunto de comunidades e instituições que enfrentam **a combinação mais elevada de gravidade do impacto e vulnerabilidade** ao longo da pedreira, do corredor de transporte e nas proximidades do aeroporto. A tabela abaixo resume esses grupos prioritários, as questões específicas que levantaram durante as consultas e as abordagens de envolvimento personalizadas que o Projeto irá implementar para responder às suas preocupações.

Em conformidade com a Norma de Desempenho 1 da IFC e as Salvaguardas Operacionais do AfDB sobre o envolvimento das partes interessadas, o projeto distingue duas grandes categorias de partes interessadas:

- **Partes afetadas:** indivíduos, famílias ou grupos que sofrem impactos ambientais, sociais ou económicos diretos devido às atividades do projeto.
- **Partes interessadas:** instituições, agências ou organizações com interesse institucional, jurídico, ambiental ou de defesa na conceção, implementação ou resultados do projeto, embora não sejam diretamente afetadas.
- Partes vulneráveis: famílias chefiadas por mulheres, idosos, pessoas com deficiência, migrantes sazonais, minorias étnicas e trabalhadores informais.

Partes afetadas

As principais partes afetadas incluem usuários de terras, famílias e empresas que sofrem perda de bens ou meios de subsistência devido à aquisição ou restrição de acesso à terra. Especificamente:

- Foram identificadas **13 pessoas afetadas pelo projeto (PAPs)** em relação à expropriação de terras necessária para o local da pedreira.
- Foram identificadas **24 PAPs** na área **DVOR (Doppler Very High Frequency Omnidirectional Radio Range)** dentro da zona do aeroporto OVIAP.

Essas partes afetadas podem enfrentar deslocamento temporário ou permanente, interrupção dos meios de subsistência (por exemplo, perda de parcelas agrícolas ou comércio informal) e exposição a incômodos relacionados à construção, como ruído, poeira e tráfego. Elas são o foco principal do Plano de Restauração dos Meios de Subsistência (LRP) e do Plano de Ação de Reassentamento (RAP) do Projeto.

Partes interessadas

As partes interessadas incluem atores institucionais com autoridade regulatória, supervisão ambiental ou mandatos de desenvolvimento, bem como partes interessadas da sociedade civil envolvidas em advocacy ou prestação de serviços. As principais partes interessadas incluem:

- Autoridade de Aviação Civil.
- IBAP – Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas.
- **Administrações locais de Safim e Québo.**
- **Ministérios** competentes em matéria de infraestruturas, transportes, minas, ambiente e proteção social.
 - Ministério do Ambiente, Biodiversidade e Ação Climática (*Autoridade Competente para a Avaliação Ambiental (AAAC), Direção-Geral do Ambiente (DGE)*)

- Ministério da Administração Territorial e Desenvolvimento Local
- Ministério dos Recursos Naturais
- Ministério das Obras Públicas, Habitação e Desenvolvimento Urbano
- Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural (*Direção-Geral da Agricultura, Direção-Geral das Florestas e da Fauna Selvagem (DGFF)*)
- Ministério da Ação Social, Família e Promoção da Mulher
- Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos
- Organizações não governamentais (ONG) locais de direitos humanos;
- Organizações comunitárias de base (CBOs): organizações sociais, grupos agrícolas, etc.;
- Organizações da sociedade civil ambiental;
- Organizações de Produtores Agrícolas (OPA).

Estas partes são regularmente envolvidas através de consultas regulamentares, comités de coordenação de projetos, inspeções conjuntas e workshops de validação técnica. As suas funções incluem a revisão dos requisitos de licenciamento, a garantia do cumprimento da proteção da biodiversidade, a supervisão dos processos fundiários e o aconselhamento sobre salvaguardas setoriais.

Tabela6 1 : Grupos prioritários em torno da pedreira

Grupo/Instituição	Influência	Impacto	Questões-chave
Cooperativa de mulheres Saré Hamady (18 PAPs)	Médio	Alta	Tenha em atenção que a perda de 13 parcelas de terra agrícola e cerca de 1300 cajueiros reduziu os rendimentos de 18 famílias devido ao SDEP. Consulte o Plano de Ação de Reassentamento para obter detalhes sobre as compensações a serem fornecidas. Acesso à água, bancas de mercado, microcrédito
Grupos de jovens (10 participantes)	Baixa	Elevado	Desemprego, segurança rodoviária, abuso de substâncias
Grupo de Mulheres Sintchan Cherifo (19 participantes)	Baixa	Alta	Bombas de água avariadas, ausência de escola local, direitos das mulheres à terra
Grupo de Mulheres de Sintchan Ufala (21 participantes)	Baixa	Alta	Distância até a clínica, consentimento para a poligamia, peso do dote
Imã e comissão da mesquita	Média	Média	Tempo de explosão, poeira na área de ablução

Escola Primária Saré Hamady (30 alunos, 1 professor)	Baixa	Alta	Falta de secretárias/livros, poeira/ruído
Escola Primária E.B. Québo (8 salas de aula, 40 alunos por turma)	Médio	Média	Falta de professores, longas distâncias a pé
Escola Secundária Umo Calshume (4 salas de aula, propinas de 5000 F/mês)	Baixa	Médio	Falta de livros escolares, abastecimento inadequado de água
Escola Primária Umo Calshume (8 salas, 40 alunos por turma)	Médio	Médio	Falta de professores, falta de abastecimento de água, falta de livros
Posto de Saúde de Gamamudo (enfermeira e matrona)	Média	Média	Falta de medicamentos, acesso a ambulâncias
Centro de Saúde Guira MENDES – Québo	Elevada	Elevado	Falta de equipamentos, falta de pessoal, número elevado de casos de acidentes com feridos graves
Clínica El Hadj Thierno R. Diallo – Québo	Médio	Média	Falta de ambulâncias, acessibilidade dos preços
Guardiões culturais (bosques sagrados khamb)	Médio	Média	Integridade dos locais sagrados e festivais
Chefe comunitário e anciãos	Alta	Elevada	Transparência na aquisição de terras, património
Pedreira de basalto de Bisteine (3 ha)	Média	Média	Pó/ruído acumulado; segurança com explosivos
Pedreira de basalto de Arezki (3 ha)	Média	Média	Tráfego intenso; percepção da comunidade
Saré Hamady Argile Rouge Pit (0,2 ha)	Baixa	Baixo	Compromisso com a reabilitação; acumulação de água
MYAGB Agro Processing Enterprise (Coli)	Alto	Média	Picos sazonais de caminhões, contratação local
Chefe comunitário e anciãos	Elevada	Alta	Transparência na aquisição de terrenos, património
Posto de Saúde Medina Kuntabani	Média	Média	Sem abastecimento de água, falta de laboratório, falta de ambulância

Tabela6 2 : Grupos prioritários em torno dos assentamentos da rota de transporte

Grupo/Instituição	Influência	Impacto	Questões-chave
-------------------	------------	---------	----------------

Clínica Henry II – Bambadinca	Meio	Médio	Reabilitação em saúde mental, necessidades de equipamento especializado
Centro de Saúde Nhoma – Oio	Médio	Médio	Falhas nas bombas, falta de ambulâncias
Centro de Saúde de Safim (urbano)	Elevada	Elevado	Aumento do VIH, limitações de espaço, carga de trabalho 24 horas por dia, 7 dias por semana
MYAGB Agro Processing Enterprise (Coli)	Alta	Média	Picos sazonais de caminhões, contratação local
Chefe comunitário e anciãos	Elevada	Alta	Transparência na aquisição de terrenos, património
Posto de Saúde Sauda Cambesse	Média	Média	Falhas nas bombas, falta de energia elétrica, falta de equipamentos
Escola Gen. BIAQUE Nan Tam (Cambesse)	Baixa	Médio	600 alunos, falta de secretárias, falta de professores

Tabela 6 3 : Grupos prioritários em torno da OVIAP

Grupo/Instituição	Influência	Impacto	Questões-chave
Ponto Rocha, cooperativa de mulheres afim (12 participantes)	Médio	Elevada	Acesso à água, bancas de mercado, microcrédito
Centro de Saúde de Safim (urbano)	Elevada	Elevada	Aumento do VIH, limitações de espaço, carga de trabalho 24 horas por dia, 7 dias por semana
Centro de Saúde Nhacra (Oio)	Médio	Média	Picos de pneumonia, falta de equipamentos, falta de água
Mercado de Nhacra e União dos Transportes	Médio	Médio	Congestionamento rodoviário, segurança dos comerciantes
Chefe comunitário e anciãos	Elevada	Elevada	Transparência na aquisição de terrenos, património

6.3 Técnicas de envolvimento por tipo de parte interessada

Para garantir uma participação significativa, o Projeto adaptou as suas técnicas de envolvimento de modo a refletir as características, necessidades e expectativas únicas de cada grupo de partes interessadas. Essa diferenciação é essencial para defender os princípios de acessibilidade, inclusão e transparência descritos na Norma de Desempenho 1 da IFC e no Sistema Integrado de Salvaguardas do AfDB. As partes afetadas — especialmente grupos vulneráveis, como mulheres, jovens e pessoas deslocadas — requerem abordagens sensíveis ao contexto que levem em consideração as barreiras relacionadas à língua, alfabetização, mobilidade e assimetrias de poder. As partes interessadas — tais como agências governamentais,

instituições técnicas e sociedade civil — são envolvidas por meio de formatos estruturados e ricos em informações, alinhados com os seus mandatos e funções de tomada de decisão. A matriz abaixo descreve os métodos utilizados para alcançar cada grupo, a justificativa da abordagem e como o feedback é documentado e integrado ao planeamento do projeto.

Tabela -64 : Técnicas de envolvimento

Técnica	Descrição	Partes interessadas visadas
Assembleias comunitárias	Reuniões de grandes grupos com perguntas e respostas abertas	Público em geral, PAPs, grupos de mulheres/jovens
Discussões em grupos focais (FGDs)	Diálogos em pequenos grupos, frequentemente separados por género/idade	Grupos vulneráveis, jovens, cooperativas
Reuniões bilaterais	Reuniões individuais ou à porta fechada para temas sensíveis	Líderes municipais, chefes, autoridades, funcionários administrativos, PAPs, ONGs
Folhetos informativos/cartazes	Ferramentas visuais distribuídas nos dialetos locais	Público em geral, grupos com baixo nível de alfabetização
Mensagens de rádio	Spots curtos transmitidos por estações de rádio comunitárias	Comunidades rurais, população em geral
Mapeamento participativo	Planeamento visual com membros da comunidade utilizando conhecimentos locais	Comunidades afetadas, idosos, jovens
Comissões conjuntas de monitorização	Supervisão partilhada das questões relacionadas com ESHS	Autoridades locais, OSCs, representantes da comunidade
Mecanismo de resolução de reclamações (GRM)	Processo em várias etapas que permite a apresentação de reclamações de forma segura, oportuna e confidencial	Todas as partes interessadas, com prioridade para as PAP

6.4 Documentação

Esta secção descreve como todos os dados relativos ao envolvimento das partes interessadas e ao mecanismo de reclamação serão documentados e geridos, bem como as ferramentas para esses processos.

A Equipa de Envolvimento das Partes Interessadas manterá:

- Folhas de presença nas reuniões (desagregadas por género/idade).
- Resumos das atas e registos de feedback.
- Registos de reclamações e registo de reclamações (confidenciais, quando apropriado).
- Fotos, gravações de áudio (com consentimento) e acordos assinados.
- Rastreador de compromissos

Os registos do mecanismo de reclamação são mencionados na Secção 9.4, atas de reuniões, registos de envolvimento regular na Secção 11.3. Um acompanhamento dos compromissos será desenvolvido além do acompanhamento das reclamações, denominado Registo de reclamações.

Todos os dados serão geridos numa plataforma digital segura com acesso restrito, de acordo com a Política de Proteção de Dados do Projeto. Todas as informações das partes interessadas (nomes, informações de contacto, atualizações, etc.) serão geridas por um software de base de dados. O CLO será responsável pela manutenção e centralização da documentação SE.

6.5 Formações

As atividades de capacitação e formação no âmbito do SEP também seguirão os temas e cronogramas descritos nos ESMPs. As listas dessas formações são fornecidas abaixo. Os formadores e outros detalhes serão apresentados no Procedimento de Formação do Projeto.

- Formação em agronomia para PAP afetados.
- Formação profissional para aumentar o rendimento familiar; aquisição de competências
- Formação em competências e empreendedorismo: Oferecer formação profissional, literacia financeira e apoio ao desenvolvimento empresarial antes do fim do emprego para aumentar a empregabilidade ou apoiar o autoemprego.
- Formação em primeiros socorros para o pessoal clínico
- Formação para CLOs, contratantes e monitores comunitários sobre disposições do código (por exemplo, protocolo de descoberta casual do INPC, diretrizes sobre violência de género)
- Os representantes da comunidade receberão formação sobre as funções do Comité de Monitorização.

7. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

A partilha de informações oportuna, acessível e culturalmente adequada é fundamental para promover a confiança da comunidade, permitir uma participação significativa e cumprir os requisitos de transparência do credor e do país. O Projeto OVIAP adota uma estratégia de divulgação multicanal que adapta a complexidade das informações às necessidades e aos níveis de alfabetização do seu público. Também garante que um registo público dos principais documentos e resultados da monitorização seja mantido e atualizado regularmente.

O processo de divulgação está alinhado com o ciclo de vida do projeto e adaptado a cada grupo de partes interessadas, garantindo que as populações afetadas e vulneráveis recebam informações oportunas e acionáveis, enquanto as instituições interessadas e os órgãos de supervisão podem aceder à documentação técnica, conforme necessário.

Principais compromissos de divulgação durante as fases de construção e operação

- **O que é divulgado:**
 - ESIA 2023 para OVIAP e SDEP e anexos técnicos associados;
 - Plano de Ação de Reassentamento (RAP) para o SDEP e Plano de Restabelecimento dos Meios de Subsistência (LRP) para o OVIAP;
 - Horários semanais de explosões na pedreira e mapas de segurança do tráfego;
 - Resultados da monitorização da qualidade do ar, ruído e água;
 - Procedimentos do mecanismo de reclamação e resumo dos resultados.
 - Atualizações do SEP durante a fase de operação.
- **Quando:**
 - No mínimo 10 dias antes de decisões importantes do projeto ou intervenções físicas;
 - Atualizações semanais sobre as rotas de detonação e transporte;
 - Resumos trimestrais de monitorização e atualizações de reclamações;
 - Alertas em tempo real em caso de incidentes graves ou interrupções nas estradas durante as fases de construção e operação.
 - Em caso de alterações significativas durante a operação
- **Como:**
 - Anúncios na rádio local via FM Safim;
 - Serão utilizadas listas de transmissão WhatsApp direcionadas para as próximas divulgações;
 - Quadros de avisos comunitários em pontos de encontro importantes (mesquitas, escolas, mercados, clínicas);
 - Folhetos informativos ilustrados e panfletos ilustrados para grupos com baixo nível de alfabetização;
 - Sessões presenciais facilitadas por pontos focais locais treinados.
- **Idiomas:**
 - Todos os materiais escritos em português;
 - Resumos verbais e áudio em fula e mandinga, conforme apropriado localmente.
- **Entidades responsáveis:**

- Equipa de Ligação Comunitária (CLT) da LESA para entrega e tradução;
- Unidade de Implementação do Projeto (PIU) para aprovação de documentos e conteúdo técnico;
- Funcionários ESHS do contratante para divulgação específica do local (por exemplo, zonas de pedreira e DVOR).

8. CONSULTA ÀS PARTES INTERESSADAS ATÉ À DATA - PRINCIPAIS MARCOS E RESULTADOS

Este SEP inclui detalhes como:

- (i) a questão prioritária de E&S a ser abordada (Capítulo 5)
- (ii) informação/comunicação prévia às partes interessadas visadas de forma culturalmente adequada e acessível (fóruns físicos ou digitais, publicidade na rádio, grupos de discussão, etc.) (Secção 8.1, 8.2, 8.3)
- (iii) planeamento participativo de atividades (medidas de E&S) que requerem o envolvimento do grupo-alvo; (Secção 8.4, 8.5 e Capítulo 9 e Capítulo 10)
- (iv) os resultados esperados/KPIs de cada atividade (Capítulo 11)

O envolvimento das partes interessadas tem estado no centro dos projetos OVIAP e SDEP desde o seu início. Esta secção consolidada descreve o cronograma das consultas, as principais preocupações, os pedidos e a forma como foram abordados, os resultados do diálogo institucional e o plano de envolvimento futuro, incluindo a participação estruturada e os quadros negociados para a responsabilização.

8.2 Cronograma de consultas

O envolvimento das partes interessadas começou em meados de 2023 e abrangeu ambas as áreas do projeto. Os métodos incluíram reuniões públicas, inquéritos aos agregados familiares, grupos de discussão, entrevistas com informadores-chave e mapeamento participativo, garantindo a representação de mulheres, jovens, líderes tradicionais e autoridades setoriais.

De acordo com as tabelas abaixo,

- Para o OVIAP, 317 pessoas foram consultadas, incluindo 118 mulheres e 199 homens até junho de 2025, além de várias pesquisas domiciliares para o estudo de base e estudos para o LRP, incluindo 24 agricultores e suas famílias.
- Para o SDEP, foram consultadas 81 pessoas, incluindo 30 mulheres e 51 homens, até junho de 2025, além de 168 inquéritos domiciliares (sem distribuição por género) para o estudo de base e estudos para 13 PAP afetados por perdas de terras no âmbito do RAP.

No total, foram consultadas 398 pessoas, incluindo 148 mulheres e 250 homens até junho de 2025, além de várias pesquisas domiciliares para os estudos de base no âmbito do LRP e do RAP.

Tabela8 1 : Cronograma de consulta para a ESIA da OVIAP e o LRP

Data e fase	Formato	Grupo de partes interessadas	Participação	Principais questões levantadas
Junho–agosto de 2023 – Levantamentos exploratórios e de referência	Reuniões públicas (Bissau, Safim, Ponta-Rocha); inquéritos aos agregados familiares e entrevistas com informantes-chave	Instituições governamentais e serviços técnicos, comunidades afetadas, grupos de mulheres, chefes tradicionais	218 (130 homens e 88 mulheres)	Conceito do projeto, limites territoriais, receios relacionados com o pó, esperanças de emprego Padrões de rendimento, consciência das queixas
Outubro de 2023 – Validação da ESIA	Workshop nacional (sede da AAAC)	Ministérios, IBAP, AAAC, ASECNA	37 (33 M e 4 F)	Conclusões da ESIA, segurança aérea, base de referência para a biodiversidade
23 de fevereiro de 2025	Entrevista institucional	ASECNA	3 (3 M e 0 F)	ATUALIZAÇÃO DA ESIA, LRP DA ÁREA DVOR
Fevereiro de 2025 – Maio de 2025	Inquérito e discussão	inquéritos aos agregados familiares e discussões em grupo em Safim, Quebo e no corredor da pedreira	_*_*	- Governança: Chefes tradicionais lideram as decisões da aldeia; mulheres/jovens querem mais voz. - Meios de subsistência: Arroz, caju, gado, pequeno comércio; a escassez de empregos alimenta a migração. - Educação: Turmas com 36 a 45 alunos; falta de livros, carteiras e percursos seguros para os alunos. - Saúde: aumento do VIH (Safim); prevalência da malária/diarreia; falta de ambulâncias/bombas. - Segurança: Aumento do abuso de álcool/drogas entre os jovens; roubo de gado; necessidade de um posto policial. - Género: Casamentos precoces em declínio; poligamia comum; picos de violência doméstica associados ao álcool.

				• Património cultural: bosques de khamb, igrejas, cemitérios; festivais precisam de dias sem explosões. • Recursos naturais: extração de areia/lama, caça de animais silvestres, lenha; pedreiras consideradas poluentes. • Prioridades da comunidade: Expectativas e sugestões da comunidade o em furos, eletricidade, TVET, fiscalização mais rigorosa do trânsito, clínicas de saúde mental, microcrédito.
25 de fevereiro de 2025	Entrevista institucional	Administração Safim	6 (6M e 0 F)	Coordenação para levantamento topográfico, acesso de pedestres
26 de fevereiro de 2025	Consulta à aldeia	Ponto Rocha	12 (8 M /&4 F)	Levantamento topográfico, levantamento das famílias, informações sobre o processo LRP
3 a 7 de maio de 2025	FGD só para mulheres	Associação de Mulheres Safim	12 mulheres**	Violência de género, encargos com cuidados infantis, subsídios para meios de subsistência
3 a 7 de maio de 2025	Entrevista com os anciãos de Ponta-Rocha	Conselho da aldeia	14 (9 M e 5 F)	Proteção do bosque sagrado, compensação
2 a 5 de junho de 2025	FGD e inquérito com jovens	ASC Ponta-Rocha	15 (10 M&5 F)	Educação e Formação Técnica e Profissional, poluição atmosférica, patrocínio desportivo
Maio-junho de 2025	Reuniões no local para o LRP	24 agricultores PAP e suas famílias. Foram inquiridas 24 famílias, compreendendo 193 pessoas.		• A perda permanente do acesso a terras agrícolas • Falta de terras de substituição • Compensação insuficiente dos PAP • Definição de preços razoáveis para bens perdidos • Emprego de jovens locais nas atividades do projeto. Todas estas preocupações estão refletidas nos estudos LRP e RAP. Em especial, a determinação dos programas de compensação para os PAPs orientou

				as equipas do projeto na identificação de possíveis formações e apoios. Consulte estes relatórios para obter mais detalhes.
Em curso	Mecanismo de reclamação	Todas	Consultas ESIA	Foram registadas 14 preocupações durante as consultas (poeira, tráfego) – 100% reconhecidas

*A participação é o número total de pessoas; desagregada por género, quando disponível.

** Não existem atas das reuniões nem listas de participantes, como na «Consulta». O objetivo era recolher dados utilizando questionários orientadores do inquérito.

Tabela -82 : Cronograma de consultas para o ESIA e o RAP do SDEP

Data e fase	Formato de envolvimento	Grupo de partes interessadas	Participação*	Principais tópicos abordados
23 de fevereiro de 2025 – Workshops de definição do âmbito do RAP	2 reuniões na sede da aldeia (Saré Hamadi, Sinthian Fala)	Comunidades afetadas, anciãos da aldeia, grupos de mulheres	38 (32 homens / 6 mulheres)	Visão geral do projeto; pegada da pedreira; vias de acesso; riscos de poeira, taxa e valor da compensação em 2023 foram discutidos especificamente
13 a 28 de abril de 2025 – Inquéritos de referência e recolha de dados	Inquéritos aos agregados familiares e entrevistas a informadores-chave	Agricultores, proprietários de pomares, pescadores, motoristas de mototáxi	168 (distribuição por género não disponível)	Padrões de subsistência; posse de pomares; atividade pesqueira; acesso à saúde
13 a 28 de abril de 2025 – FGDs exclusivas para mulheres	Grupo de discussão (Sinthian Cherifou)	Cooperativas de mulheres, coletoras de produtos florestais não madeireiros	14 mulheres**	Justiça na compensação pela castanha de caju; cuidados infantis durante o trabalho; riscos de violência de género
13 a 28 de abril de 2025 – Caminhada de mapeamento dos idosos	Mapeamento participativo (Saré Hamadi)	Conselho da aldeia, guardiões tradicionais das fronteiras	11 (7 M/4 F)	Bosques sagrados, locais rituais, corredores de elefantes/chimpanzés
3 a 7 de maio de 2025 – Fórum da Juventude	Cimeira da Juventude (salão da escola Saré Hamadi)	Jovens agricultores, aprendizes, estudantes	18 (12 M/6 F)	Formação profissional, necessidades vocacionais, pedidos de monitorização da qualidade do ar
Em curso (mensalmente)	Mecanismo de reclamação (linha direta, caixas, pessoalmente)	Todas as partes interessadas	22 preocupações	Pó, velocidade do tráfego, questões relacionadas com a compensação; 100% reconhecidas

*A participação é o número total de pessoas; desagregada por género, quando disponível.

** Não existem atas das reuniões nem listas de participantes, como na «Consulta». O objetivo era recolher dados utilizando questionários orientadores para o inquérito.

Observe também que apenas as consultas têm atas das reuniões e listas de presença. A recolha de dados, como: Recolha de dados de referência, inquéritos a grupos focais, inquéritos de trânsito, inquéritos a idosos das aldeias, tem como objetivo recolher dados utilizando guias de inquérito impressos e questionários. Por isso, não têm listas de participantes como as consultas.

8.3 Síntese do feedback das partes interessadas

Tabela -83 : Resumo do feedback das partes interessadas para o OVIAP (incluindo ESIA e LRP)

Tema	Perspectiva das partes interessadas	Resposta da ESIA/ESMP
Emprego e competências	Forte preferência pela contratação local; procura por estágios e cursos de TVET.	Procedimento de emprego local com $\geq 40\%$ da força de trabalho local; 200 vagas para jovens em TVET (ESMP §10).
Terra e meios de subsistência	Preocupação com 24 parcelas DVOR e hortas dentro da cerca.	Plano de restauração dos meios de subsistência (matriz de compensação, apoio transitório) divulgado em maio de 2025.
Saúde comunitária e violência baseada no género	As mulheres sinalizam risco de violência doméstica e precisam de denúncias confidenciais.	Plano de ação contra a violência de género incorporado; encaminhamento de sobreviventes; grupos focais trimestrais com mulheres.
Água e saneamento	Preocupação com o rendimento dos poços durante a estação seca e falta de latrinas.	Furos + bloco sanitário financiados no plano de RSE; campanhas de higiene com a clínica local.
Património cultural	Os anciãos solicitam proteção absoluta do bosque sagrado perto de Ponta-Rocha.	Bosque mapeado como área proibida; procedimento de descoberta acidental e zona tampão em declarações de método de construção.
Tráfego e segurança	Receio de excesso de velocidade dos camiões de construção no corredor de Safim.	Plano de gestão do tráfego: velocidade ≤ 30 km/h, sinalização, guardas comunitários.
Impactos ambientais	Pó e ruído esperados, mas aceitáveis se controlados; pedido de resultados de monitorização.	Supressão de poeira, programação do ruído, divulgação trimestral dos dados sobre a qualidade do ar/ruído em quadros de avisos e no site.

Tabela -84 : Resumo do feedback das partes interessadas para o SDEP (incluindo ESIA e RAP)

Tema	Perspectiva das partes interessadas	Resposta da ESIA/ESMP
Emprego e competências	Forte procura por empregos locais em pedreiras e estágios em operação de máquinas	Meta de $\geq 50\%$ da força de trabalho local; 100 vagas para jovens em TVET em parceria com a SDEO; mentoria no local de trabalho
Terra e meios de subsistência	Preocupação com a perda de 10,35 ha de plantações de caju e	Recolha de dados RAP e LRP em maio de 2025 em cada aldeia;

	alimentos; pedido de compensação por árvore	inventário de árvores utilizado para calcular a compensação individual (por árvore)
Mulheres e violência de género	Risco de encargos domésticos e necessidade de denúncias seguras	Plano de ação contra a violência de género ativado; vias de encaminhamento confidenciais; círculos trimestrais de apoio às mulheres
Saúde e ambiente	Impactos da poeira e do ruído, rendimento dos poços para abastecimento de água na estação seca	Supressão contínua de poeira nas estradas de transporte; toque de recolher para ruídos das 18h às 6h; perfuração de poços financiada pela RSE
Património cultural	Preservação de bosques sagrados ribeirinhos e reconhecimento de locais rituais de “primeira piscina”	Zonas tampão de 50 m; Procedimento de Descoberta Acidental; mapeamento cultural integrado nos âmbitos de atuação dos empreiteiros
Tráfego e segurança	Caminhões em excesso de velocidade na via de acesso N2 perto de Saré Hamadi	TMP impõe ≤ 30 km/h, sinalização de aviso, guardas comunitários nos cruzamentos
Monitorização e divulgação	Desejo de dados em tempo real sobre a qualidade do ar/ruído e atualizações transparentes sobre reclamações	Resultados trimestrais sobre a qualidade do ar/ruído publicados nos quadros da aldeia e no site do SDEP; situação do GM publicada mensalmente

8.4 Diálogo institucional

Reuniões regulares com 13 direções e agências nacionais (IBAP, AAAC, Aviação Civil, Recursos Hídricos, Meteorologia, Proteção Civil e Bombeiros, etc.) resultaram em:

- Acordo sobre referências regulamentares (Anexo 14 da ICAO, ISO 14001, limites nacionais de efluentes).
- Aprovação do Comité de Monitorização Ambiental (liderado pela AAAC) para auditorias conjuntas.
- Esclarecimento das funções das agências durante a construção (por exemplo, IBAP co-monitorização da compensação de mangais; Proteção Civil co-liderança de exercícios de emergência).


Placa -81 Consulta ao IBAP

Placa -82 Consulta à Direção Regional do Cadastro

Plate -83 Consulta ao Presidente da Câmara

Plate -84 Consulta da Direção de Silvicultura

8.5 Participação contínua e responsabilização

A consulta não é um processo único. Esta secção detalha como as contribuições das partes interessadas orientam as decisões reais, como as comunidades acompanham a implementação do projeto e como a participação é formalizada em parcerias.

8.5.1 Calendário de envolvimento por fase

Os detalhes das informações a serem divulgadas, métodos, prazos, partes interessadas relevantes e responsabilidades são apresentados no Capítulo 7. A frequência dessas atividades de envolvimento é apresentada na tabela abaixo

Tabela -85 : Plano de Envolvimento das Partes Interessadas

Fase	Atividade	Partes interessadas	Frequência
Construção da OVIAP (3.º	Divulgação do LRP e acordo com os	24 famílias	Mensal

trimestre de 2025)	proprietários dos terrenos		
Em curso	Passeios para monitorização de poeira e ruído	Mulheres, jovens, imã	Trimestral
Operação OVIAP	Atividades do LRP, mecanismo de reclamação (ruído, trânsito, etc.)	24 famílias Mulheres, jovens, imã	Trimestral
Operação SDEP (3.º trimestre de 2025)	Divulgação e assinatura do RAP	13 famílias	Mensal
Operação SDEP (2025)	Briefings rápidos, campeões da segurança dos alunos	Alunos, professores	Mensal
Operação SDEP	Campanha de segurança rodoviária (bandas, sinais)	Mototáxis, comerciantes	Semestral

* Observe que as datas específicas ainda não foram determinadas. As datas serão incluídas no SEP revisado posteriormente.

Além disso, o projeto também precisará de um envolvimento regular contínuo (formal e informal) para discutir quaisquer preocupações emergentes que as partes interessadas possam ter e para manter uma presença constante. Normalmente, isso envolve pelo menos um CLO a tempo inteiro visitando as comunidades diariamente.

8.5.2 Estruturas negociadas

Para formalizar parcerias locais e construir responsabilidade partilhada, duas ordens foram assinadas pelos Administradores da Safim e da Quebo, como segue:

- Safim: Comité Diretivo e de Reclamações para o DVOR LRP – assinado em abril de 2025
- Quebo: Comité para o SDEP RAP – assinado em maio de 2025-

Estas ordens conferem aos representantes da comunidade o poder de monitorizar a implementação, escalar reclamações e orientar as prioridades de mitigação.

8.5.3 Próximos passos

Os próximos passos para a OVIAP e o SDEP são apresentados abaixo:

- ▶ Manter reuniões trimestrais de divulgação e publicar o Resumo Não Técnico da ESIA em português e crioulo.
- ▶ Lançar o Comité de Monitorização da Aldeia (3.º trimestre de 2025).
- ▶ Acompanhar a entrega do RAP/LRP e do Plano de Ação contra a Violência de Género antes do início das obras (4º trimestre de 2025).

9. MECANISMOS DE RECLAMAÇÃO (GRM)

O Mecanismo de Resolução de Reclamações (GRM) do projeto baseia-se nos sete critérios de eficácia dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos (UNGPs), bem como noutras normas de boas práticas (por exemplo, IFC PS1, AfDB OS1). Em conjunto, estes princípios garantem que as reclamações — sejam elas provenientes de comunidades, trabalhadores ou outras partes interessadas — sejam recebidas, tratadas e resolvidas de forma credível, respeitadora dos direitos, centrada nos sobreviventes e adaptada ao contexto cultural e linguístico local da Guiné-Bissau.

O GRM opera em todas as componentes do projeto: o terminal OVIAP, a faixa DVOR, a pedreira SDEP e o corredor de transporte de 175 km, comunidades vizinhas e abrange todos os tipos de reclamações, incluindo as relacionadas com a terra, meios de subsistência, segurança rodoviária, práticas laborais, impactos ambientais e violência/assédio baseados no género (GBVH).

9.1 Princípios

O Mecanismo de Resolução de Queixas (MRQ) do projeto está ancorado em sete princípios fundamentais que, em conjunto, garantem que as preocupações sejam registadas, tratadas e resolvidas de forma justa, culturalmente adequada e em conformidade com as boas práticas internacionais. Os seguintes pilares são fundamentais para o sucesso do MRQ:

Tabela9 -1 : Critérios de Eficácia dos UNGP Adaptados para o GRM do Projeto

Princípio	Como é operacionalizado no GRM
Legitimidade	Supervisão por um Comité GRM com representação do pessoal do projeto, pontos focais da comunidade (incluindo mulheres e jovens) e, quando relevante, terceiros, tais como ONG ou notários.
Acessibilidade	Estão disponíveis vários pontos de entrada, incluindo registos presenciais (nos escritórios do local e pontos de contacto da aldeia), WhatsApp (número dedicado), caixas de sugestões anónimas e uma linha direta gratuita. As reclamações podem ser apresentadas em português, crioulo, fula ou mandinga. Existem medidas em vigor para garantir a acessibilidade a grupos vulneráveis, incluindo mulheres, jovens e pessoas com deficiência.
Previsibilidade	O GRM inclui um procedimento claro com Acordos de Nível de Serviço (SLAs) que definem prazos para reconhecimento (48 horas), investigação (7 dias) e resolução (14-21 dias). Os reclamantes são informados sobre os próximos passos, prazos previstos e opções de recurso.
Equidade	Os reclamantes podem ser assistidos por uma pessoa de confiança, um representante da comunidade ou apoio jurídico. São fornecidas orientações sobre como apresentar reclamações e o que esperar. O Projeto garante que as assimetrias linguísticas, de literacia ou de poder não impeçam o acesso justo.
Transparência	As atualizações sobre o andamento são fornecidas através de painéis «Você disse / Nós fizemos» em espaços públicos e atualizações por SMS aos queixosos (quando consentido). Resumos trimestrais dos casos (anonimizados) são publicados e partilhados com as administrações locais e as partes interessadas.

Compatibilidade com os direitos	O mecanismo foi concebido para tratar as queixas de forma consistente com a legislação nacional, as normas internacionais de direitos humanos e os compromissos assumidos ao nível do projeto, incluindo o RAP, o LRP e as normas laborais. É dada especial atenção às queixas de VBG e proteção infantil, com um tratamento centrado nas vítimas, vias de encaminhamento confidenciais e adesão aos princípios de não causar danos.
Aprendizagem contínua	A análise regular das tendências das reclamações informa as decisões de gestão do projeto, as estratégias de envolvimento da comunidade e as avaliações de desempenho dos contratantes. As lições aprendidas são partilhadas com as comunidades afetadas durante reuniões trimestrais de feedback das partes interessadas.

Características transversais:

- Denúncias anónimas: Os queixosos podem optar por permanecer anónimos. As denúncias anónimas serão investigadas e as conclusões registadas, respeitando a confidencialidade.
- Garantia de não retaliação: Existe uma política de tolerância zero para retaliação. Isso é comunicado de forma destacada em todos os pontos de envolvimento, e qualquer indício de represália desencadeia uma investigação imediata.
- Sensibilidade às questões de género e às crianças: Todos os canais e comunicações de reclamação são concebidos para serem sensíveis às necessidades e riscos enfrentados por mulheres, crianças e outros grupos em risco. Funcionárias responsáveis por reclamações ou pontos focais estão disponíveis para reclamações relacionadas com questões de género.
- Coordenação com estruturas locais: Quando apropriado, as autoridades tradicionais e os órgãos governamentais locais são envolvidos para apoiar a resolução rápida de reclamações, mas sem comprometer os direitos ou a natureza voluntária do mecanismo. Também há colaboração com ONGs locais em tópicos e intervenções que exigem conhecimento especializado (por exemplo, violência de género, assistência jurídica, saúde, apoio psicológico).
- Monitorização e comunicação: O desempenho do GRM é revisto mensalmente a nível interno e anualmente por auditores externos ou monitores independentes, com supervisão do credor, conforme exigido pelo ESAP (Plano de Ação Ambiental e Social).

✕

Os tipos de reclamações esperadas pelo projeto serão principalmente devido a poeira, ruído, vibração, segurança no trânsito ou efeitos socioeconómicos. Para mais detalhes, consulte a Tabela 4.1.

9.2 Elegibilidade

Qualquer indivíduo, família, empresa, instituição ou trabalhador que acredite estar ou poder ser afetado negativamente pelas atividades do projeto pode apresentar uma reclamação. São aceites reclamações anónimas; os casos de violência baseada no género são tratados apenas por pontos focais formados, que serão funcionários do projeto, uma vez que é necessário que as pessoas que lidam com casos sensíveis sejam qualificadas para o fazer. Estes funcionários serão formados para lidar com questões sensíveis, como a violência baseada no género, e a formação será organizada em coordenação com uma ONG especializada nesta matéria. A fim de ter em conta as pessoas analfabetas, é importante criar pontos focais cuja missão seja transcrever por

escrito, num formulário específico para o efeito, as reclamações dessas pessoas. Eles também garantem a entrega das respostas às reclamações. O projeto recrutará pontos focais que serão responsáveis pela recolha de reclamações a nível local.

9.3 Canais de aceitação

O projeto garante que as queixas possam ser apresentadas livremente, de forma confidencial e através de canais culturalmente adequados e acessíveis. O sistema foi concebido para chegar às populações vulneráveis e remotas e inclui medidas específicas para apoiar as vítimas de violência baseada no género (VBG) e os utilizadores analfabetos. Todos os canais estão abertos aos membros da comunidade, trabalhadores e outras partes interessadas afetadas pelo aeroporto, pela faixa DVOR, pela pedreira SDEP e pelo corredor de transporte de 175 km.

Tabela -92 : Canais de comunicação

Canal	Localização/Contacto	Horário	Notas
Linha direta gratuita (1515)	Centrais telefónicas Safim & Quebo	24 horas	Atendimento em português, crioulo, fula e mandinga.
WhatsApp (número do CLO)	Listas de contactos da comunidade da pedreira e do aeroporto	24 horas	Aceita notas de voz, fotos e mensagens de texto; considere atualizar para um número GRM dedicado.
Caixas de sugestões/reclamações	Escola, mesquita, mercado, centro de saúde, portão da pedreira, acampamento de trabalhadores	Verificações semanais	Trancadas, à prova de adulteração; formulários disponíveis em português e crioulo.
Verbal ao CLO / Livros de registo	Residência do chefe da aldeia ou pontos de encontro da comunidade	Horário de trabalho	CLOs treinados documentam as reclamações em livros oficiais de reclamações armazenados em local seguro.
Unidade móvel de receção de reclamações	Comunidades remotas e vulneráveis ao longo do corredor	Mensal	Visitas da equipa de divulgação em rotação; permite apresentações presenciais, verbais ou escritas.
Canal específico para violência de género	Funcionárias do GRM, acessíveis por linha direta/WhatsApp ou pessoalmente	24 horas	Confidencial, centrado nas sobreviventes, ligado a encaminhamentos para serviços de saúde, psicossociais e jurídicos.
Escritório de Ligação Comunitária (presencial)	Escritórios comunitários no aeroporto e na pedreira	Horário de funcionamento	Reclamações sem marcação são aceites e registadas por pessoal

			formado pelo GRM através de formulários de reclamação.
Caixa GRM e linha direta específica para trabalhadores	Acampamentos de trabalhadores e escritórios de subcontratados	24 horas por dia, 7 dias por semana	Concebido para reclamações laborais; os cartazes incluem os passos do GRM e uma cláusula de não retaliação.

9.4 Protocolo operacional

Um mecanismo de reclamação só merece esse nome quando as pessoas realmente o utilizam e obtêm resultados. Para a OVIAP, isso significa traduzir os princípios gerais de «acessibilidade, rapidez e confidencialidade» num manual passo a passo que os funcionários do aeroporto, os trabalhadores da pedreira, os reguladores, os credores e as comunidades vizinhas possam seguir. O protocolo abaixo faz exatamente isso: define responsáveis, tempos de resposta e pontos de verificação de comunicação claros para cada etapa do processo de reclamação, desde o momento em que uma mensagem do WhatsApp ou uma nota anónima é registada, passando pela investigação e solução, até ao recurso opcional. Ao codificar estas regras em formulários padrão, respostas automáticas por SMS e um sistema de rastreamento baseado na nuvem, o projeto torna a sua promessa de **reparação sem custos e sem retaliação** auditável e, mais importante ainda, credível para os residentes de Safim, Quebo e do corredor de transporte de 175 km.

Tabela -93 : Protocolo Operacional

Etapas e cronograma (dias corridos)	O que acontece	Quem lidera	Ferramentas/registos principais
0. Admissão (Dia 0)	Reclamação recebida por qualquer canal (linha direta, WhatsApp, livro de registos, caixa, representante sindical, e-mail, formulário online). Casos anónimos registados como «AN-xxx».	Oficial de Ligação Comunitária (CLO) de plantão ou Oficial de RH do Campo (para questões relacionadas aos trabalhadores).	• Duplicado em papel e registo digital • ID do caso gerado automaticamente
1. Reconhecimento (≤ 2 dias)	O sistema GRM envia um reconhecimento formal; explica os próximos passos, o prazo previsto e as medidas de confidencialidade.	CLO (reporte ao Diretor ESG).	Formulário padrão A-02 (trilingue)

2. Triagem e atribuição (≤ 3 dias)	Classificar a gravidade e encaminhar: • HSE (segurança, ambiente) • RH (trabalho, salários) • Ponto focal GBV (assédio sexual, SEA/SH) – centrado na sobrevivência • Responsável pela terra (compensação) • Gestor de segurança (roubo, intimidação)	O CLO preside reuniões eletrónicas diárias.	• Matriz de triagem • Registo confidencial de GBV
3. Investigação (≤ 10 dias padrão; ≤ 2 dias para casos de risco de vida)	Recolha de factos, visita ao local, entrevista de testemunhas. Em casos anónimos, as provas são recolhidas sem tentar identificar o queixoso.	Chefe do Departamento do Projeto relevante + pelo menos um CLO.	• Modelo de relatório de investigação (Formulário A-04) • Fotos, notas das testemunhas
4. Decisão e plano de ação (≤ 15 dias padrão; ≤ 5 dias para GBV)	Rascunho da solução (correção técnica, compensação, ação disciplinar). Validar com o Comité GRM (Diretor ESG, Gerente de Operações, Consultor Jurídico, Representante da Comunidade).	O chefe do departamento do projeto relevante redige; o Comité aprova.	• Plano de ação carregado no sistema em nuvem • Código orçamentário e prazo registrados
5. Implementação e verificação (≤ 30 dias padrão; ≤ 10 dias GBV)	Executar a solução (por exemplo, reparar o escoamento, pagar salários, pedir desculpas, encaminhar a vítima para uma clínica, punir o trabalhador). Inspeção final com o reclamante (se não for anónimo).	Chefe do departamento responsável; documentos do CLO.	• Prova de conclusão (foto, recibo) • Formulário de encerramento A-07
6. Recurso (opcional) (≤ 7 dias após o encerramento)	Se insatisfeito, o reclamante pode recorrer ao Diretor ESG. Mediador externo (IBAP, INPC, Inspeção do Trabalho ou Município) envolvido se ainda não resolvido.	Diretor do ESG; mediador terceirizado.	• Registo de recurso • Atas do mediador

9.5 Gatilhos de tramitação rápida

Nem todas as reclamações podem esperar pelo «reconhecimento no segundo dia». No contexto da aviação, da exploração de pedreiras e do transporte rodoviário de longa distância da OVIAP, alguns incidentes exigem um **dever de cuidado em tempo real**: derramamento de combustível de aviação, um guarda abusivo ou uma criança

em risco exigem uma mudança *imediata* da burocracia para a ação. A matriz de referência rápida abaixo sinaliza esses **gatilhos de ação rápida ()** — situações que automaticamente substituem o relógio GRM padrão, designam respondentes especializados (oficial de serviço de HSE, ponto focal treinado em GBV ou Serviços Sociais do Estado) e estabelecem prazos reduzidos medidos em horas, não em dias.

Tabela «9 » - «4 »: Fast-Track Triggers

Tipo	Tempo de resposta	Notas
Ameaça iminente à vida/segurança crítica	Alerta verbal imediato → ação ≤ 24 h	por exemplo, derramamento de combustível, padrão de detonação inseguro
GBV / SEA / SH	Sobrevivente contactado dentro de 24 horas; encaminhamento ≤ 48 horas	Tratado apenas pelo ponto focal de VBG; sem partilha de detalhes sem consentimento
Proteção infantil	Alerta no mesmo dia aos Serviços Sociais Safim/Quebo	Em conformidade com os compromissos da UNCRC

9.5.1 Funções e responsabilidades

A gestão eficaz da GRM depende de *quem* faz o quê e da rapidez com que cada tarefa é transferida. Para a OVIAP, mapeámos todas as etapas do processo para cargos claramente definidos, para que os vizinhos em Safim, os trabalhadores da pedreira em Quebo e os credores do projeto saibam exatamente quem é responsável por cada tarefa. A tabela a seguir apresenta essas funções e responsabilidades, mostrando (i) as pessoas ou entidades que desempenham cada função em 2025 e (ii) as suas principais responsabilidades na GRM — desde o atendimento inicial por agentes de ligação comunitária bilingues até o tratamento especializado pela nossa equipa de gestão de risco de violência, passando pelo apoio jurídico e Responsabilidades, mostrando (i) os indivíduos ou entidades que desempenham cada função em 2025 e (ii) as suas principais funções no GRM — desde a receção inicial por agentes de ligação comunitária bilingues, passando pelo tratamento especializado pela nossa ONG focalizada em GBV, até à aprovação final por um Comité GRM multidisciplinar presidido pelo Diretor de ESG. Esta clareza de mandato e cadeia de comando é o que transforma princípios em ações rápidas e rastreáveis.

Tabela9 -5 : Funções e responsabilidades

Função	Nome (2025)	Principais funções do GRM
Oficial de Ligação com a Comunidade	Theisa Baraye	Responsável geral pelo sistema, triagem, painel de indicadores-chave de desempenho, admissão, tradução, investigações conjuntas
Ponto focal para violência de género	Theisa Baraye	Tratamento individual de casos,
Líderes de casos	HS&ES – Taylan Kip, RH – Ercan Koparan,	Investigação e execução do plano de ação

	Chefe Administrativo – Eren Can Temiz Supervisor de HS - Metin Ozel Líder de Segurança – Asim Serghen Hiz	
Comité Diretivo RAP, que desempenhará o papel de Comité GRM*	Gerente de HS&ES, RH, Chefe Administrativo, Representantes da Comunidade (chefes de aldeia	Aprovar soluções; aprovar encerramento e recursos

Comité Diretor do RAP, que desempenhará o papel do Comité GRM no projeto. Será formado pelo gerente de HS&ES, gerente de RH, chefe administrativo e representantes da comunidade, que são chefes de aldeia de Sare Hamadi, Syntchan Ofala e Syntchan Serifu. Eles já foram escolhidos pelo administrador que criou o Comité Diretor do RAP e não receberão remuneração. O Comité Diretor do RAP irá principalmente gerir as queixas de todas as partes interessadas, incluindo as que ocorreram durante a implementação do LRP e do RAP. Note-se que, devido ao número relativamente baixo de PAPs, não haverá comités de monitorização de partes interessadas externas no projeto.

9.5.2 Monitorização e melhoria contínua – por que os números são importantes

Um mecanismo de reclamação é tão forte quanto a sua capacidade de aprender com cada caso e estreitar o ciclo entre *a feedback* e *a ação*. Para a OVIAP, transformámos essa filosofia num quadro de resultados conciso que é revisto pela liderança do projeto, reguladores e credores de forma contínua. Cada métrica na tabela abaixo associa uma meta SMART a uma linha de reporte clara e uma cadência de revisão, para que atrasos, pontos cegos ou reclamações repetidas sejam detetados precocemente e corrigidos através de formação de reciclagem, ajustes nos procedimentos ou penalidades aos contratados. Ao acompanhar tanto a velocidade («% *reconhecida em 2 dias*») quanto a qualidade («*satisfação do reclamante*») e ao dar visibilidade especial ao tratamento de GBV e à recorrência de problemas, o sistema impulsiona a melhoria contínua nas operações do aeroporto de Safim e na pedreira de Quebo, mantendo as comunidades, os trabalhadores e os financiadores confiantes de que as lições estão a ser aprendidas, compartilhadas e aplicadas.

Tabela9 -6 : Monitorização e melhoria contínua

Métrica	Meta	Relatório para	Frequência
% de reclamações reconhecidas ≤ 2 dias	≥ 95 %	Diretor ESG / AAAC	Mensal
% resolvidos dentro do prazo acordado	≥ 90 %	Credores (EAAF/BII/AfDB)	Trimestral
Satisfação dos reclamantes (inquérito pós-encerramento)	≥ 80 % positiva	Comité GRM	Trimestral

Recorrência do mesmo problema	< 10%	Gerente de operações	Mensal
Casos de violência de género tratados por pessoal treinado	100	Responsável pelo género da BII	Semestral

Gestão de queixas anónimas:

- Não há tentativa de identificar a pessoa.
- O sistema atribui «AN-####»; apenas o gestor GRM pode ver os detalhes correspondentes, se fornecidos posteriormente.
- A investigação prossegue com base nos factos; o resultado é publicado no quadro «Você disse/Nós fizemos» sem dados pessoais.
- Estatísticas relatadas separadamente para proteger as tendências de distorção dos KPIs de satisfação.

Comunicação e transparência:

- Quadros «Você disse/Nós fizemos» (portão do aeroporto, pedreira, câmaras municipais de Safim e Quebo) atualizados mensalmente.
- O painel digital no site do projeto mostra KPIs agregados:
 - casos, tipo, % encerrados dentro do prazo, índice de satisfação.
- Folheto trimestral distribuído nas administrações de Safim e Quebo nos idiomas locais resume as tendências; espaço na Rádio Bissau a cada trimestre.

Ligações a outros sistemas:

- GRM específico para trabalhadores (Secção 11.1) passa pelo RH, mas segue cronogramas idênticos; alimentado no KPI global.
- O GRM específico para cada trabalhador passa pelo CLO (Theisa Baraye) diariamente; introduzido no KPI global;
- Emergências ambientais escaladas simultaneamente através do protocolo de incidentes de HSE.
- O Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (SEP) utiliza a análise do GRM para adaptar as táticas de envolvimento (por exemplo, mais reuniões sobre rotas de transporte da pedreira se aumentarem as reclamações sobre poeira).

Resultado: um processo claro, com prazos definidos e baseado em direitos que cumpre a IFC PS 1, AfDB ISS e GBV Good Practice Note, mantendo-se suficientemente simples para que um perfurador de pedreira ou um vendedor do mercado Safim confie e utilize.

O orçamento necessário para implementar o SEP está integrado no CAPEX do projeto e as tarefas são partilhadas entre os departamentos de RH e ESG. Consulte a Secção 11.10 para obter o orçamento da implementação do SEP.

10. ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS NA MONITORIZAÇÃO DO PROJETO

10.1 Indicadores-chave de monitorização

O projeto irá acompanhar um conjunto conciso de indicadores quantitativos e qualitativos para avaliar se as atividades de envolvimento continuam a ser inclusivas, transparentes e responsivas. As métricas indicativas incluem:

- Alcance do envolvimento – será acompanhado comparando o número de reuniões planeadas com as partes interessadas com as realmente realizadas, o número de convites emitidos com a participação real e desagregando os dados dos participantes por género, faixa etária e tipo de parte interessada. Isto permite à equipa do projeto avaliar a inclusão e a representatividade das consultas.
- Divulgação de informações – materiais impressos planeados vs. distribuídos, impressões de publicações em sites ou redes sociais e tempo de antena de spots de rádio.
- Tratamento de feedback – reclamações recebidas, resolvidas, pendentes; tempo médio de resolução; índice de satisfação dos reclamantes.
- Resultados da capacitação – número de formações ministradas pelo comité, ações acordadas vs. concluídas, visitas de monitorização à comunidade realizadas.
- Género e inclusão – proporção de participantes do sexo feminino em comités e consultas; participação de partes interessadas vulneráveis ou com mobilidade limitada.

Além do envolvimento estruturado, o projeto acompanhará as interações informais com as partes interessadas, tais como conversas espontâneas, visitas à comunidade e consultas no terreno recebidas pelo pessoal do projeto. Estas interações, embora nem sempre planeadas, revelam frequentemente questões importantes e criam confiança ao nível das bases.

O projeto também monitorará os compromissos ad hoc — reuniões não programadas ou consultas responsivas desencadeadas por preocupações emergentes da comunidade, incidentes do projeto ou desenvolvimentos imprevistos. O tempo decorrido entre uma solicitação da comunidade e a resposta ou ação de acompanhamento do projeto será anotado como uma medida de capacidade de resposta.

Todos os indicadores serão compilados num painel digital centralizado de envolvimento, que agrega informações dos componentes OVIAP e SDEP. O painel será revisto trimestralmente pela gestão sénior do projeto e utilizado para informar ajustes no Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (SEP) e estratégias relacionadas.

10.2 Comités de Monitorização das Partes Interessadas

Devido ao número relativamente baixo de PAPs, não haverá comités externos de monitorização das partes interessadas no projeto. O Comité Diretivo do RAP desempenhará o papel de Comité GRM no projeto. Será formado pelo Gestor de HS&ES, Gestor de RH, Chefe Administrativo e Representantes da Comunidade, que são os chefes das aldeias de Sare Hamadi, Syntchan Ofala e Syntchan Serifu. Eles já foram escolhidos pelo Administrador que criou o Comité Diretor do RAP e serão funções não remuneradas. O Comité Diretor do RAP irá principalmente gerir as reclamações de todas as partes interessadas, incluindo as que ocorreram durante a implementação do LRP e do RAP.

10.3 Ações de género e diversidade

- Lugares reservados – discussões em grupos focais separados (FGDs) realizadas em horários/locais convenientes para as mulheres cuidadoras.
- Coaching de liderança – workshops curtos para mulheres membros do comité sobre facilitação de reuniões, orçamento e negociação.
- Auditorias de inclusão – avaliação anual da diversidade do comité (idade, pertença a minorias étnicas, deficiência), com planos de ação corretivos.

10.4 Diretrizes de comunicação externa

- Apenas porta-vozes autorizados (Diretor de Projeto, CLO, Gestor de Sustentabilidade) podem divulgar informações externamente.
- Todos os materiais passam por uma revisão interna (aprovação técnica, jurídica e de HSE).
- Os dados sensíveis (por exemplo, dados pessoais de PAPs) são anonimizados antes da divulgação.
- As comunicações devem fazer referência à Posição do Projeto sobre GBVH e ser emitidas em português, crioulo e mandinga.

11. MONITORIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO ÀS PARTES INTERESSADAS

11.1 Comunicação interna com os funcionários

A comunicação bidirecional eficaz com a força de trabalho do projeto é fundamental para operações seguras, éticas e produtivas. A secção 12.1 descreve o sistema multicanal — que vai desde uma plataforma digital segura no local de trabalho e grupos do WhatsApp até painéis informativos no local, palestras e reuniões trimestrais — através do qual os funcionários recebem informações consistentes e atualizadas. Esses canais divulgam conteúdos essenciais, como orientações passo a passo sobre como usar o Mecanismo de Resolução de Reclamações (GRM), o código de conduta GBVH, protocolos de resolução de conflitos e procedimentos de notificação de emergência. Ao integrar pontos de contato formais e informais, o Projeto garante que todos os trabalhadores — independentemente do nível de alfabetização ou turno de trabalho — tenham acesso oportuno a políticas críticas e uma voz clara nas questões do local de trabalho. De acordo com as Funções e Responsabilidades apresentadas na Estrutura do ESMS nas ESIs, o Oficial de Ligação com a Comunidade regista, acompanha e ajuda na resolução de reclamações dos funcionários e da comunidade, em coordenação com o gestor de HS&ES.

11.2 Relatórios regulamentares e externos

Relatórios transparentes e rotineiros para reguladores, grupo de credores, incluindo consultores de E&S, líderes comunitários e o público em geral são essenciais para manter a conformidade e a licença social para operar. A Seção 12.2 descreve a arquitetura de relatórios personalizada que fornece as informações certas para o público certo no momento certo: resumos mensais de indicadores para o IBAP e DGTA, relatórios semestrais de monitoramento ambiental (ESMRs) para a IFC e AfDB, resumos trimestrais em linguagem simples para autoridades tradicionais e comitês de pessoas afetadas pelo projeto (PAP) e infográficos visualmente atraentes para o público em geral. sociais (ESMRs) à IFC e ao AfDB, resumos trimestrais em linguagem simples para autoridades tradicionais e comissões de pessoas afetadas pelo projeto (PAP) e infográficos visualmente atraentes para o público em geral. Esta abordagem estruturada cumpre as obrigações legais, satisfaz os requisitos dos credores e reforça a responsabilidade perante as partes interessadas locais.

11.3 Visão geral da frequência e do formato

Para consolidar as diversas obrigações de comunicação do projeto, a Seção 12.3 apresenta uma matriz concisa que associa cada grupo de partes interessadas à frequência, meio e função responsável acordados para cada produto de relatório. A visão geral funciona como uma ferramenta de programação e uma lista de verificação de controle de qualidade, garantindo que todas as divulgações — internas ou externas — sejam entregues de forma consistente, em formatos culturalmente adequados e dentro dos prazos estipulados. Esta estrutura sistemática minimiza lacunas de informação, evita a duplicação de esforços e fornece à gestão uma visão clara do desempenho do envolvimento.

Tabela11 -1 : Frequência e formato da comunicação

Público	Frequência	Formato	Função responsável
Funcionários	Contínua; conversas semanais sobre segurança	Cartazes, intranet, alertas por SMS	RH e HSE

Comissões PAP	Mensal	Boletim informativo bilingue e atas das reuniões	CLO
Reguladores	Mensal (DGTA), trimestral (IBAP)	Relatório em PDF por e-mail, cópia impressa	Gestor ESG
Financeiros	Anuais, de acordo com as normas do AfDB	ESMR consolidado	Diretor de Sustentabilidade

11.4 Gestão e prevenção de riscos de violência baseada no género

A violência e o assédio baseados no género (GBVH) representam sérias ameaças ao bem-estar individual, à coesão da força de trabalho e à licença de operação do Projeto. A Seção 12.4 estabelece a estrutura integrada de prevenção e resposta que incorpora princípios de tolerância zero em todos os níveis do Projeto — desde a gestão executiva até as equipas de subcontratados e interfaces comunitárias. O quadro combina medidas proativas (por exemplo, códigos de conduta obrigatórios, conceção de acampamentos seguros e recrutamento sensível ao género), canais de denúncia centrados nas vítimas que se articulam com o Mecanismo de Resolução de Queixas e vias de encaminhamento coordenadas para serviços de saúde, psicossociais e jurídicos qualificados. Ao esclarecer funções, recursos e indicadores de monitoramento, esta seção capacita a liderança do Projeto a antecipar, mitigar e abordar rapidamente os riscos de GBVH, salvaguardando assim a dignidade, a segurança e a participação igualitária de todos os trabalhadores e partes interessadas. A OVIAP compromete-se a implementar:

- **Implementação de uma política de tolerância zero e de um código de conduta:**

Para garantir expectativas comportamentais claras e consistentes, o projeto adotou uma política formal de GBVH, exibida de forma destacada em todos os locais de trabalho e áreas de alojamento dos trabalhadores em português e crioulo. Todos os trabalhadores, independentemente do empregador, são obrigados a ler e assinar um Código de Conduta (CoC) no momento da contratação. Este CoC descreve comportamentos proibidos, obrigações de denúncia e consequências disciplinares para violações, incluindo demissão imediata ou encaminhamento às autoridades legais em casos graves.

O CoC é reforçado por meio de palestras periódicas e sessões de integração que abordam especificamente a sensibilidade de género, a conduta respeitosa no local de trabalho e os direitos dos sobreviventes. Os subcontratados são contratualmente obrigados a aplicar essas normas à sua própria força de trabalho e a fornecer provas de conformidade durante auditorias regulares de ESHS.

- **Canal confidencial de denúncias de GBVH:**

Um canal dedicado para denúncias de GBVH foi integrado ao Mecanismo de Resolução de Reclamações (GRM), com salvaguardas específicas para proteger a identidade do reclamante e manter a confidencialidade. Este canal está acessível 24 horas por dia, 7 dias por semana, através de uma linha telefónica confidencial e de um número de WhatsApp, ambos geridos por pessoal feminino qualificado. A linha de denúncia está acessível em várias línguas locais (português, crioulo, fula e mandinga) e aceita mensagens de voz para garantir a acessibilidade a utilizadores analfabetos ou com baixo nível de literacia.

Para manter a confidencialidade, as denúncias de GBVH são sinalizadas na base de dados do GRM utilizando protocolos de acesso restrito. Apenas funcionários seniores designados (por exemplo, o Ponto Focal do Projeto GBV, o Coordenador do GRM e, quando necessário, o Diretor do ESG) têm permissão para visualizar e lidar com esses casos. Os nomes e detalhes de identificação nunca são

inseridos no registo geral de reclamações, e todos os registos digitais são protegidos por senha com controlos de acesso baseados em funções. Cópias impressas de quaisquer relatórios são armazenadas em armários trancados, acessíveis apenas ao Ponto Focal de GBV.

- **Protocolo de resposta centrado na sobrevivente e sistema de encaminhamento:**

O Projeto segue uma abordagem centrada na sobrevivente ao responder a denúncias de GBVH. Ao receber uma denúncia, o CLO ou o Ponto Focal de GBV realiza uma reunião privada com a sobrevivente, pessoalmente ou por meio de uma chamada segura. A sobrevivente é totalmente informada sobre suas opções, incluindo os serviços de apoio disponíveis, e mantém total controle sobre a decisão de prosseguir com a investigação ou ação legal.

O Projeto formalizou acordos de encaminhamento com prestadores de cuidados de saúde, apoio psicossocial e assistência jurídica nas proximidades. Isso inclui clínicas locais, serviços de aconselhamento para traumas e grupos de defesa das mulheres. O transporte para esses serviços é organizado de forma discreta e nenhum detalhe identificável é divulgado sem o consentimento informado explícito da sobrevivente.

Em cada caso, o CLO designado ou o ponto focal de VBG garante que seja prestado apoio de acompanhamento, incluindo check-ins contínuos, segurança, se solicitada, e apoio na navegação por processos administrativos ou institucionais. As sobreviventes nunca são pressionadas a aceitar mediação ou reconciliação.

- **Proteção e monitorização de dados:**

Todos os casos de GBVH são acompanhados separadamente num anexo confidencial do GRM, que está sujeito a protocolos rigorosos de retenção de dados e ao cumprimento dos princípios de proteção de dados da Guiné-Bissau e das normas internacionais aplicáveis (por exemplo, salvaguardas equivalentes ao RGPD). Os relatórios mensais para a gestão podem incluir estatísticas anónimas (por exemplo, número de queixas de GBVH recebidas e resolvidas), mas não são divulgados dados pessoais ou específicos de cada caso.

A eficácia destas medidas é revista trimestralmente pelo Grupo de Trabalho para a Igualdade de Género e Inclusão Social do Projeto, com atualizações dos protocolos conforme necessário, em consulta com os parceiros da sociedade civil e as agências governamentais relevantes.

11.4.1 Comunicação externa

Todas as comunicações externas de boletins informativos da comunidade e sinalização pública devem passar por um processo de aprovação estruturado para garantir a precisão, coerência e sensibilidade. Esse processo inclui:

Verificação da precisão dos dados:

- A equipa de redação (especialista em ESHS ou proprietário de conteúdo designado) confirma a precisão técnica e contextual.
- A documentação de apoio (por exemplo, dados de monitorização, registos de consultas) é revista.

Avaliação da confidencialidade e sensibilidade em relação à GBVH:

- O CLO (Theisa Baraye) avalia se o conteúdo corre o risco de revelar informações pessoais, especialmente em casos de violência de género ou queixas.

- Qualquer conteúdo relacionado a GBV/GBVH é revisado novamente pelo Ponto Focal de GBV para garantir que esteja em conformidade com os protocolos de confidencialidade que priorizam os sobreviventes.

Aprovação formal:

- A aprovação final é emitida pelo **Gestor do Projeto** (por assinatura eletrónica ou confirmação por e-mail) antes da divulgação.

11.5 Funções de gestão

11.5.1 Estrutura organizacional geral

Uma responsável dedicada pelo envolvimento das partes interessadas e pela ligação com a comunidade, Theisa Baraye, reporta ao gestor de HS&ES. O organograma atualizado é apresentado na figura abaixo.

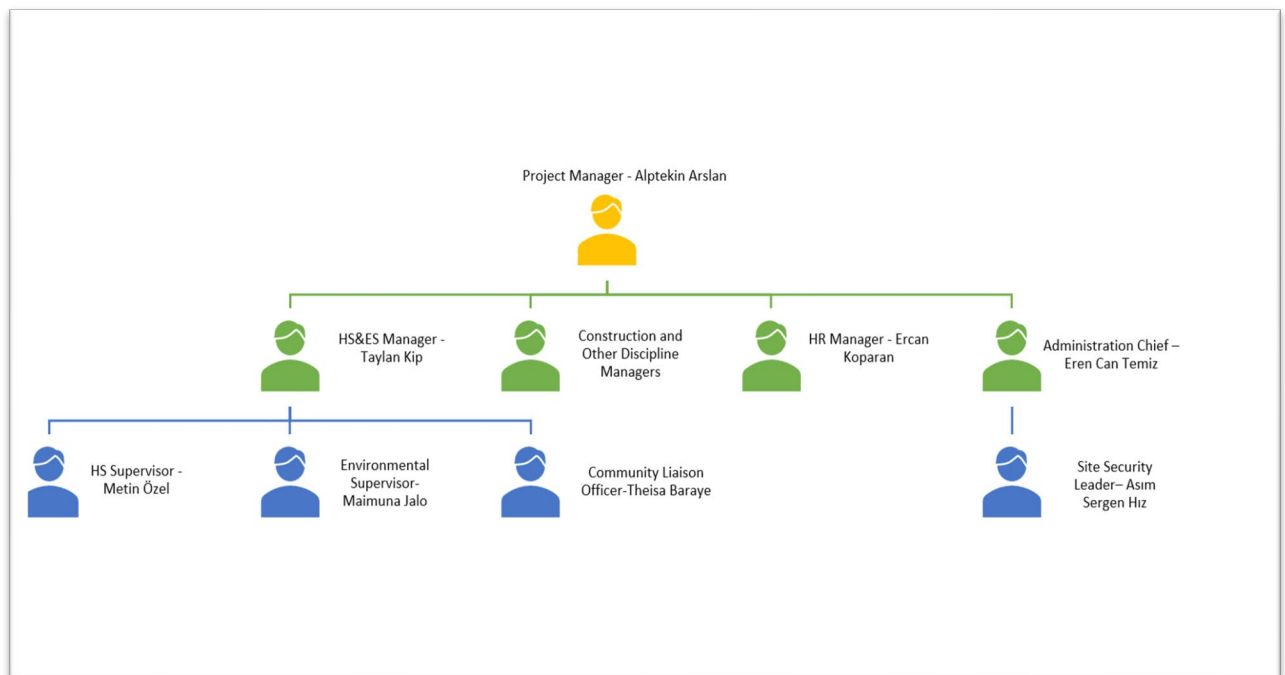


Figura 4. Organograma da OVIAP e do SDEP E&S

11.6 Responsável pela Ligação com a Comunidade (CLO)

- Principais tarefas** – gerir o envolvimento diário, manter a base de dados das partes interessadas, presidir às CMCs, registar e coordenar os materiais de resolução e divulgação.
- Competências** – licenciatura em ciências sociais ou áreas afins, fluência em português e crioulo, competências em mediação de conflitos, formação em sensibilidade às questões de género.

11.7 Estrutura de envolvimento dos funcionários

O CLO lidera as comunicações internas com os Campeões de Envolvimento no Local, integrados em cada equipa de contratados, para obter feedback em tempo real da força de trabalho e lidar com reclamações.

11.8 Inclusão de género

- Mínimo de 30% de mulheres em todas as funções da SECL; anúncios de recrutamento incentivam explicitamente candidatas do sexo feminino.
- Programa de mentoria que emparelha funcionárias juniores com gestoras seniores.

11.9 Alocação de recursos

- Recursos humanos – 1 gestor SECL, 2 CLOs, 1 especialista em GBVH, 3 agentes de campo para reassentamento, 1 analista de dados. Um especialista em património cultural será contratado externamente, quando necessário.
- Orçamento – itens para tradução, impressão, transporte comunitário, formação de comissões e monitorização independente; revistos anualmente em função das previsões de carga de trabalho, estimados conforme indicado no quadro 11.2

11.10 Transformar dados em ações adaptativas

Todas as métricas acompanhadas na Secção 12 alimentam um «Painel de Envolvimento e Desempenho» dinâmico, que é revisto mensalmente pela equipa de Envolvimento das Partes Interessadas e Ligação com a Comunidade (SECL) e trimestralmente pelo Comité Diretivo ESG multifuncional. Quando um KPI fica abaixo da meta ou quando a análise de tendências e o feedback das partes interessadas revelam pontos críticos recorrentes (por exemplo, >10% de recorrência de reclamações ou <80% de satisfação pós-encerramento), o gerente do SECL emite um **Aviso de Ação Corretiva (CAN para aspectos de E&S)** que aciona três etapas:

- (1) Workshop sobre as causas profundas** com os departamentos relevantes e representantes da comunidade;
- (2) Plano de ação** com responsáveis, recursos e prazos claros; e
- (3) Entrada no registo de alterações do SEP/ESMS.**

Todas as CAN aprovadas são consolidadas durante a reunião anual de revisão da gestão — com a presença de observadores da AAAC e consultores de E&S dos credores —, onde são traduzidas em alterações concretas: novas táticas de divulgação, prazos revisados para o GRM, módulos de formação GBVH atualizados ou rubricas orçamentais adicionais. Os documentos SEP e ESMS atualizados são então reemitidos com controlo de versão, divulgados no site do projeto e nos Centros de Informação Comunitária, e explicados em palestras de acompanhamento e briefings do comité PAP, garantindo que as lições aprendidas sejam incorporadas na prática e na política dentro de um ciclo de reporte.

O orçamento para a implementação do SEP é estimado de acordo com a tabela abaixo.

Tabela «11 » (Estimativa do orçamento para a implementação do SEP) - «2 : Breakdown and Estimations of SEP Implementation in USD» (Estimativa do orçamento para a implementação do

	Preparação	Construção		
	2023 (real)	2024 (real)	2025 (estimado)	2026 (estimado)
Tradução e impressão	15k	15k	5k	5k
Transporte	15k	15k	15k	15k
Formação de Comissões	-	-	30k	10k
Gestão GRM		24k	50k	30k
Plano de Envolvimento das Partes Interessadas e Monitorização	10k	10k	15k	15k
Plano de Comunicação, Materiais e Implementação	-	-	25k	10k
TOTAL	40k	64k	140k	85k
TOTAL GERAL	40k	289 k		

12. REFERÊNCIAS

- Normas internacionais, diretrizes e boas práticas
 - Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB). 2023. Sistema Integrado de Salvaguardas: Salvaguardas Operacionais 1-5. Abidjan: AfDB.
 - International Finance Corporation (IFC). 2012. Padrões de Desempenho em Sustentabilidade Ambiental e Social (incluindo PS 1, PS 2, PS 5 e PS 7). Washington, DC: Grupo Banco Mundial.
 - IFC. 2022. Envolvimento das partes interessadas: Manual de boas práticas (2.ª ed.). Washington, DC.
 - ISO. 2010. ISO 26000: Orientação sobre Responsabilidade Social. Genebra: ISO.
 - Nações Unidas. 2015. Transformando o Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (UN A/RES/70/1). Nova Iorque.
 - Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos: Implementação do Quadro das Nações Unidas «Proteger, Respeitar e Remediar», Nações Unidas, 2011.
- Quadro jurídico regional e nacional – Guiné-Bissau
 - Assembleia Nacional Popular. 2021. Lei-Quadro do Ambiente (Environmental Framework Law), Lei n.º 14/2021. Bissau.
 - Ministério do Ambiente e IBAP. 2022. Regulamento de Avaliação de Impacto Ambiental (Decreto n.º 4/2022).
 - Ministério dos Transportes e Aviação Civil (MTCA). 2018. Código da Aviação Civil (Decreto-Lei n.º 7/2018).
 - Governo da Guiné-Bissau. 2020. Lei de Terras (Lei das Terras), Lei n.º 5/2020.
 - IBAP. 2024. Plano Estratégico de Biodiversidade 2024-2030. Bissau.
- Documentos específicos do projeto ESIA e de gestão
 - FB Group / SOACO-Bissau. 2025. Avaliação do Impacto Ambiental e Social do OVIAP — Volume I: Linha de Base.
 - FB Group / SOACO-Bissau. 2025. OVIAP ESIA — Volume II: Impact Assessment & Mitigation.
 - FB Group / SOACO-Bissau. 2025. Plano de Ação de Reassentamento (RAP) — Fase 1 Obras do Lado Aéreo.
 - Geominex-SA. 2023. Declaração de Impacto Ambiental da Pedreira SDEP.
 - FB Group. 2025. Atualização do Plano de Envolvimento das Partes Interessadas — OVIAP e SDEP (este documento).
 - FB Group. 2025. Plano de Gestão Ambiental e Social (ESMP) — Fase de Construção.
- Estudos técnicos de apoio e conjuntos de dados
 - ASECNA. 2023. Previsão do tráfego aéreo e avaliação da segurança para a FIR GB-Bissau. Dakar.
 - CEMGEO-Consult. 2023. Investigação geotécnica — Pedreira de dolerite de Safim. Relatório técnico CG-23-018.

- INS (Instituto Nacional de Estatística). 2024. Censo Geral da População e Habitação 2024 — Resultados Preliminares. Bissau.
- Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA). 2023. Inquérito Demográfico e de Saúde da Guiné-Bissau 2023.
- Registos de Consulta e Envolvimento
 - FB Group / CLO Office. 2024-2025. Atas das reuniões comunitárias – Aeroporto AOI (ID das reuniões CM-001 a CM-027).
 - Grupo FB / SERD. 2025. Registo de reclamações – 1.º e 2.º trimestres de 2025.
 - Comité PAP de Bandim. 2024. Atas do Workshop sobre Restabelecimento dos Meios de Subsistência, 15 de dezembro de 2024.
- Orientações adicionais e kits de ferramentas
 - ONU Mulheres. 2019. Aeroportos seguros para mulheres e meninas: um kit de ferramentas para a prevenção da violência de género. Nova Iorque.
 - Global Infrastructure Hub. 2020. Ferramenta de referência sobre infraestrutura inclusiva e equidade social. Sydney.

ANEXO 1 – PROTOCOLO DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

Este Protocolo de Envolvimento das Partes Interessadas define os padrões mínimos, as responsabilidades e os procedimentos que regem o envolvimento entre o Projeto e as suas partes interessadas em todas as fases — desde a pré-construção até ao desmantelamento. Ele garante que as pessoas afetadas pelo projeto (PAPs), as comunidades e outras partes interessadas tenham acesso a informações oportunas, relevantes e compreensíveis e possam participar de forma significativa nas decisões que as afetam.

1. Objetivos

Os principais objetivos deste protocolo são:

- Promover um envolvimento transparente, inclusivo e culturalmente adequado.
- Construir e manter a confiança mútua entre o Projeto e as partes interessadas.
- Permitir a participação informada no planeamento, monitorização e mitigação do projeto.
- Prevenir, identificar e resolver preocupações por meio de mecanismos estruturados de feedback.
- Garantir que grupos vulneráveis, marginalizados e sub-representados sejam consultados e incluídos de forma significativa.

2. Princípios orientadores

Todas as atividades de envolvimento das partes interessadas devem basear-se nos seguintes princípios:

- **Inclusão:** O envolvimento incluirá todas as partes interessadas direta e indiretamente afetadas, com disposições especiais para grupos vulneráveis (por exemplo, mulheres, jovens, minorias étnicas, pessoas com deficiência).
- **Acessibilidade:** As atividades e materiais de envolvimento devem ser disponibilizados nos idiomas (por exemplo, português, crioulo, fula, mandinga), formatos e locais relevantes.
- **Transparência:** Todas as informações partilhadas devem ser precisas, consistentes e oportunas. O Projeto compromete-se a divulgar claramente os impactos, as medidas de mitigação, os quadros de compensação e os benefícios.
- **Respeito:** O envolvimento deve ser culturalmente sensível, voluntário e livre de coerção ou manipulação.
- **Capacidade de resposta:** O projeto deve adaptar a sua estratégia de envolvimento com base no feedback da comunidade e na evolução dos riscos.
- **Responsabilidade:** O projeto documentará, monitorará e relatará as atividades e os resultados do envolvimento, com supervisão da alta administração.

3. Identificação e mapeamento das partes interessadas

As partes interessadas devem ser classificadas como:

- **Partes afetadas:** Indivíduos ou grupos diretamente impactados pela aquisição de terras, construção ou operações (por exemplo, proprietários de terras, arrendatários, usuários de recursos).
- **Partes interessadas:** Entidades com interesse no projeto, mas não diretamente afetadas (por exemplo, ONGs, mídia, academia).
- **Autoridades governamentais:** instituições locais, regionais e nacionais com funções regulatórias ou de supervisão.
- **Grupos vulneráveis:** partes interessadas em risco de exclusão ou impactos desproporcionais (por exemplo, idosos, pessoas com deficiência, famílias chefiadas por mulheres).

Um Registo de Partes Interessadas será mantido e atualizado regularmente.

4. Modalidades de envolvimento

As atividades de envolvimento incluirão:

- Consultas públicas e reuniões municipais: discussões estruturadas realizadas em locais acessíveis, com aviso prévio e materiais traduzidos.
- Discussões em grupos focais (FGDs): utilizadas para recolher perspetivas de mulheres, jovens, líderes tradicionais e outros subgrupos.
- Entrevistas individuais: com informantes-chave, autoridades ou partes interessadas vulneráveis.
- Reuniões ad hoc: para responder a questões urgentes, alterações no projeto ou eventos imprevistos.
- Envolvimento informal: interações diárias por parte dos agentes de ligação com a comunidade (CLOs), documentadas em registos de campo.
- Unidades móveis de divulgação: Para partes interessadas remotas ou com mobilidade limitada.

5. Frequência do envolvimento

- Planeamento e pré-construção: mensalmente ou conforme necessário durante o acesso ao terreno e o desenvolvimento do RAP/LRP.
- Construção: Quinzenal a mensal, com frequência aumentada durante atividades disruptivas (por exemplo, explosões, encerramento de estradas).
- Operações: Trimestralmente ou vinculado a mudanças operacionais importantes ou reclamações.
- Encerramento: Plano de envolvimento a ser revisto e ampliado durante a desmobilização e restauração.

6. Registos e documentação

A Equipa de Envolvimento das Partes Interessadas deve manter:

- Folhas de presença nas reuniões (discriminadas por sexo/idade).
- Resumos das atas e registos de feedback.
- Registos de reclamações (confidenciais, quando apropriado).
- Fotos, gravações de áudio (com consentimento) e acordos assinados.

Todos os dados serão geridos numa plataforma digital segura com acesso restrito, de acordo com a Política de Proteção de Dados do Projeto.

7. Feedback e tratamento de reclamações

As partes interessadas podem fornecer feedback ou apresentar reclamações através de:

- Linha direta gratuita (1515)
- WhatsApp (CLO ou número dedicado)
- Caixas de sugestões (recolha semanal)
- Relatórios verbais aos CLOs ou ao pessoal no terreno
- Unidades móveis mensais para reclamações
- Canais de denúncia de violência de género sensíveis às questões de género

O Projeto compromete-se a reconhecer as reclamações no prazo de 3 dias e a resolvê-las no prazo de 15 dias úteis, exceto em casos complexos que exijam escalonamento.

8. Monitorização e relatórios

O desempenho do compromisso será monitorado por meio de:

- Número e tipo de compromissos assumidos
- Participação e satisfação das partes interessadas
- Reclamações resolvidas vs. não resolvidas
- Inclusão de grupos vulneráveis
- Atualizações do Registo de Partes Interessadas

Os resultados serão comunicados trimestralmente à alta administração e partilhados com as partes interessadas por meio de boletins informativos, quadros de avisos ou reuniões comunitárias.

9. Funções e responsabilidades

- Diretor de Sustentabilidade: Aprovação final das estratégias de envolvimento e materiais de divulgação.
- Líder de Envolvimento Social/Partes Interessadas: supervisiona a implementação, supervisiona os CLOs e gere os relatórios.
- Agentes de Ligação com a Comunidade (CLOs): Pessoal de envolvimento na linha da frente responsável pelas interações diárias, receção de reclamações e apoio à mobilização.
- Contratados/subcontratados: obrigados a cumprir os protocolos de envolvimento e a participar de consultas quando relevante.

10. Melhoria contínua

O protocolo deve ser revisto anualmente ou em resposta a alterações significativas no projeto, feedback da comunidade ou reclamações das partes interessadas.

ANEXO 2 – FORMULÁRIO DE RECLAMAÇÃO

FB GROUP	GRIEVANCE FORM	Doc No:FB-HSE-HS-FOR-010 Rev No:0 Rev Date: _
Reference No (assigned by FB GROUP Grievance Database)		#
Please enter your contact information and grievance. This information will be dealt with confidential. Please note: If you wish to remain anonymous please enter your comment/grievance in the box below without indicating any contact information – your comments will still be considered.		
Anonymous submission I want to remain anonymous ☐		
Location	Address	
Date Received	Contact Method	
Method Response		
Verbal (in person) ☐ Verbal (telephone) ☐ Written (Emailed) ☐ Written (personally handed) ☐ Written(Notice Board) ☐		
Compliant (Description of Grievance)		
Name:	Signature:.....	Date:.....
Response from FB GROUP		
Name:.....	Position:.....	
Signature:.....	Date:.....	
Verification of Response and Corrective Action (IF REQUIRED)		
Follow - up Details:		
Closed Out:.....	Signature:	
Acknowledge Receipt of Response		
Name:.....	Signature:.....	Date:.....

ANEXO 3 – MODELO DE ATA DE REUNIÃO

N.º da reunião		Atas preparadas por	
Data da reunião		Local da reunião	
Hora da reunião		Contratante/Parte interessada	

Lista de Presentes					
Nome Apelido/Título	Assinatura	Nome Apelido/Cargo	Assinatura	Nome Apelido/Título	Assinatura

Assunto		Prazo	Responsável	Status

N.º da reunião		Atas preparadas por	
Data da reunião		Local da reunião	
Hora da reunião		Contratante/Parte interessada	

ANEXO 5 – PACOTE DE TERMOS DE REFERÊNCIA DO COMITÉ – PESC, CMCS, COMITÉS PAP RESETTLED

COMITÉ DE ORIENTAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PROJETO (PESC)

Item	Detalhes
Mandato/Objetivo	Órgão de governação de mais alto nível que supervisiona o desempenho da OVIAP e da pedreira SDEP em termos de entrega, risco e sustentabilidade ; garante que todos os acordos dos credores (IFC-PS, AfDB-ISS) e as condições do Governo sejam cumpridos.
Funções principais	1. Aprovar planos de trabalho e orçamentos anuais 2. Analisar o painel trimestral de KPI de HSE e ESG, análises de GRM e resultados de auditorias 3. Aprovar pedidos de Gestão de Mudanças (MoC) com implicações materiais em ES ou custos (> USD 250 mil ou “Alto risco”) 4. Resolver reclamações/recursos escalados 5. Fornecer orientação estratégica aos Comitês CMCS e PAP Reassentados
Composição (2025)	• Presidente – Diretor de Projetos (FB Group) • Diretor de Sustentabilidade (Secretário) • Gerente de Construção, Gerente de RH, Gerente de HSE, Gerente Financeiro • Observador governamental – Delegado da AAAC • Observador do Credor – Representante conjunto do BII/AfDB/EAAIF (sem direito a voto)
Tomada de decisão	Maioria simples; o presidente tem voto de qualidade. Quórum = 4 membros da empresa, incluindo o presidente ou o diretor de sustentabilidade.
Frequência das reuniões	Mensal (presencial; Teams como backup). Sessões extraordinárias no prazo de 72 horas em caso de incidentes de segurança ou comunitários.
Resultados	• Atas assinadas no prazo de 5 dias (partilhadas com os credores e a AAAC) • Rastreador de ações (Excel + SharePoint) • «Declaração de desempenho PESC» anual anexada à revisão ESMS
Autoridade e escalonamento	Responsável perante o Conselho de Administração do Grupo FB. Itens de alto risco escalados para o Comité de Investimento do Conselho de Administração.
Recursos	Orçamento do secretariado proveniente do Gabinete de Gestão de Projetos (PMO).

SUBCOMISSÃO DE MONITORIZAÇÃO DA COMUNIDADE E RECLAMAÇÕES (CMCS)

Item	Detalhes
Mandato/Objetivo	Fornecer uma plataforma formal e bidirecional que ligue o projeto às comunidades ao longo do corredor Safim-Quebo para: (i) divulgação transparente, (ii) monitoramento conjunto dos compromissos (tráfego, poeira, detonação, salvaguardas contra violência de género) e (iii) resolução precoce de reclamações antes que elas sejam escaladas.

Item	Detalhes
Funções principais	1. Verificar as estatísticas do GRM e fazer verificações pontuais de casos encerrados 2. Participar em auditorias conjuntas (segurança das rotas de transporte, ruído das explosões nas pedreiras, saneamento dos acampamentos) 3. Co-conceber projetos de desenvolvimento comunitário e monitorizar a sua execução 4. Sinalizar questões sistémicas ao PESC
Composição (mandato rotativo de 2 anos)	• 2 representantes da comunidade – cluster Safim • 2 representantes comunitários – cluster Quebo • 1 representante da associação de mulheres (rotativo) • 1 líder juvenil • CLO (Secretário) • Supervisor de HSE e gerente de pedreira (consultores técnicos, sem direito a voto)
Tomada de decisão	Preferência por consenso; na falta deste, maioria simples dos representantes da comunidade votante.
Frequência das reuniões	A cada seis semanas em locais alternados; atas divulgadas nos quadros de avisos da aldeia no prazo de 7 dias.
Resultados	• Relatório Conjunto de Monitorização (JMR) – bimestral • Ficha informativa «O que foi dito / O que foi feito» • Registo de questões encaminhado para o Gestor GRM e PESC
Logística e apoio	Subsídio de transporte, tradução e almoço financiados pelo orçamento da SECL.
Capacitação	Formação anual sobre compromissos ESIA, procedimento GRM, privacidade das vítimas de violência baseada no género.

COMISSÕES DE PESSOAS AFETADAS PELO PROJETO (PAP) REINSTALADAS

(Existem comités separados para as 24 famílias DVOR e 13 PAPs que vivem em pedreiras; os TdR são idênticos, exceto a lista de membros.)

Item	Detalhes
Mandato/Objetivo	Atuar como órgão representativo formalmente reconhecido das famílias economicamente ou fisicamente deslocadas pelo OVIAP; supervisionar a implementação do Plano de Restabelecimento dos Meios de Subsistência (LRP), verificar os direitos e manter um ciclo contínuo de feedback até que os indicadores de meios de subsistência atinjam os parâmetros de referência PS 5 «restaurar ou melhorar».
Funções principais	1. Validar levantamentos de ativos e matriz de direitos 2. Testemunhar pagamentos de indemnizações/transferências de terras por terras 3. Acompanhar as atividades de restauração dos meios de subsistência (TVET, micro-subsídios, ensaios de culturas) 4. Desencadear ações corretivas se a monitorização revelar lacunas 5. Interagir com o GRM para reclamações específicas do PAP

Item	Detalhes
Composição	• Presidente e vice-presidente eleitos (PAPs) • 1 representante feminina dos PAP (obrigatório) • 1 representante PAP jovem • 1 funcionário municipal responsável por terrenos (observador) • Coordenador do RAP (Secretário) • Monitor independente de ONG (observador)
Tomada de decisão	Maioria de dois terços dos PAP para qualquer moção que afete direitos.
Frequência das reuniões	Mensal durante a compensação ativa; trimestralmente a partir daí até à aprovação da auditoria do RAP.
Resultados	• Atas do Comité PAP • Cartão de pontuação mensal do progresso do LRP (partilhado com CMCS e PESC) • Memorando de alerta ao PESC sobre lacunas não resolvidas em termos de meios de subsistência
Orçamento e recursos	Financiado pelo orçamento de implementação do RAP; inclui transporte, aluguer do local e subsídio para cuidados infantis para incentivar a participação das mulheres.
Desencadeador da dissolução	Automático após a auditoria independente de conclusão confirmar que todos os indicadores-chave de meios de subsistência são $\geq$ à linha de base durante 24 meses.

DISPOSIÇÕES TRANSVERSAL (APLICÁVEIS A TODOS OS TRÊS COMITÉS)

- **Código de Conduta e Não Retaliação.** Os membros assinam a Política de Não Retaliação da OVIAP; violações podem levar à remoção e sanções ao contratante.
- **Quota de género e inclusão.** Mínimo de 30 % de mulheres membros; reuniões agendadas em horários compatíveis com as tarefas domésticas.
- **Língua e acessibilidade.** Todos os documentos produzidos em português, crioulo e na língua local relevante (fula/mandinga).
- **Gestão de registos.** O Secretariado carrega as atas assinadas, os registos de ações e outros registos críticos — incluindo dados de referência, avaliações de risco e impacto, análises de vulnerabilidade, relatórios de auditoria e documentação do processo de consulta e participação informada — no SharePoint do ESMS no prazo de cinco dias úteis, garantindo a acessibilidade aos mutuantes e reguladores.
- **Interface com o ESMS e o SEP.** As lições aprendidas e as evidências da conclusão das ações são incorporadas na revisão semestral da gestão do ESMS e no ciclo anual de atualização do SEP.

Este «Pacote TOR» fornece planos claros e auditáveis para os três órgãos participativos principais que ancoram a supervisão das partes interessadas do projeto OVIAP, desde a construção até ao encerramento.

ANEXO 6 – FLUXO DE TRABALHO DE APROVAÇÃO DE COMUNICAÇÕES EXTERNAS E MATRIZ DE RESPONSABILIDADES

O diagrama abaixo traduz as três verificações de controlo de alto nível já acordadas com a gestão (precisão → sensibilidade → aprovação) num fluxo operacional **de nove etapas** que pode ser aplicado a *todos* os produtos externos — relatórios regulamentares, ESMRs dos credores, comunicados de imprensa, publicações nas redes sociais, panfletos comunitários, avisos de incidentes, etc.

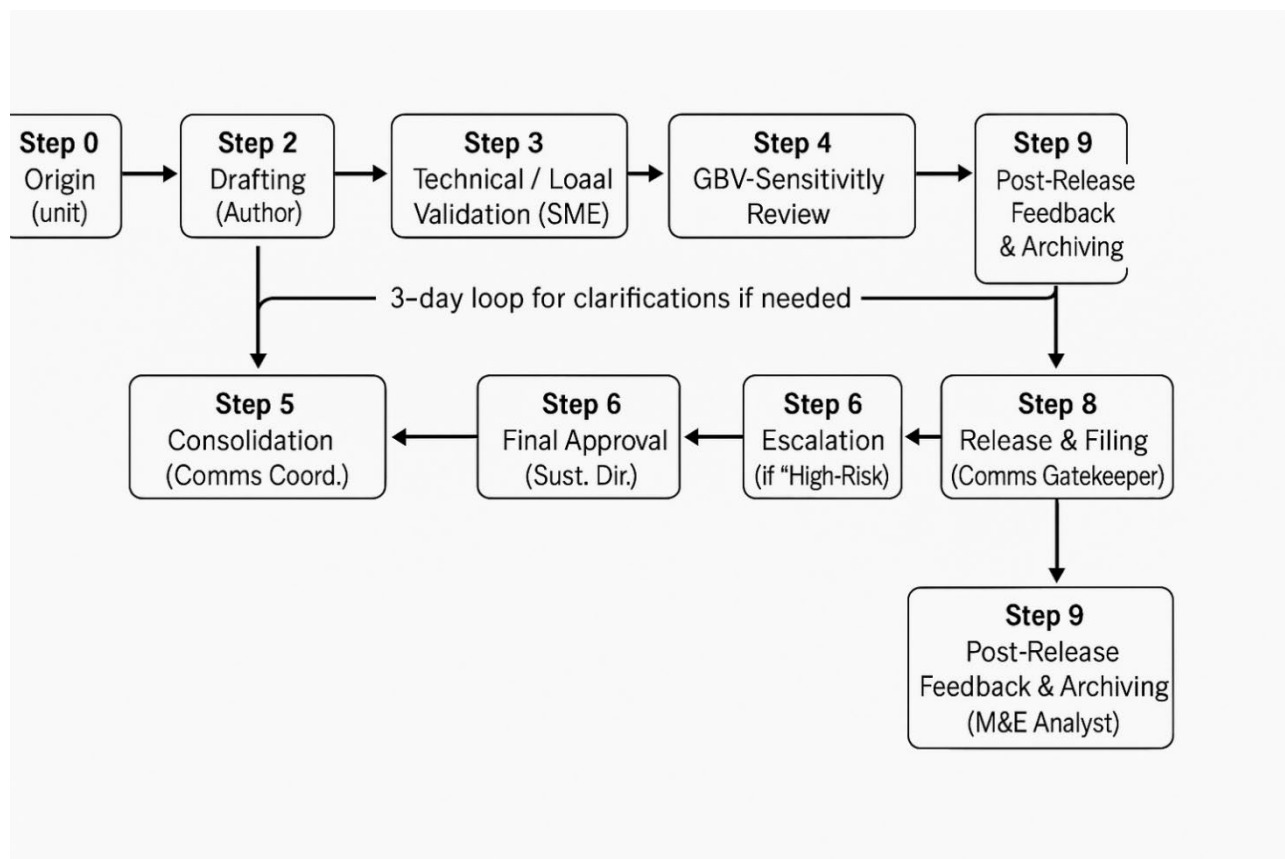


Diagrama do fluxo de trabalho de aprovação da comunicação externa

MATRIZ DE RESPONSABILIDADE E RACI

Tarefa/ponto de decisão	Proprietário/autor do conteúdo	Revisor SME do departamento	Analista de dados (M&E)	Jurídico e Conformidade	Ponto Focal GBV	Coordenador de Comunicações SECL	Diretor de Sustentabilidade	Diretor de Projetos	Gatekeeper de TI/Comunicações	Partes interessadas informadas
0. Necessidade de	R	C	C	C	C	C	A	I	I	—

Tarefa/ponto de decisão	Proprietário/autor do conteúdo	Revisor SME do departamento	Analista de dados (M&E)	Jurídico e Conformidade	Ponto Focal GBV	Coordenador de Comunicações SECL	Diretor de Sustentabilidade	Diretor de Projetos	Gatekeeper de TI/Comunicações	Partes interessadas informadas
comunicação identificada										
1. Rascunho preparado	R	C	C	C	C	C	I	I	I	–
2. Validação técnica e de dados	C	R	R	C	C	C	I	I	I	–
3. Verificação legal/de conformidade	I	C	I	R	C	I	I	I	I	–
4. GBV e revisão de confidencialidade	I	I	I	I	R	C	I	I	I	–
5. Como consolidar	I	I	I	I	I	R	C	I	I	–
6. Aprovação final (< “Alto risco”)	I	I	I	I	I	I	A/R	I	I	–
7. Aprovação escalada (Alto risco*)	I	I	I	I	I	I	R	A/R	I	–
8. Liberação externa	I	I	I	I	I	I	C	C	R	–
9. Arquivamento e ciclo de lições aprendidas	I	C	R	C	C	C	A	I	I	Todos

Legenda: R = Responsável (realiza o trabalho) | A = Responsável (aprova) | C = Consultado | I = Informado

*“Alto risco” = comunicações potencialmente capazes de influenciar o mercado, relacionadas a crises ou à reputação, ou qualquer coisa sinalizada pelo Departamento Jurídico/GBV como sensível.

NOTAS PRÁTICAS E PRAZOS

Marco	SLA padrão	Gatilho de via rápida	Escalonamento automático
Rascunho → Validação SME	2 dias úteis	Prazo regulamentar < 48 h	–
SME → Verificação de conformidade e GBV	2 dias úteis	Aviso de segurança/crítico para a vida	Se houver comentários contraditórios
Consolidação → Aprovação do Diretor de Sustentabilidade	1 dia útil	O mesmo que acima	Se atraso > 24 h
Diretor sust. → Liberação	1 dia útil	Consulta do credor < 24 h	Se de alto risco, aprovação PD

Todas as etapas são rastreadas no **fluxo de trabalho “Comms-Clearance” do SharePoint**, gerando uma trilha de auditoria imutável para a **AAAC**, os credores (IFC, AfDB, EAAIF, BII) e o Coordenador dos Princípios do Equador.

INTEGRAÇÃO COM ESMS E SEP

- As métricas de aprovação (tempo de ciclo, taxa de retrabalho, número de escalões) são reportadas **trimestralmente** ao Diretor ESG e alimentam o módulo de *Gestão de Mudanças* do ESMS.
- O feedback dos reguladores, dos Comitês PAP e da análise das redes sociais é canalizado de volta para o **Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (SEP)** durante o workshop semestral de revisão do SEP.

ANEXO 7 – PLANO DE AÇÃO CONTRA A VIOLÊNCIA DE GÉNERO

Plano de Gestão de Género

Objetivos

O Plano de Gestão de Género (GMP) visa:

- ▶ Garantir a igualdade de acesso às vantagens do projeto, empregos, consultas e mecanismos de reclamação para mulheres e meninas;
- ▶ Prevenir e responder à violência de género (VG), incluindo o assédio no local de trabalho e os riscos ao nível da comunidade;
- ▶ Abordar vulnerabilidades específicas de género relacionadas com a perda de terras, mudanças nos meios de subsistência e acesso à informação;
- ▶ Promover o empoderamento e a liderança das mulheres no envolvimento das partes interessadas e nas atividades de monitorização;
- ▶ Alinhar o OVIAP com os quadros internacionais de igualdade de género e os requisitos dos credores.

Riscos e exposição de género Contexto

A linha de base da ESIA e do envolvimento das partes interessadas destaca os seguintes riscos diferenciados por género:

Tabela 1 Riscos e exposição de género

Categoria de risco de género	Risco específico do contexto no OVIAP
Acesso a empregos e benefícios	As práticas informais de contratação favorecem os homens; o acesso das mulheres a empregos no projeto (por exemplo, na construção ou transporte) continua limitado.
Terra e compensação	As mulheres que praticam agricultura de subsistência ou são utilizadoras informais de terras correm o risco de ser excluídas da compensação devido à falta de posse formal.
Violência de género e assédio sexual	O afluxo de trabalhadores às comunidades, combinado com a baixa capacidade de denúncia e o estigma social, aumenta o risco de violência de género.
Consulta e voz	As normas culturais podem limitar a participação das mulheres em reuniões públicas e fóruns de tomada de decisão.
Discriminação no local de trabalho	As mulheres subcontratadas em funções de apoio (por exemplo, catering, limpeza) enfrentam o risco de remuneração insuficiente, condições de trabalho inseguras e falta de contratos.

Alinhamento com as normas internacionais

Tabela 2 Padrões internacionais

Norma/Diretriz	Requisitos de género
IFC PS1 / PS2 / PS4 / PS5	Evitar a discriminação de género; garantir a voz das mulheres nas consultas, na proteção do trabalho e no reassentamento baseado na terra; abordar os riscos de violência de género.
AfDB ISS 2023 (OS1, OS5)	Incorporar a perspectiva de género em todas as fases do projeto; identificar e mitigar a violência de género, promover a liderança das mulheres e a partilha de benefícios.

ODS 5 da ONU (Igualdade de género)	Empoderar todas as mulheres e raparigas, garantir a plena participação e igualdade de oportunidades na tomada de decisões.
Orientação do BII sobre Género e VBG	Incluir uma perspetiva de género no ESMS; mitigar a violência de género e a SEA/SH (exploração, abuso e assédio sexual) através de políticas e planos de ação.

Medidas de mitigação e monitorização

A Tabela 3 abaixo descreve as principais ações de mitigação, indicadores de desempenho e responsabilidades para garantir a inclusão de género e proteger contra a GBV.

Tabela 3 Medidas de mitigação e monitorização

Ref ID	Questão de género	Fase (C / O)	Medida de mitigação	Indicador de desempenho e monitorização	Parte responsável
G-1	Acesso das mulheres ao emprego	C & O	Estabelecer uma política de contratação inclusiva com um mínimo de 20% de mulheres na força de trabalho em funções não tradicionais	% de mulheres empregadas em atividades essenciais do projeto (≥20%) Dados de recrutamento desagregados	Gerente de RH + Ponto Focal de Género
G-2	Violência de género e assédio	C & O	Desenvolver e implementar um Plano de Ação contra a VBG; fornecer formação sobre VBG e um Código de Conduta de tolerância zero para todos os trabalhadores	% de trabalhadores formados em GBV Número de reclamações e estado de resolução	Responsável de HSE + Especialista externo em GBV
G-3	Equidade na remuneração	C	Garantir que as mulheres (incluindo cônjuges e utilizadoras informais) sejam incluídas como beneficiárias do RAP; documentar os direitos de compensação conjunta	% de mulheres beneficiárias no LRP Lista de beneficiários do LRP desagregada por género	Garantias sociais Responsável
G-4	Envolvimento das partes interessadas	C & O	Realizar sessões de consulta sensíveis às questões de género, disponibilizar serviços de acolhimento de crianças e facilitadoras; desagregar o feedback por sexo	Registos de participação (≥40% mulheres) Pesquisas de satisfação desagregadas por sexo	CLOs + equipa ESIA
G-5	Igualdade no local de trabalho	C & O	Selecionar empreiteiros que ofereçam remuneração justa, igualdade de oportunidades e direitos à	% de contratantes com política de género	Auditor de compras + trabalho

			maternidade; exigir políticas de género nos contratos	N.º de queixas relacionadas com o género registadas	
G-6	Acesso a reclamações	C & O	Conceber um sistema de reclamações sensível à violência de género com pontos focais femininos e canais de denúncia privados	% de reclamações de mulheres % resolvidas em 30 dias	Agentes de ligação com a comunidade + Responsável pelo género

Notas e conformidade:

- ▶ Este Plano de Gestão de Género satisfaz:
 - Mandatos de integração de género da IFC PS2 e PS5;
 - Os requisitos do AfDB OS1 (2023) para ESMS sensíveis ao género;
 - As expectativas do BII e das DFIs em relação aos sistemas de resposta e reparação SEA/SH.
- ▶ Todos os contratantes e subcontratantes devem assinar o Código de Conduta, incluindo cláusulas sobre VBG, e apresentar mensalmente dados sobre a força de trabalho desagregados por género.
- ▶ Um Ponto Focal de Género (interno à OVIAP) e um especialista externo em VBG apoiarão a sensibilização, a análise de riscos e os protocolos de tratamento sensíveis às sobreviventes.

ANEXO 8 – METODOLOGIA DA PARA CONSTRUIR UMA MATRIZ DE IMPACTO-INFLUÊNCIA COM UMA PERSPETIVA DE VULNERABILIDADE

Esta metodologia fornece um processo transparente e replicável para mapear as partes interessadas do projeto de acordo com (i) a magnitude **do impacto** do projeto que irão sofrer e (ii) o grau de **influência** que podem exercer sobre os resultados do projeto, ao mesmo tempo que sobrepõe uma **perspetiva de vulnerabilidade** centrada no género, idade, deficiência e dependência dos meios de subsistência. Está alinhada com a Norma de Desempenho 1 da IFC, a Salvaguarda Operacional 1 do AfDB e as orientações da ISO 26000 sobre o envolvimento das partes interessadas.

Preparação

Etapa	Resultado	Responsabilidade
1.1 Definir a unidade de análise (aeroporto, pedreira, rota de transporte) e os limites temporais (construção, operações).	Nota de âmbito acordado	SEP/ESIA Lead
1.2 Compilar uma lista inicial de partes interessadas a partir do Registo de partes escopo da ESIA, registros de aquisição de terras, dados do interessadas censo, análise da mídia e registros de reclamações.	(Excel/SharePoint)	Oficial de Ligação com a Comunidade (CLO)
1.3 Redigir critérios preliminares de impacto e influência (ver Tabelas 1 e 2) e rever com o Diretor de Sustentabilidade do Matriz de critérios Projeto e os responsáveis técnicos.		Gestor ESG

Recolha de dados

1. **Entrevistas com informantes-chave (KIs):** autoridades locais, líderes tradicionais, representantes de PAP, associações de mulheres, federações de pessoas com deficiência.
2. **Discussões em grupos focais (FGDs):** separadas por género e faixa etária para minimizar desequilíbrios de poder.
3. **Inquéritos/questionários:** para grupos maiores e dispersos (por exemplo, passageiros de aeroportos, pequenos comerciantes).
4. **Revisão de documentos:** registos regulamentares, relatórios de due diligence de credores, base de referência socioeconómica.
5. **Observação e GIS:** verificar a proximidade dos assentamentos, vias de acesso, barreiras físicas.

Pontuação do impacto das partes interessadas

Tabela 1 – Critérios de classificação do impacto

Classificação	Descrição	Evidência típica
Alto (3)	Deslocamento físico/económico direto ou alta probabilidade de efeitos graves à saúde, segurança ou meios de subsistência.	Censo RAP, modelagem de exposição de referência
Média (2)	Efeitos indiretos ou temporários no bem-estar, serviços ou rendimentos.	Modelagem de tráfego, contornos de ruído

Classificação	Descrição	Evidência típica
Baixo (1)	Efeitos insignificantes ou difusos; os benefícios superam os riscos.	Dados sobre tendências socioeconómicas regionais

Atribua a classificação mais elevada a qualquer subgrupo dentro de um grupo de partes interessadas que cumpra os critérios «Elevado» (princípio da precaução).

Pontuação da influência das partes interessadas

Tabela 2 – Critérios de classificação da influência

Classificação	Descrição	Indicadores típicos
Alta (3)	Mandatos legais, poder financeiro, capacidade de interromper obras ou influenciar rapidamente a opinião pública.	Regulador, credor, sindicatos organizados
Médio (2)	Podem exercer pressão política eficazmente, mobilizar comunidades ou moldar a narrativa dos meios de comunicação social.	ONG locais, conselhos municipais
Baixa (1)	Canais limitados para influenciar decisões; principalmente destinatários de informação.	Público em geral, famílias remotas

Aplicando a lente da vulnerabilidade

Para cada grupo de partes interessadas, identifique a presença de **G** (vulnerabilidade de género), **A** (idade – jovens/idosos), **D** (deficiência), **L** (dependência de meios de subsistência).

Fontes de dados: desagregação de inquéritos aos agregados familiares, registos de deficiência, mapeamento dos meios de subsistência, workshop de análise de género.

Traçado da matriz

1. Insira cada parte interessada numa grelha de Impacto-Influência 3x3 utilizando as classificações acordadas.
2. Sobreponha as etiquetas de vulnerabilidade como sobrescritos ou ícones coloridos (por exemplo, ● = G, ● = D) para visualizar onde os grupos de alto risco coincidem com alta influência ou alto impacto.
3. Use **bordas duplas** ou **sombreamento** para destacar as células de “engajamento prioritário” (Alto Impacto / Alta ou Média Influência; Alta Influência / Média ou Alto Impacto).

Validação e aperfeiçoamento

- **Workshop interno:** os líderes técnicos e o CLO analisam as pontuações, reconciliam as discrepâncias e acordam as prioridades preliminares de envolvimento.
- **Feedback das partes interessadas:** Apresente a matriz preliminar aos Comités de Monitorização da Comunidade e a representantes selecionados do PAP para confirmar a precisão.
- **Revisão:** Ajuste as pontuações, adicione novas partes interessadas ou etiquetas de vulnerabilidade com base no feedback.

Documentação e integração

- Registrar a fundamentação da pontuação no Registo de Partes Interessadas; arquivar as transcrições das KII/FGD de forma segura.
- Incorporar a matriz final no anexo do SEP; referenciá-la no ESMP e no Plano de Ação de Reassentamento para garantir o alinhamento.
- Ligar cada célula da matriz a táticas de envolvimento personalizadas, medidas de mitigação e indicadores de monitorização (Secção 14).

Atualizar gatilhos

Desencadeador	Ação	Prazo
Alteração significativa no projeto ou novo componente do projeto	Reavaliar as partes interessadas afetadas	Dentro de 30 dias
Tendência significativa de reclamações (+20% num trimestre)	Revisar as pontuações de influência do grupo reclamante	Trimestral
Choque socioeconómico (por exemplo, pandemia, queda dos preços das matérias-primas)	Reavaliar as etiquetas de vulnerabilidade (L, A, G, D)	Assim que possível

Garantia de qualidade

Aplicar o ciclo *Planear-Executar-Verificar-Ação*:

1. **Planear** – Definir critérios de pontuação.
2. **Executar** – Recolher dados, traçar matriz.
3. **Verificar** – Validar interna e externamente.
4. **Aja** – Altere as estratégias SEP, aloque recursos e monitore trimestralmente.

ANEXO 9 – POLÍTICA DE NÃO RETALIAÇÃO

1. Objetivo

O Projeto Aeroporto Internacional Osvaldo Vieira (OVIAP) está comprometido com uma cultura aberta na qual trabalhadores, contratados, membros da comunidade e quaisquer outras partes interessadas possam levantar preocupações ou apresentar reclamações **sem medo de represálias**. Esta política estabelece os princípios, proteções e procedimentos que proíbem qualquer forma de retaliação contra indivíduos que:

- denunciem irregularidades reais ou suspeitas, violações da lei ou das políticas do Projeto;
- participem em investigações ou auditorias; ou
- utilizem o Mecanismo de Resolução de Queixas (GRM) do Projeto, incluindo o canal para sobreviventes de GBV/SEA/SH.

2. Âmbito

Quem está protegido?	Contextos abrangidos	Canais abrangidos
• Funcionários diretos da OVIAP e SDEP • Pessoal de subcontratados e fornecedores • Trabalhadores temporários/diários • Representantes sindicais • Membros da comunidade e PAPs • Denunciantes, testemunhas e sobreviventes	• Construção, extração, transporte, vida no acampamento, operações de aviação • Qualquer reunião relacionada ao projeto, chamada para a linha direta, entrevista, auditoria ou inspeção	• GRM (todas as rotas) • Linhas diretas internas e caixas de sugestões • Linhas diretas de reguladores/credores • Divulgações públicas legais ou à mídia

3. Declaração de não retaliação

“Qualquer ato ou ameaça de retaliação — demissão, rebaixamento, retenção de salário, assédio, intimidação, inclusão em lista negra ou pressão da comunidade — contra uma pessoa que levante uma preocupação de boa-fé é estritamente proibido. As violações acionarão medidas disciplinares que podem incluir a rescisão do contrato e o encaminhamento às autoridades competentes.”

4. Princípios fundamentais

1. **Proteção de boa-fé** – Se acredita genuinamente que uma preocupação é verdadeira, está protegido mesmo que uma investigação posterior não encontre qualquer violação.
2. **Confidencialidade** – As identidades são divulgadas estritamente com base na «necessidade de saber»; os casos de GBV/SEA/SH seguem o protocolo centrado na sobrevivente.
3. **Ónus da prova sobre o projeto** – É responsabilidade da OVIAP demonstrar que qualquer ação administrativa contestada não estava relacionada à atividade protegida.
4. **Remédio oportuno** – A retaliação comprovada é revertida sem demora (por exemplo, reintegração, reembolso salarial, pedido de desculpas).

5. **Sem renúncias** – Nenhum supervisor ou cláusula contratual pode se sobrepor a esta política.

5. Ações retaliatórias proibidas

- Rescisão, suspensão ou não renovação do contrato de trabalho/contrato
- Redução salarial, perda de benefícios, retenção de horas extras ou atraso no pagamento
- Transferências injustificadas, mudanças de turno ou recusa de formação/promoção
- Abuso verbal, humilhação, ameaças, ostracismo ou avaliações falsas de mau desempenho
- Violência física, assédio sexual ou intimidação da comunidade
- Inclusão em lista negra para futuros empregos na OVIAP ou outros projetos

6. Denúncias e tratamento de casos

Etapa	Cronograma	Parte responsável	Notas
A. Relatório através de qualquer canal GRM ou diretamente ao Diretor ESG	Dia	Queixoso; registros do CLO	Sinalizador de «retaliação» no arquivo do caso
B. Reconhecer a reclamação	≤ 24 h	Gerente GRM	Código confidencial “RET-###”
C. Medida provisória de proteção (impedir danos adicionais)	≤ 48 h	RH / Segurança	Por exemplo, separar as partes, manter o salário
D. Investigar (apuração dos factos, depoimentos de testemunhas)	≤ 10 dias	Líder de caso neutro + Jurídico	Opção anónima respeitada
E. Decidir e implementar a solução	≤ 5 dias após a investigação	Comité GRM	Reversão + ação disciplinar
F. Encerramento e pesquisa de satisfação	≤ 2 dias	CLO	Opção de recurso ao Diretor de Sustentabilidade

7. Sanções por retaliação

Ator	Possíveis sanções
Funcionário direto	Advertência por escrito → suspensão → demissão
Contratante/fornecedor	Indenização por perdas e danos, suspensão ou rescisão do contrato; inelegibilidade para futuras licitações

Membro da comunidade Encaminhamento às autoridades locais; exclusão dos programas de emprego comunitários

As violações graves (por exemplo, violência, violência baseada no género) são comunicadas à polícia, em conformidade com a legislação nacional e os protocolos de consentimento das vítimas.

8. Funções e responsabilidades

- **Conselho/Diretor de projeto** – supervisão final, revisão anual da política.

- **Diretor de ESG** – garante recursos, aprova painéis de investigação.
- **Gerente de GRM** – registra, acompanha e relata casos de retaliação; painel de KPI.
- **Gestão de RH e Contratados** – incorpora cláusulas de não retaliação em todos os contratos; aplica sanções.
- **Agentes de Ligação com a Comunidade** – acolhimento na linha da frente, garantia de confidencialidade, aproximação à comunidade.
- **Todos os supervisores** – modelam uma cultura de porta aberta, evitam represálias, incentivam a denúncia.

9. Formação e sensibilização

- **Integração** – briefing obrigatório para todos os trabalhadores e subcontratados.
- **Conversas sobre ferramentas** – atualizações mensais enfatizando “Fale, sem retaliação”.
- **Sessões comunitárias** – reuniões trimestrais com os Comitês PAP para explicar as proteções.
- **Cartazes e cartões WhatsApp** – lembretes visuais em português, crioulo, fula e mandinga.

10. Monitorização e Relatórios

Indicador	Meta	Frequência de revisão	da Divulgação
Casos de retaliação por trimestre	0	Trimestral	KPI interno; resumo no ESMR semestral
% de alegações de retaliação resolvidas em ≤ 15 dias	≥ 95	Trimestral	Credores e AAAC
Consciência dos trabalhadores (inquérito)	≥ 90% sabem que existe proteção	Anual	Relatório de Sustentabilidade

A análise de tendências é incorporada nos ciclos de revisão **do SEP** e **do ESMS**; as lições aprendidas moldam a formação futura, as cláusulas contratuais e as táticas de envolvimento da comunidade.

11. Revisão da política

Esta política é revista **anualmente** ou após qualquer incidente de retaliação comprovado, o que ocorrer primeiro. As alterações requerem a aprovação do Diretor do Projeto e a divulgação a todas as partes interessadas no prazo de 14 dias.

Data de entrada em vigor: 1 de julho de 2025

Aprovado por: Diretor do Projeto, OVIAP

ANEXO 10 – CÓDIGO DE CONDUTA

O «Código de Conduta» faz parte das medidas do FB GROUP para lidar com os riscos ambientais e sociais relacionados com o «Projeto do Aeroporto Internacional Osvaldo Vieira», em construção na Guiné-Bissau.

O seguinte Código de Conduta identifica o comportamento e as responsabilidades de todos os trabalhadores no que diz respeito ao trabalho no local, bem como noutras instalações, e às interações com as partes interessadas e as comunidades. Nós, como FB GROUP, exigimos de todos os nossos trabalhadores, subcontratados, incluindo os trabalhadores de segurança no local, o seguinte:

1. **Desempenhar** as suas funções com diligência e competência.
2. Cumprir este Código de Conduta, bem como todas as leis, regulamentos e outros requisitos aplicáveis, incluindo aqueles destinados a salvaguardar a saúde, a segurança e o bem-estar de terceiros.
3. **Garantir** um ambiente de trabalho seguro, incluindo:
 - Manter os locais de trabalho, equipamentos e processos sob o seu controlo seguros e livres de riscos para a saúde.
 - Usar todo o equipamento de proteção individual necessário.
 - Seguir os procedimentos de resposta a emergências estabelecidos.
4. **Relatar** condições de trabalho inseguras ou insalubres e retirar-se de qualquer situação que represente uma ameaça razoável e iminente à vida ou à saúde.
5. **Trate** os outros com respeito, evitando qualquer forma de discriminação com base no género, deficiência, estatuto de migrante ou idade, incluindo crianças.
6. **Defender** a dignidade humana e os direitos humanos de todos os indivíduos.
7. **Respeitar** a identidade nacional, os costumes locais e as práticas culturais da comunidade anfitriã.
8. **Reconhecer** e respeitar os direitos das comunidades locais de se associarem, reunirem e expressarem oposição ao projeto.
9. **Não** portar armas que possam representar perigo para si mesmo ou para os outros.
10. **Não** use força física de forma arbitrária ou abusiva.
11. **Não** usar, possuir, vender ou distribuir drogas ilegais.
12. **Não** interferir em sítios arqueológicos ou marcos do património cultural.
13. **Abstenha-se** de praticar bullying ou qualquer forma de violência de género.
14. **Evite** todas as formas de bullying e assédio, incluindo avanços sexuais indesejados, pedidos de favores sexuais ou outra conduta verbal ou física de natureza sexual em relação a qualquer colega ou membro da comunidade.
15. **Não se envolva em tráfico de pessoas, incluindo:**

- Qualquer ato sexual comercial que envolva coação, força, fraude ou envolva uma pessoa menor de 18 anos.
- Recrutar, abrigar, transportar ou fornecer indivíduos para trabalho ou serviços forçados por meio de coerção, fraude ou abuso de poder.
- O uso de trabalho infantil, incluindo empregar ou explorar qualquer pessoa abaixo da idade mínima legal para trabalhar ou atribuir tarefas perigosas inadequadas para a sua idade, desenvolvimento ou segurança.
- Tráfico de animais selvagens e produção ilegal de carvão vegetal.

16. Denuncie quaisquer violações deste Código de Conduta ou quaisquer questões relacionadas às condições nas áreas de trabalho e acampamentos ao seu supervisor, gerente ou através do Mecanismo de Reclamação estabelecido.

17. Não retaliar contra ninguém que denuncie violações deste Código de Conduta ou utilize o Mecanismo de Reclamação do projeto para levantar questões.

Alptekin Arslan

Gerente de projeto

Projeto Aeroporto Internacional Osvaldo Vieira de Bissau